UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS

WILLIAN QUADROS DA SILVA

Mestrado em Administração

MANDATOS COLETIVOS E COMPARTILHADOS: EXPERIMENTAÇÕES DE INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL

Dissertação apresentada ao curso de Pósgraduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Drº Leonardo Secchi

Florianópolis/SC, 2019

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da Biblioteca Setorial do ESAG/UDESC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Willian Quadros da

Mandatos coletivos e compartilhados: experimentações de inovações democráticas no poder legislativo brasileiro / Willian Quadros da Silva. – 2019 191 p.

Orientador: Leonardo Secchi
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas
– ESAG, Programa de Pós-Graduação Profissional em
Administração, Florianópolis, 2019.

1. mandatos compartilhados. 2. mandatos coletivos. 3. inovações democráticas. 4. crise da democracia representativa. I. Secchi, Leonardo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração. III. Titulo.

WILLIAN QUADROS DA SILVA

MANDATOS COLETIVOS E COMPARTILHADOS: EXPERIMENTAÇÕES DE INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Banca Examinadora:
Orientador:
Prof. Drº. Leonardo Secchi
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Membros:
Prof. Dr ^o . Marcello Becker Zapelini
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Oniversidade do Estado de Ganta Gatalina (ODEGO)

Prof^a Dr^o. Luis Felipe Guedes da Graça Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC)

Dedico este trabalho aos meus pais, Arnaldo Emilio da Silva e Josiane de Fatima Quadros, pelo apoio incondicional e pela educação que me proporcionaram

AGRADECIMENTOS

Escrever essa parte da dissertação é de fato uma tarefa complicada, afinal não foram poucas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho e se o meu nome vai na capa deste trabalho, todas as demais mereciam receber uma parte de reconhecimento nesta obra. Essa página serve apenas como uma retribuição pelo apoio, parceria e até mesmo ombro amigo recebido nas horas mais complicadas.

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem sua benção não seria possível chegar tão longe. Agradeço ainda à minha família que deu todo o suporte educacional e emocional para que eu estivesse aqui hoje. A meu pai, Arnaldo Emilio da Silva que foi um guerreiro para que eu pudesse me formar em cada etapa do processo educacional e me mostrou o verdadeiro valor da educação. À minha mãe, Josiane de Fatima Quadros que me guiou e me criou por toda sua vida, sempre sendo o meu braço de apoio emocional. À minha falecida avó, Marieta Bittencourt Quadros que embora não esteja mais no plano dos vivos, deixou seu legado de amor e carinho para sempre em minha vida. À minha amada namorada, Letícia Machado dos Santos que segurou na minha mão por todo esse processo e nunca me deixou fraquejar. Ainda aquela que não é minha família de sangue, mas de coração, querida madrasta Juliana Lima Lopes, que me apoiou ao lado de meu pai desde a infância.

A segunda leva de agradecimentos vai ao corpo docente da UDESC – ESAG que me inspirou por toda graduação e pós-graduação, tornando me mais que um profissional, um entusiasta do Campo de Pública, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Leonardo Secchi que acima de tudo tornou-se um grande amigo ao qual dispendo muito respeito e admiração.

Agradeço ainda à todas as pessoas envolvidas em mandatos compartilhados e coletivos que me ajudaram na elaboração desta obra, em especial os que concederam entrevistas e abriram as portas dos seus gabinetes para especial análise deste pesquisador.

Por fim e não menos importante, aos meus amigos mais próximos que souberam compreender a minha ausência e estimularam a concretização desta obra, seja com dicas, conselhos ou até mesmo energias positivas.

Agradeço a todos vocês.

RESUMO

Diante das insatisfações populares com as decisões dos representantes políticos, esta dissertação explora uma nova forma de participação na representação política no poder legislativo brasileiro. Mandatos compartilhados e coletivos são modelos inovadores de representação delegada em que o representante eleito não é o único titular do mandato, mas apenas um porta-voz de um grupo maior, em um modelo de representação delegada. O grupo toma as decisões do mandato e colabora na elaboração de propostas legislativas. O objetivo desta pesquisa é analisar as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os ganhos da adoção de mandatos compartilhados e coletivos. Para alcançar este objetivo, a pesquisa adotou um desenho de estudo de casos múltiplos em dois mandatos compartilhados, dois mandatos coletivos e dois mandatos coletivos de partido. O estudo empírico utilizou dez dimensões de análises: (1) iniciativa, (2) tamanho, (3) elegibilidade, (4) acesso, (5) permanência, (6) distribuição de poder, (7) extensão de poder, (8) custos e benefícios, (9) processo de tomada de decisão e (10) mecanismo de interação. Entre 1994 e 2018, mais de cem candidaturas a cadeiras legislativas no Brasil propuseram mandatos compartilhados ou coletivos nos níveis federal, estadual e municipal. Dessas propostas, 32 obtiveram sucesso eleitoral conquistando um assento legislativo. Os seis casos analisados nos levam à conclusão embora apresentem resultados iniciais animadores. experimentalismo, tentativa e erro e espaço para inovação, e ainda não há um modelo consolidado de mandato compartilhado maduro o suficiente para servir como modelo escalável de solução para crise da democracia representativa. A pesquisa exploratória demonstra que os mandatos compartilhados e coletivos são cada vez mais adotados como uma estratégia de campanha e uma nova forma de responsabilidade permanente entre os políticos e os constituintes. É também um reflexo de uma nova mentalidade de compartilhamento em economia, sociologia e cultura. Mandatos compartilhados são expressos como um meio de reduzir o vácuo político entre democracia representativa e democracia direta, tornando a representação legislativa mais participativa e responsável. Embora perceba-se um recente aumento no número de candidaturas e mandatos usando uma forma compartilhada ou coletiva de tomada de decisão no Brasil, bem como o crescente interesse por parte da na mídia nacional no assunto, os mandatos compartilhados e coletivos ainda são um fenômeno raro no Brasil em comparação com as formas tradicionais de representação legislativa. Como resultado o estudo traz ainda um guia prático de formatação de mandatos compartilhados e coletivos com todas as características presentes nos mandatos em atividade no Brasil a fim de apoiar a implementação de novas candidaturas e mandatos compartilhados e coletivos.

Palavras-chave: inovações na democracia, mandatos compartilhados, mandatos coletivos, democracia representativa delegada

ABSTRACT

Given popular dissatisfaction with the decisions of political representatives, this dissertation explores a new form of participation in political representation in the Brazilian legislative power. Shared and collective mandates are innovative models of delegated representation where the elected representative is not the sole mandate holder, but only a spokesperson for a larger group, in a delegated representation model. The group makes the mandate decisions and assists in drafting legislative proposals. The objective of this research is to analyze the motivations, the critical factors of implementation, the risks, the management characteristics and the gains of the adoption of shared and collective mandates. To achieve this goal, the research adopted a multiple case study design in two shared mandates, two collective mandates and two collective party mandates. The empirical study used ten dimensions of analysis: (1) initiative, (2) size, (3) eligibility, (4) access, (5) permanence, (6) power distribution, (7) power extension, (8) costs and benefits, (9) decision making process and (10) interaction mechanism. Between 1994 and 2018, more than 100 legislative cabinet candidates in Brazil proposed shared or collective mandates at the federal, state, and municipal levels. Of these proposals, 32 obtained electoral success by winning a legislative seat. The six cases analyzed lead us to the conclusion that while they present encouraging initial results, there is much experimentalism, trial and error, and room for innovation, and there is still no consolidated shared-mandate model mature enough to serve as a scalable solution model for the representative democracy crisis. Exploratory research shows that shared and collective mandates are increasingly being adopted as a campaign strategy and a new form of permanent responsibility between politicians and constituents. It is also a reflection of a new sharing mindset in economics, sociology and culture. Shared mandates are expressed as a means of reducing the political vacuum between representative democracy and direct democracy, making legislative representation more participatory and accountable. Although there is a recent increase in the number of candidacies and mandates using a shared or collective form of decision making in Brazil, as well as the growing interest of national media in the subject, shared and collective mandates are still a rare phenomenon compared to traditional forms of legislative representation. As a result, the study also provides a practical guide to formatting shared and collective mandates with all the characteristics of active mandates in Brazil to support the implementation of new shared and collective candidacies and mandates.

Keywords: democracy innovations, shared mandates, collective mandates, delegated representative democracy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução das democracias no mundo entre 1975 - 2013	32
Figura 2 - Número de candidaturas e mandatos eleitos por períodos eleitorais	48
Figura 3 - Mapa das candidaturas de mandatos compartilhados no Brasil	49
Figura 4 - Número de votos obtidos por região do país	50
Figura 5 - Número de candidaturas e mandatos eleitos por região do país	51
Figura 6 - Número de candidaturas propondo compartilhamento de mandato	por
partidos políticos	52
Figura 7 - Posicionamento político das candidaturas	53
Figura 8 - Número de candidaturas por cargos eletivos	54
Figura 9 - Número de mandatos eleitos por cargos eletivos	55
Figura 10 - Candidaturas por gênero	56
Figura 11 - Mandatos eleitos por gênero	57
Figura 12 - Esquema de mandato compartilhado tradicional	73
Figura 13 - Esquema de mandato coletivo	74
Figura 14 - Esquema de mandato coletivo de partido	76
Figura 15 - Elementos básicos de mandatos compartilhados	85
Figura 16 - Tela inicial do aplicativo "Meu Vereador"	95
Figura 17 - Transparência dos gastos do mandato de Gabriel Azevedo	100
Figura 18 - Esquema de mandatos compartilhados	.122
Figura 19 - Esquema de mandato coletivo	.123
Figura 20 - Esquema de mandato coletivo de partido	.124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de democracia no Brasil e no Mundo nos últimos anos	. 21
Tabela 2 - Regimes políticos por tipo no mundo	. 34
Tabela 3 - Candidaturas propondo a lógica de compartilhamento de mandato	. 44
Tabela 4 - Mandatos eleitos propondo compartilhamento do poder decisório	. 58
Tabela 5 - Quadro síntese de abordagem de pesquisa	. 78
Tabela 6 - Quadro de resultados iniciais de revisão sistemática	. 81
Tabela 7 - Quadro comparativo dos casos estudados a partir das dez variáveis	de
análise de mandatos compartilhados	. 91
Tabela 8 - Quadro síntese dos resultados do estudo multicasos	119

LISTA DE ABREVIATURAS

AVANTE Partido Avante

APP Aplicativo de celular

DEMOEX Partido da Democracia Experimental

E-DEMOCRACY Democracia Eletrônica

ESAG Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas

GO Estado de Goiás

IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MG Estado de Minas Gerais

ODD Online Direct Democracy

PCdoB Partido Comunista do Brasil

PDT Partido Democrático Trabalhista

PE Estado de Pernambuco

PHS Partido Humanista da Solidariedade

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN Partido da Mobilização Nacional

PODE Partido Podemos

PPS Partido Popular Socialista

PR Partido da República

PRB Partido Republicano Brasileiro

PROS Partido Republicano da Ordem Social

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSC Partido Social Cristão

PSD Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PSL Partido Social Liberal

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB Partido Trabalhista do Brasil
PTN Partido Trabalhista Nacional

PV Partido Verde

RAPS Rede de Ação Política pela Sustentabilidade

REDE Rede Sustentabilidade

RN Estado do Rio Grande do Norte RS Estado do Rio Grande do Sul SC Estado de Santa Catarina

SD Solidariedade

SP Estado de São Paulo

TIC Tecnologia da Informação e da Comunicação UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1.	. INT	RODUÇÃO	.19
	1.1	OBJETIVOS DO TRABALHO	
	1.2	CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO	.25
2.		EMOCRACIA COMO BASE TEÓRICA	
	2.1	COMPREENSÃO DA DEMOCRACIA	.27
	2.2	CRISE DA DEMOCRACIA	.30
	2.3	INOVAÇÕES NA DEMOCRACIA	.38
	2.4	MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS	.40
	2.5	CANDIDATURAS E MANDATOS COMPARTILHADOS	Е
	COLE	TIVOS NO BRASIL	.43
	2.6	MODELOS IDENTIFICADOS DE COMPARTILHAMENTO	DE
	MAND	OATO NO BRASIL	.72
3.	PR	OCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	.77
	3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	.77
	3.2	REVISÃO DA LITERATURA	.78
	3.3	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	.82
	3.4	VARIÁVEIS E CATEGORIAS DE ANÁLISE	.84
	3.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	.87
	3.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	.89
E	XPERI	SULTADO DO ESTUDO MULTICASOS — ANÁLISE DE DIFERENT ÊNCIAS DE MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS	NO
	4.1 GABR	UNIDADE DE PESQUISA 1 – MANDATO COMPARTILHADO	
	4.2 PARA	UNIDADE DE PESQUISA 2 – MANDATO COLETIVO DE AL	
	4.3	UNIDADE DE PESQUISA 3 – GABINETONA	107

4.4 UNIDADE DE PESQUISA 4 – MANDATO COMPARTILHADO DE RICARDO ANTONELLO
4.5 UNIDADE DE PESQUISA 5 – MANDATO COLETIVO JUNTAS . 115
4.6 SÍNTESE ANALÍTICA DOS CASOS ESTUDADOS 118
GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS
Compartilhamento do poder de decisão121
MANDATOS COMPARTILHADOS121
MANDATOS COLETIVOS
MANDATOS COLETIVOS PARTIDÁRIOS123
COMO CONSTRUIR MANDATOS COMPARTILHADOS, COLETIVOS OU COLETIVOS PARTIDÁRIOS?
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS
APENDICE A – Transcrição da entrevista com o vereador Gabriel Azevedo, do Mandato Compartilhado
APENDICE B – Transcrição da entrevista com a vereadora Bella Gonçalves, da Gabinetona
APENDICE C – Transcrição da entrevista com a vereadora Cida Falabella, da Gabinetona
APENDICE D – Transcrição da entrevista com o vereador Ricardo Antonello, do Mandato Compartilhado
APENDICE E – Transcrição da entrevista com o vereador João Yuji e a covereadora Laryssa Galantini, do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás 176
APENDICE F – Transcrição da entrevista com a codeputada Joelma Carla, do Mandato Coletivo Juntas
ANEXO A – TERMO DE INDEPENDÊNCIA DE GABRIEL AZEVEDO 193
ANEXO B – TERMO DE ACORDO DO MANDATO COLETIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS194

1. INTRODUÇÃO

Um dos temas mais discutidos no âmbito da sociologia e da ciência política é a democracia. Pode-se analisar, no decorrer da história, uma riqueza de produções acadêmicas e históricas acerca dos desdobramentos da democracia, desde sua construção do pensamento na era aristotélica, bem como seus primeiros passos práticos até as recentes e mais variadas discussões sobre a democracia participativa e a reconstrução do Estado Democrático de Direito.

Segundo Friedrich Müller (2000) a democracia é "o governo em que o povo exerce a soberania em um sistema comprometido com a igualdade ou a distribuição igualitária de poder". Logo muito mais do que um objeto da democracia, o povo deve ser, antes de tudo, um agente do processo democrático.

Ocorre que ao longo dos anos esta não tem sido uma realidade presente em todas as sociedades tidas como democráticas. A qualidade das democracias representativas vividas pelos mais diversos países no mundo vêm sendo questionada na produção acadêmica, em relatórios técnicos e como nas mais diversas produções jornalísticas e produções independentes (RAPS, 2019).

No campo acadêmico, entre 2010 e 2019, foram publicados centenas de artigos científicos sobre a crise da democracia e as formas de enfrentá-la. Já no campo técnico são dispendidos esforços na coleta de dados e elaboração de relatório sobre a saúde da democracia no mundo, a exemplo das iniciativas "Varieties of Democracies¹" e "Democracy Index²" reconhecidas tanto pela qualidade das informações contidas em seus relatórios técnicos como pela quantidade de pessoas envolvidas na sua produção, somando milhares de pesquisadores e especialistas em democracia ao redor do mundo.

Além disso, é possível encontrar diversos livros publicados relacionados à democracia. Apenas na Amazon.com, o maior portal de venda de livros o mundo, é possível encontrar 47.198 obras relacionadas ao termo "Democracy", sendo que

² Democracy Index é um estudo elaborado pela revista britânica The Economist com o objetivo de examinar o estado da Democracia em 167 países do mundo. Os estudos completos podem ser encontrados no site: https://www.eiu.com/topic/democracy-index

¹ Varietis of Democracies é um projeto que mede a evolução histórica e os atributos da Democracia e Governança em diversos países. Os estudos completos podem ser encontrados no site: https://www.v-dem.net

destes pelo menos 908 compõe o termo "Democracy crisis" e 324 para o termo "Democracy Innovation".

Estes dados sugerem o grande interesse da sociedade e da academia em compreender o surgimento e os desdobramentos da democracia no mundo, afinal, a sociedade, em sua grande maioria, tem acreditado que a democracia é a melhor forma de governo em relação a todas as demais já conhecidas (MOISÉS; CARNEIRO, 2008), pois é a única que se mostra em condições de garantir a manutenção de direitos individuais e coletivos que afetam a todos os cidadãos. Por isso é razoável acreditar no zelo pela boa forma de democracia como um valor que as sociedades devem perseguir.

Segundo Manin (1995) a representação política está passando por uma crise nos países ocidentais. Durante décadas, a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos; a grande maioria dos eleitores se identificava com um partido e a ele se mantinha fiel. Hoje, porém, o eleitorado tende a votar de modo diferente de uma eleição para a outra, e as pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número dos eleitores que não se identificam com partido algum.

É possível perceber em todo o mundo um processo de desgaste da política e em especial da própria democracia (FUNG; WRIGHT, 2003). Isso porque, de modo geral, observa-se que a democracia apresenta sintomas nada animadores, tais como: baixa participação eleitoral, diminuição da filiação em partidos políticos, distanciamento dos interesses de representantes e representados e diminuição da confiança tanto nos políticos quanto nos partidos e instituições políticas (SCHMITTER, 2013). Diante disso, não é de se surpreender que os sistemas democráticos estão testemunhando, atualmente, surtos de insatisfação popular em relação à representação política, em especial do poder legislativo, capturados por corporações e financiadores de campanha, afastando-os dos interesses legítimos da coletividade e aumentando o abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados.

Segundo o conceituado estudo, *Democracy Index*, elaborado pela revista britânica The Economist desde 2006, que mede o índice de democracia em 165 países do mundo, amparado em cinco categorias (processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política; cultura política), o nível de democracia no mundo vem oscilando em uma nota mediana com tendência de queda

nos últimos anos, atingindo em 2017 o seu pior nível nos últimos sete anos. Bem como o Brasil que vem gradualmente recuando o seu nível de democracia, atingindo em 2017 a sua pior nota desde que o estudo foi criado, apresentando ainda leve melhora no ano de 2018.

Tabela 1 - Índice de democracia no Brasil e no Mundo nos últimos anos

ANO	ÍNDICE GLOBAL	ÍNDICE BRASIL	POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING
2006	5.52	7.38	420
2007	não houve estudo	não houve estudo	não houve estudo
2008	5.55	7.38	410
2009	não houve estudo	não houve estudo	não houve estudo
2010	5.46	7.12	47°
2011	5.49	7.12	45°
2012	5.52	7.12	440
2013	5.53	7.12	440
2014	5.55	7.38	440
2015	5.55	6.96	51°
2016	5.52	6.90	51°
2017	5.48	6.86	49°
2018	5.48	6.97	50°

Fonte: adaptado de Democracy Index³ 2006 – 2018 (THE ECONOMIST)

Neste sentido, tem se visto por todo o mundo que, de modo geral, os políticos se tornaram uma elite autoperpetuante, que governa e manipula massas passivas, fazendo com que estes não sejam agentes representantes das pessoas, mas agentes independentes escolhidos pela sociedade (PITKIN, 2004).

Sugere-se ainda, segundo THE ECONOMIST (2014), a crise do sistema democrático é diretamente ligada à não correspondência das expectativas geradas pelo sistema de democracia representativa. Embora o modelo tenha sido o

³ https://www.eiu.com/topic/democracy-index

responsável pela plena expansão da democracia como principal modelo político ao redor do mundo, a corrosão dos seus meios levou ao descrédito do sistema e consequente afastamento dos interesses da sociedade civil e dos representantes.

Segundo Norberto Bobbio (1986, p. 36):

"O princípio sobre o qual se funda a representação política é a antítese exata do princípio sobre o qual se funda a representação dos interesses, no qual o representante, devendo perseguir os interesses particulares do representado, está sujeito a um mandato vinculado"

Isto significa que a representação política deve, segundo a doutrina democrática, perseguir os interesses gerais, e não particulares, pois, segundo Bobbio (1986), representa a nação, e não uma ou outra categoria.

Sendo assim, acredita-se que a crise no sistema democrático seja causada pela falta de correspondência entre o que a sociedade quer e o que o político faz, defende ou vota. A crise da democracia poderia ser compreendida então como a crise da representação dos interesses dos cidadãos. Cabe então o questionamento, mas de qual tipo de representação? Dentre os modelos de representação democrática destacam-se duas formas: a fiduciária e a delegada.

No modelo fiduciário o representante não atende estritamente as preferências dos seus eleitores, mas sim aquilo que é considerado interesse geral da sociedade, e na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses (BOBBIO, 1986; DOVI, 2007). O modelo foi concebido a medida em que as nações cresciam e a democracia direta não se tornava viável dada as condições tecnológicas da época e da complexidade dos temas abordados pela política, a medida me que os cidadãos não estariam plenamente preparados para absorção e aprovação de todos os assuntos. (FURBINO MARQUES; BAO RIBEIRO, 2015).

Na teoria democrática, o modelo de representação fiduciária deveria ser concebido como o ideal a ser perseguido (BOBBIO, 1998). Entretanto empiricamente, o modelo nada se parece com a teoria. Dois motivos levam à essa constatação: (1) cada grupo tende a identificar os seus próprios interesses como o interesse nacional. (2) na prática os políticos tendem a formar uma própria categoria particular que se defende, independente de bandeiras ideológicas. Dessa maneira, a representação política fiduciária da forma como é concebida pela teoria democrática acaba ocupando mais o plano da ficção do que o da realidade.

Segundo Pitkin (1967), os governos tidos como representativos, em especial nos parlamentos, a partir da ótica do modelo fiduciário de democracia representativa, tornaram-se novas formas de oligarquias, em que as pessoas comuns acabam por excluídas das decisões políticas e sequer amparadas por elas. Embora o modelo tenha sido concebido com vistas a viabilizar a democracia, os esforços para democratizar o sistema representativo demonstrara-se insuficiente, ao ponto em que a representação não atende a democracia, mas acaba por substituí-la.

Do outro lado no modelo delegado entende-se que o representante deve ser um espelho das preferências dos seus eleitores, sendo um embaixador dos seus interesses, tendo o seu mandato vinculado aos que o delegaram o seu posicionamento. (PITKIN, 1967). Nessa visão o representante eleito tem o dever de atender rigorosamente aos anseios dos representados, tendo ainda o representante a obrigação de garantir os representados tenham plenas condições de compreender e discernir sobre as discussões postas, de modo que essas sejam tomadas da forma mais consciente possível.

Historicamente, no mundo, escolheu-se majoritariamente a forma fiduciária de representação, tanto pela dificuldade de coletar as opiniões de toda a população como pelo conhecimento técnico necessário para elaboração de cada vez mais complexas políticas públicas, numa realidade em que boa parte da população não tinha os conhecimentos básicos necessários e o governo não dispunha de infraestrutura suficiente para ouvir toda a sociedade.

É possível inclusive afirmar que essa escolha contribuiu para o desenvolvimento da democracia, visto que as regras do jogo político, assim como as legislações tornaram-se cada vez mais temáticas, complexas e técnicas, fugindo, em determinados momentos da história, do alcance de entendimento de toda a população. Além disso, o próprio trabalho de legislar não se mostrava atrativo para boa parte da população, abrindo significativa brecha para atuação de uma elite política na condução do jogo.

Entretanto, no cenário atual, com o aumento gradativo do nível educacional da sociedade, bem como da efervescência das discussões políticas proporcionadas pela difusão das redes sociais, a ideia de que os cidadãos podem (e devem) participar mais diretamente das decisões sobre os assuntos públicos é forte e crescente. Ademais, observa-se ao longo do tempo que os representados vêm se informando mais sobre

o desempenho dos governos e em especial o desempenho dos seus representantes (PHARR; PUTNAM; DALTON, 2000).

Neste contexto, ganham destaque as formas de democracia direta bem como outras formas de inserção da população na formulação de alternativas e ativismo no processo de tomada de decisão do enfrentamento de problemas públicos. A utilização do método deliberativo aliado à tecnologia se apresenta como o maior vetor na viabilização do novo diálogo entre cidadãos e legisladores. Isso, pois a deliberação dá aos cidadãos a oportunidade de falar e ouvir, trocar razões e argumentos num esforço para construir um consenso (COHEN, 1989). A tecnologia permite ainda superar barreiras antes determinantes, tais como as distâncias geográficas, o acesso à informação e a difusão de diferentes opiniões.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a experiência de inovações democráticas como forma de minimizar as disfunções da democracia geradas pela crise de representatividade, estudando as experiências de mandatos compartilhados e coletivos nos poderes legislativos do Brasil.

Os mandatos compartilhados e coletivos se apresentam como uma forma de representação legislativa em que o poder de decisão do representante é dividido com representados. Sendo assim, o político eleito abre mão de sua autonomia para permitir a participação de um conjunto de pessoas na coprodução legislativa. Dá-se relevo, ainda, ao fato de que a estratégia de mandatos compartilhados já se fez presente em países como Argentina, Austrália, Brasil, Suécia e Estados Unidos (SECCHI; CAVALHEIRO, 2017).

Neste sentindo, os mandatos compartilhados e coletivos, como experiências inovadoras na política, poderiam ser os catalizadores de uma nova relação entre poder legislativo e cidadãos, capaz de ampliar o exercício da democracia.

1.1 OBJETIVOS DO TRABALHO

Objetivo Geral:

Analisar, caracterizar e explicar os diferentes tipos de mandatos compartilhados e coletivos em atividade no Brasil.

Objetivos Específicos:

- Pesquisar a produção literária clássica e contemporânea relativa à discussão sobre a crise da democracia, inovações na democracia, representação delegada e mandatos compartilhados e coletivos;
- Mapear as iniciativas de candidaturas e mandatos compartilhados e coletivos na democracia brasileira surgidas no século XXI;
- Compreender e analisar as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos e os resultados envolvidos na adoção da estratégia de mantados compartilhados e coletivos no Brasil;
- Desenvolver um Guia de formatação de mandatos compartilhados e coletivos no Brasil a fim de sintetizar os aspectos de cada modelo para melhor compreensão das metodologias existentes.

1.2 CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

Diante da crise da democracia representativa, latente em praticamente todos os países tidos como democráticos, mostra-se de grande relevância o estudo e a divulgação de novas iniciativas capazes de rearticular o exercício democrático.

Dessa forma esta pesquisa se faz importante no sentido de buscar e apresentar diferentes formas de reinserir o cidadão no centro da política, sendo útil ainda como um instrumento de pesquisa para que cidadãos estimulem os representantes a conhecerem e adotarem tal método de representação, bem como para políticos dispostos a inovarem em seus mandatos.

Cabe ressaltar que praticamente inexistem trabalhos acadêmicos relacionados a mandatos compartilhados e coletivos, visto este ser um tema muito novo no cenário político. Em pesquisas nas bases científicas um dos poucos artigos científicos encontrados é do próprio Prof. Drº Leonardo Secchi e do seu doutorando Ricardo Cavalheiro, ambos desta mesma instituição. Isto, por sua vez, comprova a inovação que este trabalho busca trazer para a academia, contribuindo para a compreensão inicial do tema e estimulando o desenvolvimento de novas pesquisas acerca da temática.

A conexão de diferentes áreas do conhecimento propostas neste trabalho, vem ao encontro dos objetivos desta Universidade, que é de produzir, disseminar e aplicar o conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão de modo a contribuir com

melhorias e inovações na democracia, nos órgãos públicos, nas organizações do terceiro setor e empresas privadas.

Ressalta-se ainda, que o tema proposto apresenta aderência à literatura e a produção científica acerca da Teoria da Democracia. Torna-se pertinente então um maior aprofundamento no tema aqui proposto visando uma contribuição ao desenvolvimento e disseminação do conhecimento acerca do modelo de representação delegada, com ênfase na utilização de novas tecnologias na inclusão do cidadão no processo de produção e discussão legislativa.

Espera-se ainda que, os mandatos compartilhados e coletivos possam ser difundidos por todas as regiões do país como um novo modelo validado de representação política. Ressalta-se que embora as iniciativas apresentadas neste trabalho estejam em fase de experimentação, notadamente elas já trazem ganhos práticos tais como aumento da transparência, estímulo à participação social, legitimidade nas decisões políticas, e responsividade para com o interesse público.

Para isso, e como produto final do trabalho, o estudo traz, ao final do seu desenvolvimento, um guia prático de formatação de mandatos compartilhados e coletivos, de maneira a facilitar que candidatos e mandatários integrem a lógica de compartilhamento e construção coletiva em suas ações tanto à nível local, como estadual e federal.

Por fim, ressalta-se que este trabalho alinha-se aos objetivos do grupo de pesquisa *Callipolis*, que visa produzir estudo das políticas públicas com o foco no cidadão, buscando o desenvolvimento político da sociedade e investigando as formas pelas quais a ação pública se mobiliza na consecução dos objetivos democráticos e do desenvolvimento organizacional e sustentável.

2. A DEMOCRACIA COMO BASE TEÓRICA

Neste projeto antes de discorrer sobre a metodologia a ser aplicada para se alcançar os objetivos propostos anteriormente, entende-se como de suma importância a compreensão do assunto que permeia todo este trabalho, ora como plano de fundo, ora como tema principal: a democracia.

Este projeto não tem ainda a intenção de construir toda uma narrativa histórica de todos os aspectos, modelos e vertentes da história da democracia, mas sim de reunir os elementos essenciais à construção da argumentação científica capaz de identificar os aspectos da democracia representativa, passando pela sua consolidação e sua crise, bem como das mais recentes inovações da democracia, para então analisar a operação dos mandatos compartilhados e coletivos no Brasil como uma possível alternativa à crise de representatividade aqui exposta.

2.1 COMPREENSÃO DA DEMOCRACIA

As discussões em torno do conceito de democracia não são fenômenos sociais recentes, segundo Dahl (2001) ela já é discutida há aproximadamente 2500 anos, tendo seus primeiros passos observados na Grécia Antiga como uma forma participativa dos cidadãos ditarem os rumos políticos da cidade.

Seria, porém, um equívoco afirmar que a democracia houvesse sido inventada de uma vez por todas, como a invenção de uma máquina que seria amplamente difundida nas sociedades. A construção da democracia passou por um longo caminho conflituoso tanto no âmbito conceitual como na sua própria aplicação, resultando em diferentes modelos e despertando diferentes paixões nas sociedades ao longo desses mais de dois milênios.

Na teoria clássica, também conhecida como aristotélica, afirma-se que a democracia consiste na realização do bem comum através da vontade geral que exprime uma vontade do povo, ainda não perfeitamente identificada. A vertente clássica assume a igualdade política como o princípio norteador. Não por acaso diversos cargos públicos na Grécia eram preenchidos por meio do sorteio, o qual era visto como uma forma de providenciar "chances iguais" para a ocupação desses postos (DAHL, 2001).

O conceito em torno do que se entende hoje por democracia foi bastante influenciado pela teoria clássica grega, embora o modelo institucional adotado

seja completamente diferente do desenho das instituições atenienses. Na Grécia Antiga haviam diversos elementos que não estão presentes nos regimes democráticos contemporâneos, como a assembleia popular, o sorteio como método de preenchimento de cargos públicos e a rotatividade das posições de governo (MIGUEL, 2005).

A principal diferença entre o modelo grego e as democracias contemporâneas está no papel da participação popular e da representação política. Enquanto os modelos atuais uniram democracia e representação, a interação entre esses dois conceitos era impossível na Grécia Antiga. As eleições eram tidas como um modelo perverso, pois estavam ligadas diretamente ao conceito de oligarquia, modelo completamente distinto do que se propunha com a democracia.

A divisão política clássica aristotélica trata de seis formas diferentes de governo, que se distinguem por dois critérios: o número de quem governa e o tipo de interesse (público ou privado). As seis formas recebem o nome de monarquia, aristocracia, polítia, tirania, oligarquia e democracia, em que as três últimas se constituem em corrupções das primeiras (TILLY, 2006). A democracia era o governo dos "muitos" governando em interesse próprio, enquanto a polítia seria o governo dos "muitos" governando em prol do interesse público.

A forma positiva mais viável para Aristóteles seria uma combinação entre a oligarquia e a democracia de modo a equilibrar o conflito entre pobres e ricos. Essa combinação seria efetivada por meio da adoção de um "meio termo" entre as disposições extremas dos dois regimes (BOBBIO, 1998). A forma com a qual a democracia era vista na Antiguidade clássica distingue-se da perspectiva contemporânea por várias razões.

No tocante à conceituação de igualdade política, proposto no modelo clássico, não se refere a uma igualdade de resultados, mas de chances em fazer parte das decisões públicas em termos de probabilidade, como mostra a escolha pelo método do sorteio. Quando o ocupante do cargo público é escolhido por sorteio, pode-se dizer que há probabilidades iguais para cada pessoa que quer ocupar tal posto ser escolhida. A igualdade na democracia ateniense não se expressava na distribuição efetiva do poder, mas nas chances iguais de exercê-lo.

Entretanto, a igualdade política, princípio fundador do conceito de democracia, foi perdendo cada vez mais espaço devido à predominância de outras prioridades, tais

como a concepção de legitimidade, a qual ganha proeminência nas teorias do contrato social.

Já na Teoria da Soberania Popular, fundada séculos mais tarde na Era Romana, diz-se que o povo cria o direito a partir dos costumes, como dá vida às leis através do voto, tendo sempre o povo como fonte originária do poder.

Assim, abre-se a distinção entre a titularidade e o exercício do poder. Nessa senda, verifica-se que, nas comunidades romanas onde o povo transferiu para representantes o poder originário de fazer as leis, restava conservado ao povo o poder de criar direito através da tradição. Portanto, há que se destacar a instituição de concessão temporária e revogável de exercício do poder tanto no Senado Aristocrático quanto na Câmara Democrática, já que titularidade permanece no povo e ao representante se constitui o posto de procurador (BOBBIO, 1998; BONAVIDES, 2000).

Neste sentido a Teoria da Soberania Popular alinha-se diretamente à Teoria do Contrato Social, visto que a definição e a constituição de um o povo, a instituição do Governo, assim como as modalidades da transmissão do poder (total ou parcial, definitivo ou temporário, irrevogável ou revogável) acontece na forma própria de contrato social.

Já a democracia moderna pode ser entendida como a forma de Governo oposta a toda a forma de despotismo, tal modo que ninguém seja tão poderoso que possa oprimir o outro. Destaca-se que em Rousseau, os ideais republicanos e democráticos finalmente coincidem. Na obra Contrato Social a doutrina clássica da soberania popular (vontade geral inalienável, indivisível e infalível, o poder de fazer as leis) e a doutrina contratualista (Estado fundado sobre o consenso e participação de todos na produção das leis) confluem até se fundirem (BOBBIO, 1998).

O modelo representativo começa a ganhar forma na modernidade onde, de acordo com Vieira (2006), começa a afluir um processo de passagem do princípio da soberania monárquica para a soberania popular, protagonizada pela luta da burguesia contra o poder autoritário dos reis. Uma vez instituída a soberania popular em oposição a soberania monárquica e diante da impossibilidade técnica de uma democracia direta, o sistema representativo surge como solução diante a dificuldade de implementação de uma democracia direta.

Ao longo de todo o século XIX, a discussão em torno da democracia se foi afirmando, através dos escritores liberais, inaugurados por John Locke, a ideia de que a única forma compatível com o Estado liberal, que reconhece e garante direitos fundamentais tais como: direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc., fosse a democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, exclusivamente, a um corpo restrito de representantes eleitos pelos cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos.

Dessa forma a soberania popular é delegada por meio de representantes escolhidos para esse fim, sendo o voto o mecanismo essencial para sua legitimidade, ou seja, o sufrágio universal, que por muito tempo foi negado ou limitado por questões de cor, condições sociais e de gênero, surge agora como fundamental para legitimação do modelo representativo de democracia, entende-se, portanto, a representação política como um ato de tornar presente aquele que estava ausente (PITKIN, 1967).

Na primeira metade do século XX, o debate sobre a democracia teve então como objeto central o problema de sua desejabilidade, sagrando-se vencedora a posição favorável à democracia após a Segunda Guerra Mundial. Passou-se, então, a discutir a existência de condições estruturais para a democracia, tema que perdeu força a partir dos anos 1980, com a expansão da democracia liberal para o Leste Europeu e a América Latina. Outra frente de debate tratou da compatibilidade ou incompatibilidade da democracia com o capitalismo, dentro da qual se enquadram a crítica marxista e a defesa de uma concepção substancialista de democracia. A resposta da teoria liberal que se sagrou hegemônica foi a afirmação da democracia como uma forma política, e da eleição de representantes como a única viável (SANTOS; AVRITZER, 2002).

2.2 CRISE DA DEMOCRACIA

Considerando o longo caminho percorrido pela democracia, bem como da formulação de suas diferentes visões até ser a forma de governo predominante no mundo, é notório que o seu processo de consolidação também não tenha sido uniforme.

No modelo Grego um sistema de democracia direta, em que a regra não era a representação popular, mas a democracia direta exercida pelos homens considerados cidadãos, seria inaplicável nos dias de hoje, visto que, segundo Dahl (2008), quanto maior e mais complexa a organização estrutural de um Estado, mais difícil é a implementação de uma democracia direta, como na Grécia Antiga. Assim para que todos os cidadãos possam de alguma forma participar e exercer influência nas decisões públicas, a eleição de representantes torna-se algo inevitável como a melhor forma de viabilizar um sistema político justo e abrangente.

O século passado foi, de fato, um período de intensa disputa em torno da questão democrática, travada ao final da segunda guerra mundial e ao longo de todo o período da guerra fria. Porém, com o fim do período de conflitos globais bem como a decadência econômica e política de regimes militares em diversas partes do globo, abriu-se grande espaço para a expansão da democracia representativa como principal modelo político dos Estados.

Em 1974 apenas cerca de 30% dos estados independentes do mundo preencheram os critérios da democracia eleitoral, sistema no qual os cidadãos, através do sufrágio universal, podem escolher e substituir seus líderes em eleições regulares, livres, justas e significativas (DIAMOND, 2015). Entretanto nas três décadas seguintes a democracia teve uma expansão mundial sem precedentes na história, com crescimento ou manutenção do número de democracias em todos os anos entre 1975 e 2007.

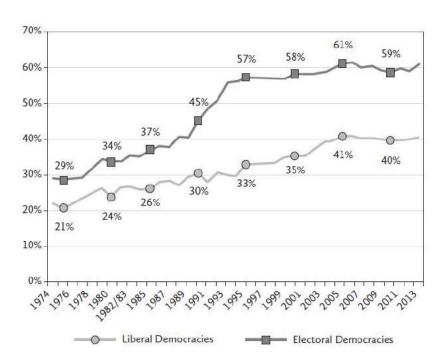


Figura 1 - Evolução das democracias no mundo entre 1975 - 2013

Fonte: (DIAMOND, 2015)

Assim, os últimos dois séculos foram o cenário das principais mudanças na formatação da democracia representativa, a difusão do sufrágio universal e o surgimento de movimentos sindicais e de massa, que deram as bases para criação de partidos populares, foram os principais fatores que modularam a forma de representação política até o final do referido século.

Mesmo com a expressiva expansão quantitativa da democracia representativa pelo mundo durante os últimos séculos, observa-se simultaneamente uma erosão na sua qualidade. Segundo Pharr, Putnam e Dalton (2000), a preocupação pública migrou dos problemas relacionados à economia para os problemas relacionados ao governo como um todo. Isso se refletiu diretamente na queda de confiança das sociedades com as instituições democráticas.

Neste período, o governo representativo passou por importantes modificações, especialmente durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. A mudança mais evidente, que mais chamou a atenção dos historiadores do governo representativo, diz respeito ao direito de voto de modo que o direito ao sufrágio fora consideravelmente ampliado. Segundo Manin (1997), essa mudança ocorreu paralelamente a uma outra: a emergência dos partidos de massa. O governo representativo moderno foi instalado sem a presença de partidos organizados. A

maioria dos fundadores do governo representativo chegava a pensar que a divisão entre partidos era uma ameaça ao sistema que pretendiam estabelecer. A partir da segunda metade do século XIX, porém, a presença de partidos políticos na organização da expressão da vontade do eleitorado passou a ser vista como um componente essencial da democracia representativa. Além disso, os programas políticos também tinham um papel de reduzida importância no modelo original dos governos representativos: a própria ideia de plataforma política era praticamente desconhecida no final do século XVIII e início do. século XIX. Mas com o aparecimento dos partidos de massa, os programas políticos passaram a ser um dos principais instrumentos da competição eleitoral.

O aparecimento dos partidos de massa e de seus programas veio transformar a própria relação de representação. A existência de partidos organizados aproximava os representantes dos representados. Os candidatos passaram a ser escolhidos pela organização partidária, na qual militantes de base tinham a oportunidade de se manifestar. A massa do povo podia, assim, ter uma certa participação na seleção de candidatos e escolher pessoas que compartilhassem de sua situação econômica e de suas preocupações.

Durante este período, de surgimento dos partidos de massa, acreditava-se que estes conduziriam o "cidadão comum" ao poder. Aparentemente, a ascensão desses partidos prefigurava o fim do elitismo que caracterizara as casas legislativas da maioria das democracias. Nos países em que os partidos de massa se baseavam em divisões de classe, havia a crença de que, por meio do partido socialista ou socialdemocrata, a classe operária estaria representada no parlamento por seus próprios integrantes, os trabalhadores comuns.

Porém, segundo Michels (1962), embora os líderes e parlamentares dos partidos de trabalhadores tivessem origem social operária, na realidade eles levavam uma vida mais pequeno-burguesa do que proletária. Michels afirmou que os líderes e deputados do partido da classe operária se tornavam diferentes, quando ascendiam ao poder. Esta análise mostra que o caráter elitista do governo representativo não desaparece quando o sistema é dominado pelos partidos de massa, na verdade o que acontece é a emergência de um novo tipo de elite.

Tem-se observado, nos últimos anos, uma nítida modificação nas interpretações dos resultados eleitorais. Até a década de 1970, a maioria dos estudos

concluía que as preferências políticas podiam ser explicadas pelas características sociais, econômicas e culturais dos eleitores. Várias pesquisas sobre o tema mostram que a situação mudou. Os resultados eleitorais tendem a variar significativamente de uma eleição para a outra, ainda que se mantenham inalteradas as condições socioeconômicas e culturais dos eleitores.

Segundo Manin (1995):

A personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais na explicação dessas variações: as pessoas votam de modo diferente, de uma eleição para a outra, dependendo da personalidade dos candidatos. Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido. Esse fenômeno assinala um afastamento do que se considerava como comportamento normal dos eleitores em uma democracia representativa, sugerindo uma crise de representação política.

O fato de ter representantes eleitos, através de um sufrágio universal pareceu não garantir a transposição da vontade popular para as instâncias decisórias. O fato do legislador "representar", garantido pelo voto, não é o suficiente para que a soberania popular pudesse ser exercida. Nesta seara, percebe-se ainda que a medida em que o sistema político influencia nas decisões econômicas, aumenta-se a cobrança por demandas sociais de modo que não se aumenta a capacidade das instituições de respondê-las. Essa dissonância entre demanda e capacidade incrementa a insatisfação da sociedade com o sistema político vigente, alcançando inclusive um estado de ingovernabilidade de algumas nações (FURBINO MARQUES; BAO RIBEIRO, 2015), tais como os ocorridos nos últimos anos em países como Turquia, Egito, Ucrânia e Brasil.

Reforça-se o argumento da existência de um processo de crise na democracia contemporânea crescente nos últimos anos, através dos estudos do *Democracy Index*, que além de apontar uma nota média relativamente baixa para a democracia no mundo, classifica a maior parte dos países como "democracias falhas", segundo dados apresentados no Democracy Index 2018 (THE ECONOMIST, 2018):

Tabela 2 - Regimes políticos por tipo no mundo

Tipo de Governo	Nº de países	% dos países	% da população mundial
Democracias Completas	20	12,0%	4,5%
Democracias Falhas	55	32,9%	43,2%
Regimes Híbridos	39	23,4%	16,7%
Regimes Autoritários	53	31,7%	35,6%

Fonte: Democracy Index 2018 (THE ECONOMIST, 2018)

Os resultados do projeto *Democracy Index* nos últimos anos salientam ainda que as manifestações da crise da democracia foram sintomas dos problemas gerados pela democracia representativa, alicerçados principalmente na baixa participação popular e cultura política, indicadores estes que puxaram a nota da maioria dos países para baixo nos últimos estudos.

Nessa mesma seara, o diagnóstico da "erosão da vitalidade democrática" (FUNG; WRIGHT, 2003) é percebido pelos sintomas de baixa participação eleitoral, diminuição da filiação em partidos políticos, diminuição da confiança tanto nos políticos quanto nos partidos políticos e nas instituições políticas em todo o mundo (SCHMITTER, 2013).

Pode-se analisar a referida erosão na percepção dos cidadãos, ao se levar em conta tanto a satisfação com a forma como a democracia funciona, assim como em relação a confiança na principal instituição democrática, o parlamento nacional (ARMINGEON; GUTHMANN, 2014).

Na verdade, a crise da representação caminha lado a lado a uma crise maior da própria política expressa pela perda de eficácia e confiabilidade nos partidos políticos, no governo central, no legislativo e na justiça. Segundo Delgado (1998), analisando-se a realidade de democracias mais recentes, ou menos maduras, podese encontrar uma primeira constatação de que a democracia existente não é realmente representativa, mas uma delegação engendrada e manipulada por grupos de interesses econômicos.

Há de se considerar, ainda, que o atual desencanto com a política se deve também ao descumprimento das promessas eleitorais, ou seja, além do esvaziamento do valor dos mandatos políticos, aumentando o vácuo entre as propostas programáticas prometidas e as decisões políticas que realmente são tomadas. Neste sentido, cada vez mais as decisões parlamentares são baseadas nas exigências dos financiadores de campanhas e grandes grupos lobistas, ao invés das verdadeiras demandas da sociedade.

Analisando as raízes da crise da democracia representativa, Delgado (1998) salienta seis causas explicativas, que, ao seu ver, estariam empurrando o sistema representativo para um outro modelo de Estado democrático em que a representação seria mais controlada. Os principais fatores da crise encontram se (I) nos sucessivos descumprimentos de programas de governo, (II) na frequente corrupção da classe

política, (III) na complexidade das demandas sociais, (IV) no declínio dos setores sociais, (V) na crise dos grandes discursos e (VI) na influência dos meios de comunicação.

Por outro lado, alguns autores não compreendem que a democracia esteja em si vivenciando um momento de crise, afinal a democracia é um sistema pautado na mediação de conflitos, de modo que todos sejam por ela abrangidos. Em um sistema complexo de disputas de interesses, as crises são naturalmente um pano de fundo em que o sistema democrático busca neutralizá-las. Segundo Allen (2004), a democracia é um sistema de constantes disputas em busca de solução de interesses públicos através de diferentes visões de sociedade, por isso, confunde-se as crises de representação da sociedade com possíveis crises do modelo democrático em si.

Segundo Plotke (1997), numa democracia é fundamental a capacidade de afirmar-se compromissos, visto que os representantes de uma determinada causam encontrar-se-ão com os de outras causas e terão que efetuar em determinado momento alguma negociação, a fim de legitimar os interesses da sociedade. É nesta arena de negociação que se observa os conflitos que geram possíveis crises, visto que há sempre interesses ocultos ao plano das negociações guiando as ações dos representantes.

Portanto, é possível afirmar que a suposta crise da democracia, na verdade é confundida com a crise do modelo de representação política vigente na maioria dos governos tidos como democráticos, enquanto a democracia como sistema de governo por si é notadamente um sistema permeado de conflitos desde a sua concepção. Corrobora-se a essa afirmativa o fato de que o sistema democrático, embora em ampla expansão global no século XX, enfrentou diversas instabilidades, com a derrubada do sistema perante regimes autoritários e ditatoriais, inclusive com apoio de parcela da sociedade em algumas nações.

No Brasil, após longo período de um regime militar ditatorial, a democracia retornou com traços de salvação e com amplo apoio popular. Entretanto os desdobramentos negativos da redemocratização em um sistema representativo nunca foram tão visíveis, a crise política espelhada na crise da democracia representativa, se agravou consideravelmente a partir das manifestações de rua de junho de 2013, pautadas principalmente pela insatisfação da sociedade com a crise econômica, a incapacidade gerencial do estado e principalmente a evidente gestão da corrupção como mecanismo de manutenção de poder.

O aumento crescente da insatisfação popular com a classe política, propagou o lema "sem partido" pelo país, com reflexos diretos nas eleições gerais de 2018, representando a maior fragmentação partidária do parlamento brasileiro, com 30 partidos representados na Câmara dos Deputados. Segundo o estudo *Democracy* Index, esse enfraquecimento dos partidos políticos e das instituições democráticas é consequência direta da insatisfação social com o sistema representativo, causando inclusive questionamentos por parte da população perante a confiabilidade do sistema de votação eletrônica vigente no país.

Segundo dados do estudo Pulso Brasil realizado pelo Instituto Ipsos (2017), em julho de 2017, 94% dos brasileiros não se sentem representados pelos políticos eleitos. Acrescenta-se ainda que 86% dos brasileiros acreditam que a democracia não é respeitada no país. A falta de representatividade é a chave para compreender o descontentamento com a representação política brasileira apontada no estudo. Os políticos estão legislando distantes da população, passando a impressão de que eles defendem apenas os próprios interesses, ou os interesses dos seus financiadores. Os dados sugerem ainda que os brasileiros querem restaurar o princípio da representação política e querem eleger representantes que de fato estejam conectados às causas de interesse comum da sociedade, atendendo vinculadamente a decisão dos seus eleitores.

Essa suposta crise de representatividade é o cenário ideal para a difusão de demandas de democratização das instâncias decisórias. A suposta crise fortalece o argumento de reformas no aparato democrático, passando principalmente pela discussão sobre a participação social nos processos decisórios, sobre a representação de minorias e sobre a pluralização de ideias na arena democrática.

Neste cenário reforça-se então o questionamento, se a democracia é a melhor forma de governo já aplicada na história da humanidade, sendo a única capaz de garantir direitos e liberdades individuais e coletivas, como retroalimentar a confiança nas instituições políticas e melhorar o funcionamento das democracias no mundo? Em suma, segundo Mansbridge (2003), o que a sociedade espera do modelo representativo é que se mantenha a ligação entre as decisões políticas e as preferências dos eleitores, por meio de mecanismos institucionais desenhados para promover a participação, reforçando a igualdade política e fazendo de cada cidadão um indivíduo com igual peso no processo decisório.

2.3 INOVAÇÕES NA DEMOCRACIA

Diante deste cenário de intensas disputas e manifestações, em que a democracia representativa é constantemente colocada em cheque, surgem no mundo as mais variadas inovações democráticas com vistas a ampliar os contornos participativos e deliberativos dos sistemas políticos contemporâneos, iniciativas que se dispõem a melhorar a qualidade das democracias em diversos aspectos, tais como participação popular, educação política e liberdade de expressão. Tais experiências propõem novos horizontes tanto para a defesa dos interesses dos cidadãos quanto para a inovação na democracia.

Segundo o conceito de inovações democráticas de Smith (2009), estas podem ser compreendidas como instituições políticas construídas especificamente para ampliar e aprofundar a participação dos cidadãos no processo decisório. Nessa perspectiva, as inovações democráticas são necessariamente experimentos capazes de atribuir a participação do cidadão um papel fundamental no processo decisório reconhecido pelas instituições políticas. Nessa perspectiva, tais experiências são vistas como elementos capazes de estabelecer diálogo e aperfeiçoar o funcionamento das tradicionais instituições representativas, sendo estas construídas dentro ou fora da própria arena política (SEELE; PERUZZOTI, 2009).

Assim, observou-se, nas décadas mais recentes, uma explosão de formas inovadoras de engajamento social, apoiadas em estruturas de discussão e deliberação, com a finalidade de aproximar os diferentes atores sociais na elaboração de soluções de enfrentamento de problemas públicos nas mais diversas áreas de atuação (DRYZEK, 2015).

Neste contexto a internet torna-se fundamental, viabilizando a difusão em grande escala de iniciativas inovadoras, bem como dando condições para que processos deliberativos possam se tornar viáveis em populações maiores, ampliando assim a participação política e permitindo que os cidadãos se conectem uns com os outros e com seus representantes através de novas tecnologias de informação e comunicação. Com isso, percebe-se tanto os vínculos horizontais entre os cidadãos da sociedade civil, bem como as ligações verticais entre os debates civis e decisores políticos (CHADWICK, 2003)

Esses processos de experimentação política se desenvolveram em paralelo à transição democrática na maioria dos países da América Latina. Ao passo em que a

democracia renascia nos países latinos, experimentos surgiam como forma de inovar e reconectar o cidadão à política. Seja à esquerda ou permanecendo do lado direito do espectro político, muitos governos latino-americanos, tanto a nível local, como nacional, permitiram transformações internas em suas instituições, de modo a incluir a participação cidadã como valor fundamental no processo decisório.

No Brasil, o caso mais emblemático e um dos mais analisados cientificamente no mundo é o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, que surgiu como mecanismo governamental de democracia participativa, abrindo a elaboração do orçamento público municipal para participação cidadã. Não cabe aqui se aprofundar nos aspectos da experiência, nem julgar a eficácia do modelo, mas apenas registrar esta experiência como uma das primeiras inovações democráticas com o intuito de descentralizar o poder de decisão do Estado.

Hoje, uma série de ferramentas de democracia eletrônica (e-democracy) já viabilizam a discussão e facilitam o processo de tomada de decisão entre governantes e governados. Nesse sentido, a internet proporcionou uma nova infraestrutura mais rápida e mais barata, com grande potencial para produção e difusão autônoma de informação e com uma gama variada de recursos para a ação política em escala local, nacional e até internacional (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011). As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) já estão disponíveis em praticamente todas os países e têm diminuído os custos da tomada de decisão coletiva visto que os cidadãos podem abertamente discutir, votar e até mesmo construir consenso através de fóruns virtuais. Diante disso, iniciativas de colaboração política e compartilhamento de poder tem sido impulsionadas em vários países como forma de reaproximar o cidadão do jogo político, garantindo maior vitalidade ao sistema democrático.

Já na década de 70 Macpherson (1977) apontava para o potencial democrático das tecnologias que começavam a emergir na sociedade, entretanto é somente na virada do século que se percebe a escalada de iniciativas que de fato puderam gerar impactos políticos através da internet. Segundo Graham e Witschge (2003, p. 174):

acredita-se que a internet ofereça um possível remédio para a esfera pública enferma, que tem assistido ao progressivo encolhimento de espaços discursivos, e, para a mídia massiva, que se tornou crescentemente impregnada pela comercialização e tabloidização.

Todavia, percebe-se que a análise empírica das inovações democráticas, fica aquém do esperado pela academia, enquanto que os pesquisadores tem focado grandes esforços em compreender e descrever o fenômeno da crise da democracia

representativa e seus efeitos a partir da revolução digital. Nesta seara, um caso à parte a esta constatação é a criação do projeto LATINNO – Inovações para a América Latina. O portal, com apoio de centenas de pesquisadores de toda América Latina, dispõe de um repositório de mais de 2.400 projetos de inovações democráticas implementadas em 18 países da América Latina. O projeto visa tornar as inovações democráticas mensuráveis e comparáveis, permitindo avaliações de seu real papel e impacto sobre a democracia na América Latina. Uma das experiências relatadas no portal, são justamente os experimentos de mandatos compartilhados e mandatos coletivos no poder legislativo brasileiro.

2.4 MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS

Sendo o objetivo principal desta dissertação identificar, tipificar e analisar os mandatos compartilhados e coletivos como iniciativas inovadores voltadas ao enfrentamento da crise da democracia representativa, é essencial definir o que são os mandatos compartilhados e coletivos.

Os mandatos compartilhados e os mandatos coletivos são formas de representação delegada em que os cidadãos, ou um grupo específico deles, determinam a preferência de voto de seu representante e sua atividade legislativa. Para tanto, esses mandatos trabalham sob um acordo entre um representante legislativo e cidadãos para exercer cooperativamente o poder legislativo de um mandato eletivo (SECCHI; CAVALHEIRO, 2017). Este acordo determina previamente as regras, os direitos e os deveres tanto do Parlamentar eleito, como dos coparlamentares.

No mandato compartilhado e coletivo o pressuposto básico para o seu funcionamento é a divisão do poder de decisão. Neste sentido deve ser garantida pelo Parlamentar eleito a estrita obediência ao posicionamento da maioria do grupo de corepresentantes, também chamados aqui de coparlamentares. Sendo assim, enquanto num mandato tradicional o legislador tem a liberdade de votar de acordo com seus interesses e consciência, no mandato coletivo ou compartilhado o legislador consulta algumas pessoas para então definir seu posicionamento frente as matérias legislativas.

O objetivo é compartilhar o processo de formulação de políticas para torná-lo mais inclusivo e responsável. Um melhor uso de poderes de legislador deve conectar os parlamentos aos seus cidadãos e, com isso, produzir legislações mais eficazes (BANG, JENSEN; NEDERGAARD, 2015).

Cabe ressaltar que a inovação dos mandatos compartilhados e coletivos não reside no objetivo final da experiência, que é trazer o processo deliberativo para a lógica representativa, mas sim na forma como esse objetivo é atingido, com destaque para o processo e os mecanismos de interação envolvidos, bem como no desenvolvimento empírico destas experiências.

Algumas experiências de mandatos compartilhados e mandatos coletivos já são vistas em várias partes do mundo, tais como:

Na Suécia, o Demoex (Partido Democracia Experimental) ganhou uma cadeira no poder legislativo em 2002, no município de Vallentuna usando um sistema de mandato compartilhado baseado na web. O caso se tratou de uma experiência acadêmica sugerida por um professor de filosofia a alunos secundaristas. Segundo (RAPS, 2019), o Demoex pode ser considerado o primeiro experimento contemporâneo de sucesso de mandato compartilhado, associando compartilhamento com tecnologia digital.

Na Austrália, o partido político ODD (Online Direct Democracy) usou a estratégia mandato compartilhado nas eleições gerais em 2007 e 2013, mas não foi bem-sucedido, mas foi pioneiro na construção de um website e uma plataforma de votação mobile para compartilhamento da tomada de decisão e coprodução de propostas legislativas.

Na Espanha o movimento Cinco Estrelas deu origem a um partido que tem como base fundamental a deliberação com seus filiados através de uma plataforma digital. Por ela os filiados podem enviar propostas de projetos de lei (Lex Inscritti), e influenciar diretamente na construção de projetos de lei regionais (Lex Regioni). Segundo RAPS (2019), o partido tornou-se o mais importante movimento político dos últimos anos no país, tendo hoje conquistado inúmeros sucessos eleitorais em eleições locais, regionais, nacionais e europeias. No pleito nacional de 2018 o movimento-partido conquistou 32% dos votos para Câmara e Senado e hoje forma o governo nacional com diversos ministros em uma coalização com o partido Lega.

Na Islândia, após forte pressão popular por uma revisão constitucional, uma Assembleia Constitucional Exclusiva foi montada para elaboração de uma nova carta magna no ano de 2010. Essa assembleia, após muitas disputas judiciais, adotou uma postura inovadora ao levar para as redes sociais (*Facebook e Twitter*) as discussões e deliberações sobre a reforma da constituição. Com uma participação massiva da população, foi possível que os cidadãos aprimorassem ou até reescrevessem trechos do texto constitucional. Após dois anos o texto final foi levado a *referendum* popular e aprovado por ampla maioria da população.

Na Argentina, o Partido de la Red concorreu em 2013 às eleições locais de Buenos Aires propondo um modelo de participação cidadã que é um híbrido de democracia direta e democracia representativa, via um mandato compartilhado online usando a plataforma DemocracyOS (SECCHI; CAVALHEIRO, 2017).

Outras experiências malsucedidas também surgiram nos Estados Unidos com o candidato derrotado ao senado Bob Ross que propunha dividir todas as decisões com os cidadãos do seu estado, na Espanha com o Partido X que não alcançou vaga no parlamento , na Inglaterra com o modelo Online Direct Democracy e na Itália com o Democratici Diretti, todas iniciativas com características muito semelhantes ao mandato compartilhado descrito neste projeto.

No Brasil as experiências de mandatos compartilhados e coletivos se multiplicaram nas últimas eleições, trazendo uma vasta pluralidade de experiências, amplamente difusas em seus processos e métodos de deliberação. Ao todo já são mais de 30 mandatos eleitos com tal proposta, espalhados por todo o país e em todas as esferas políticas.

Para melhor compreensão dos aspectos que compoem os mandatos compartilhados e coletivos, bem como parte dos objetivos específicos deste trabalho, fora realizado um profundo mapeamento de todas as iniciativas de mandatos compartilhados e coletivos em atividade no Brasil. Esse mapeamento aqui apresentado também faz parte de pesquisa encomendada pela RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) e Instituto Arapyaú, ainda em finalização e referenciada neste trabalho, trabalho do qual este pesquisador fez parte em parceria com outros pesquisadores da Universidade do Estado de Santa Catarina em todas as suas etapas.

2.5 CANDIDATURAS E MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS NO BRASIL

Os mandatos compartilhados e coletivos surgiram no mundo a partir da crise da democracia do século XXI, em especial da insatisfação dos cidadãos com o modelo de representação fiduciária. Estas experiências encontraram solo fértil ao surgir em um momento em que o mundo está hiperconectado através da internet, redes sociais, smartphones e todas as soluções tecnológicas de colaboração, como compartilhamento de modais de transporte, de hospedagem, de conhecimento, etc.

Não seria nenhuma surpresa o surgimento dessas iniciativas no Brasil, um país que vive profunda crise de representação, marcado por intensas manifestações populares desde o processo de redemocratização do país. Complementa-se neste cenário o fato que o Brasil passa por um momento de profunda inclusão digital, ao passo em que segundo estudo do IBGE (2016) 77,1% da população possui smartphone com acesso à internet e 91,8% da população com acesso à internet possui algum perfil em redes sociais. Sendo estes dois cenários ideais para o surgimento de inovações também na arena política.

No Brasil, muitas vezes essas iniciativas tomam outros nomes como mandatos colaborativos, cooperativos, participativos ou cidadanistas, mas em essência traduzem a definição apresentada de mandato compartilhado ou coletivo em que o representante parlamentar compartilha o poder decisório e o exercício do poder legislativo com um grupo de pessoas.

2.5.1 MAPEAMENTO DAS CANDIDATURAS COLETIVAS E COMPARTILHADAS NO BRASIL

No Brasil, 103 pessoas propondo mandatos compartilhados concorreram em 119 candidaturas a posição de legisladores em todo o país. Essas candidaturas foram a Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador, dispersos em 50 cidades, 17 estados e representando 22 dos 34 partidos políticos existentes no país, entre os anos de 1994 – quando a primeira experiência foi observada – e 2018, atingindo um total de 1.244.553 votos computados.

A seguir apresenta-se a tabela de todos candidatos a cargos legislativos no Brasil que utilizaram a lógica de compartilhamento como base argumentativa de campanha e promessa de divisão do poder a partir da vitória eleitoral. Os dados estão

ordenados a partir do número de votos obtidos durante o processo eleitoral. Cabe ainda ressaltar que alguns legisladores optaram pelo mandato compartilhado durante o mandato, embora não tivessem sido inicialmente candidatos com essa proposta:

Tabela 3 - Candidaturas propondo a lógica de compartilhamento de mandato

RESPONSÁVEL	CARGO	PARTIDO	ANO	VOTOS	MUNICÍPIO	UF
Mônica Seixas (Bancada Ativista)	Deputado Estadual	PSOL	2018	149.844	*Cargo Estadual	SP
Moira Lázaro	Senador	REDE	2018	129.146	*Cargo Federal	SP
Durval Ângelo	Deputado Estadual	PT	2006	92.807	*Cargo Estadual	MG
Durval Ângelo	Deputado Estadual	PT	2010	89.811	*Cargo Estadual	MG
Durval Ângelo	Deputado Estadual	PT	2002	89.326	*Cargo Estadual	MG
Felipe Rigoni	Deputado Federal	PSB	2018	84.405	*Cargo Federal	ES
Durval Ângelo	Deputado Estadual	PT	2014	76.674	*Cargo Estadual	MG
Kelps Lima	Deputado Estadual	SD	2014	59.619	*Cargo Estadual	RN
Durval Ângelo	Deputado Estadual	PT	1998	43.471	*Cargo Estadual	MG
Jô Cavalcanti (Juntas)	Deputado Estadual	PSOL	2018	39.175	*Cargo Estadual	PE
Kelps Lima	Deputado Estadual	SD	2018	33.819	*Cargo Estadual	RN
Wanderson Florêncio	Deputado Estadual	PSC	2018	24.971	*Cargo Estadual	PE
Antônio Lemos Filho	Deputado Federal	MDB	2018	20.629	*Cargo Federal	SC
Allyson Bezerra	Deputado Estadual	SD	2018	20.228	*Cargo Estadual	RN
Leonardo Secchi	Deputado Estadual	PSB	2018	14.558	*Cargo Estadual	SC
Zé Gustavo	Deputado Federal	PSB	2014	14.474	*Cargo Federal	SP
Áurea Carolina (Gabinetona - Muitas)	Vereadora	PSOL	2016	17.420	Belo Horizonte	MG
Ruti Rossi	Deputado Estadual	PSL	2018	13.903	*Cargo Estadual	SC
Durval Ângelo	Deputado Estadual	PT	1994	13.885	*Cargo Estadual	MG
Maria Carolina Luiz Rubinato (Mandato Coletivo Feminino)	Deputado Estadual	PSOL	2018	12.843	*Cargo Estadual	SP
Ronei Costa Martins	Vereador	PT	2012	12.773	Limeira	SP
Níkolas Reis	Deputado Estadual	PSB	2018	12.674	*Cargo Estadual	SC
Bruno Cunha	Deputado Estadual	PSB	2018	12.280	*Cargo Estadual	SC
Alisson Endi Julio	Deputado Estadual	PODE	2018	10.621	*Cardo Estadual	SC
Gabriel Azevedo	Vereador	PHS	2016	10.185	Belo Horizonte	MG
Célio Turino (Mandato Cidadanista)	Deputado Federal	PSOL	2018	9.074	*Cargo Federal	SP
Wanderson Florêncio	Vereador	PSC	2016	8.701	Recife	PE
Leonardo Secchi	Deputado Estadual	PSB	2014	8.010	*Cargo Estadual	SC
Sonia Sousa	Deputado Estadual	РТВ	2018	6.435	*Cargo Estadual	MA
Thiago Ávila (Mandato Coletivo)	Deputado Distrital	PSOL	2018	6.040	*Cargo Estadual	DF
Caio Cunha	Vereador	PV	2016	5.788	Mogi das Cruzes	SP

Valmir Pardal	Deputado Estadual	PRB	2018	5.518	*Cargo Estadual	RS
Bruno Cunha Vereador		PSB	2016	4.829	Blumenau	SC
Geferson Barros	Deputado Federal	PV	2018	4.357	*Cargo Federal	ТО
Marcelo Fachinello	Vereador	РТВ	2016	4.168	Curitiba	PR
Antônio Lemos Filho	Vereador	PMDB	2016	3.747	São José	SC
Cida Falabela (Gabinetona - Muitas)	Vereadora	PSOL	2016	3.454	Belo Horizonte	MG
Bella Gonçalves (Gabinetona - Muitas)	Vereadora	PSOL	2016	3.422	Belo Horizonte	MG
Jéssica da Candidatura Coletiva	Deputado Estadual	PSOL	2018	3.404	*Cargo Estadual	SP
Ítalo Milhomem (MS Coletivo)	Deputado Estadual	PT	2018	2.728	*Cargo Estadual	MS
Cristal Lopez	Vereador	PSOL	2016	2.705	Belo Horizonte	MG
Paulo Camolesi	Vereador	REDE	2016	2.694	Piracicaba	SP
Paulo Camolesi	Vereador	PV	2012	2.414	Piracicaba	SP
Adalberto Alencar Mandato Coletivo	Deputado Federal	PSOL	2018	2.311	*Cargo Federal	PE
Antônio Rocha Neto	Vereador	PSD	2016	2.245	Natal	RN
Luan de Rosa de Souza	Vereador	PV	2016	2.245	Curitiba	PR
Diogo Rech (Mandato Coletivo)	Deputado Estadual	PSOL	2018	2.203	*Cargo Estadual	PR
Ed Marte	Vereador	PSOL	2016	2.190	Belo Horizonte	MG
Carlos A. Santiago G. Barbosa	Vereador	PSD	2016	2.046	Itaquaquecetuba	SP
Maikon Costa	Vereador	PSDB	2016	1.991	Florianópolis	SC
Silvio Roberto Bueno (Mandato Coletivo)	Deputado Federal	PSOL	2018	1.973	*Cargo Federal	SP
Djalma Nery Ferreira Neto	Vereador	PSOL	2016	1.963	São Carlos	SP
Gustavo Bonafé	Vereador	PSDB	2016	1.823	Poços de Caldas	MG
Micael Amarante	Vereador	PSOL	2016	1.812	Rio de Janeiro	RJ
Dario de Moura	Vereador	PSOL	2016	1.753	Belo Horizonte	MG
Alisson Endi Julio	Vereador	REDE	2016	1.724	Joinville	SC
Caio Cunha	Vereador	PV	2012	1.619	Mogi das Cruzes	SP
Nikolas Reis	Vereador	PDT	2016	1.684	Itajaí	SC
Professor Gllmar Santos	Vereador	PT	2016	1.622	Petrolina	PE
Rodrigo Andrade	Vereador	PSD	2016	1.530	São José	SC
Anderson John (Mandato Coletivo)	Deputado Estadual	AVANTE	2018	1.494	*Cargo Estadual	SP
Polly do Amaral	Vereador	PSOL	2016	1.479	Belo Horizonte	MG
Mário Célio Brandão	Vereador	PHS	2016	1.303	Manaus	AM
Marimar	Vereador	PSOL	2016	1.201	Belo Horizonte	MG

D. (1	I	ĺ	I	1	ĺ
Professora Fátima (Mandato Coletivo)	Deputado Estadual	PSB	2018	1.164	*Cardo Estadual	SP
Ricardo Antonello	Vereador	PR	2016	1.099	Joaçaba	SC
André Cavalcante	Deputado Estadual	PRB	2018	1.083	*Cargo Estadual	GO
Carlos Alberto Zamprogna	Vereador	REDE	2016	973	Chapecó	SC
Willian Quadros da Silva	Vereador	PSD	2016	970	São José	SC
Iris Cristina da Silva Moreira	Vereadora	PRB	2016	809	Divinópolis	MG
Toninho Lopes Jr	Vereador	PSD	2016	735	Franco da Rocha	SP
Valmir Pardal	Vereador	PRB	2016	713	Torres	RS
Eduardo Dade Sallum	Vereador	PT	2016	682	Tatuí	SP
Avelin Buniacá Kambiwá	Vereador	PSOL	2016	642	Belo Horizonte	MG
Vivaldo Neto	Vereador	PV	2016	622	Socorro	SP
Dú Pente	Vereador	PSOL	2016	525	Belo Horizonte	MG
Aldenor Lima	Vereador	PTdoB	2016	496	Manaus	AM
Fred Buriti	Vereador	PSOL	2016	446	Belo Horizonte	MG
Bruno Ribeiro	Vereador	REDE	2016	434	Guarulhos	SP
Josmar Pereira	Vereador	PMN	2016	422	Fazenda Rio Grande	PR
Luiz Vicente	Vereador	SD	2016	407	Piracicaba	SP
Rui Farias	Vereador	REDE	2016	390	Sinop	MT
Leo Candidatura Coletiva	Deputado Federal	PSOL	2018	382	*Cargo Federal	SP
Nana Oliveira	Vereador	PSOL	2016	378	Belo Horizonte	MG
Pedro Martin	Vereador	REDE	2016	357	Piracicaba	SP
Luciano dos Santos	Vereador	REDE	2016	339	Joinville	SC
Eduardo Moslinger	Vereador	PRB	2016	330	Joaçaba	SC
Pedro Júnior	Vereador	REDE	2016	324	Marcelino Vieira	RN
Elisson Jordão	Vereador	REDE	2016	316	Poconé	MT
Sergio Vargas	Vereador	REDE	2016	306	Candoi	PR
Eduarda Montibeller	Vereadora	PSB	2016	304	Baln. Camboriú	SC
Caic Henriques	Vereador	PT	2016	252	Muriaé	MG
Marlon Olsen	Vereador	PMDB	2016	249	Baln. Camboriú	SC
Eduardo Leite	Vereador	REDE	2016	245	Salvador	ВА
Cesar Borgi	Vereador	PROS	2016	227	Rio Claro	SP
Jalmir Cesar Gonçalves	Vereador	REDE	2016	217	Ibirama	SC
Marisa Alves	Vereadora	REDE	2016	197	Ribeirão Preto	SP
Jéssica Bertotti	Vereadora	PTN	2016	177	Florianópolis	SC
Mirele Eckert Silveira	Vereadora	PT	2016	168	Faxinal do Soturno	RS
Osmar Fagundes	Vereador	REDE	2016	164	Joinville	SC
Paulo Victor	Vereador	PHS	2016	164	Tapira	PR
Alfredo Silva Jr	Vereador	PDT	2016	162	Biguaçu	SC
Drª Marilena Tozzi	Vereadora	REDE	2016	160	Piracicaba	SP

João Yuji	Vereador	PTN	2016	148	Alto Paraíso de Goiás	GO
Marcelo Elisio	Vereador	PCdoB	2016	128	Pontal do Paraná	PR
Alexandre de Souza Metsger	Vereador	REDE	2016	122	Camboriú	SC
Leandro Damásio	Vereador	PPS	2016	121	Urussanga	SC
Pedro Samuel da Silva	Vereador	PDT	2016	93	Biguaçu	SC
Josival Alencar	Vereador	PV	2016	89	Cuiabá	MT
Marcia de Carvalho	Vereadora	PSDB	2016	89	Blumenau	SC
Jeane Flávia Marcelino da Costa	Vereadora	REDE	2016	88	Natal	RN
Virgilio Barros	Vereador	REDE	2016	77	Santa Gertrudes	SP
Marileia Malmann	Vereadora	REDE	2016	75	Ibirama	SC
Reinaldo Antônio Bastos	Vereador	PSB	2016	64	Dionísio	MG
Fernando José Botelho	Vereador	REDE	2016	50	Guarapuava	PR
Odir Waiss	Vereador	REDE	2016	44	Ibirama	SC
Jeferson Petry	Vereador	PDT	2016	43	Araquari	SC
Mari Edi Haas	Vereadora	REDE	2016	33	Ibirama	SC
Cesar Santos	Vereador	PSB	2016	19	Gov. Celso Ramos	SC

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

Desse total, 24 candidatos foram eleitos em 32 mandatos diferentes, contabilizando-se as reeleições, em oito estados diferentes. Deste modo, conclui-se que a iniciativa de mandatos compartilhados, apesar de recente, apresenta significativa adoção no cenário político brasileiro, em especial nos últimos três anos, visto que as experiências de mandatos compartilhados possam ser observadas inicialmente há mais de 20 anos no país, sua grande expansão se deu após as eleições gerais de 2014, com grande destaque para as duas últimas eleições – municipais de 2016 e gerais de 2018, conforme figura abaixo:

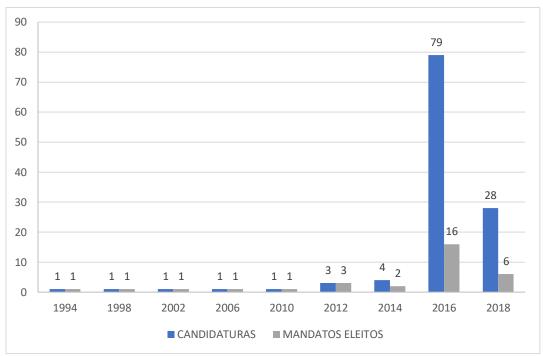


Figura 2 - Número de candidaturas e mandatos eleitos por períodos eleitorais

Fonte: elaboração própria

Chama a atenção também a dispersão geográfica, visto que ocorreram candidaturas coletivas e compartilhadas em pelo menos 50 cidades e 17 estados brasileiros, conforme visualizado no mapa a seguir. Percebe-se ainda que mesmo que haja uma concentração maior nas cidades da região sul e sudeste, as candidaturas ou mandatos compartilhados são encontrados em todas as regiões do Brasil. O marcador está apontado ao município ou estado onde ocorreu a candidatura. Um marcador pode conter várias iniciativas que tiveram como sede o mesmo estado ou município (RAPS, 2019).



Figura 3 - Mapa das candidaturas de mandatos compartilhados no Brasil

Fonte: RAPS (2019)

2.5.2 ANÁLISE POR REGIÕES DO PAÍS

Quanto a dispersão de votos por região do país, a região Sudeste lidera com folga o quadro a seguir, com 897.932 votos (72,1%), seguido da região Nordeste com 199.783 (16,1%), da região Sul com 129.888 (10,4%), da região Centro-Oeste com 10.794 (0,9%) finalizando com a região Norte com apenas 6.156 (0,5%), sendo esta a única região do país que não elegeu nenhuma das candidaturas propondo mandatos compartilhados ou coletivos.

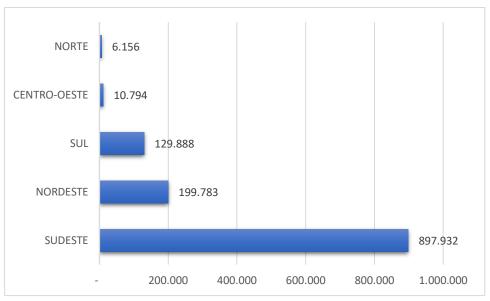


Figura 4 - Número de votos obtidos por região do país

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

Por outro lado, quanto ao número de candidaturas, a região Sul foi a que apresentou o maior número de candidatos propondo o mecanismo de mandatos compartilhados ou coletivos (44), mas elegendo apenas seis iniciativas no total. Já a região Sudeste que apresentou 43 candidaturas foi a campeã no número de mandatos eleitos, chegando a 18 iniciativas vitoriosas nas urnas. O Nordeste vem em seguida, com 13 candidaturas e sete políticos exercendo mandatos coletivos ou compartilhados. A região Centro-Oeste e a região Norte até tiveram candidaturas compartilhadas (sete e três respectivamente), mas apenas o mandato coletivo de Alto Paraíso de Goiás, na região Centro-Oeste, conseguiu levar a inovação para a prática.

Chama a atenção a disparidade entre o número de candidaturas e mandatos eleitos na região Sul, levando o pesquisador a crer que o perfil do eleitor desta região não se interessou tanto por estes modelos de democracia coletiva. O fato pode inclusive estar relacionado a maior presença de candidaturas de esquerda propondo tal modelo, enquanto que o perfil do eleitorado do Sul tradicionalmente é mais alinhado aos políticos de direita em relação às demais regiões do país. Outro fator a ser considerado é o possível enviesamento da pesquisa, pelo fato de o pesquisador residir na região Sul e ter maior facilidade de busca nesta localidade.

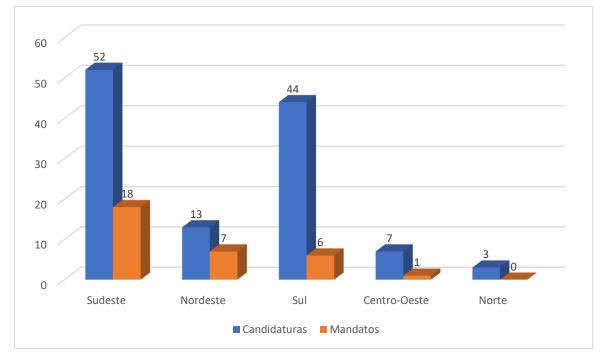


Figura 5 - Número de candidaturas e mandatos eleitos por região do país

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

2.5.3 ANÁLISE POR PARTIDOS E IDEOLOGIAS POLÍTICAS

No Brasil, os partidos políticos ainda não têm sido grandes incentivadores das candidaturas e mandatos compartilhados no país. Ao contrário do observado em outros países onde iniciativas da sociedade civil organizada ou dos partidos políticos tem sido os empreendedores deste tipo de inovação, no Brasil os candidatos ou os legisladores já eleitos são os que tomam a decisão de dividir o poder do seu mandato.

Segundo RAPS (2019) apesar de não promoverem mandatos compartilhados, alguns partidos políticos brasileiros "toleram" mandatos compartilhados. Um mandato compartilhado pode ser visto como prejudicial aos interesses partidários quando se faz uma análise de quem terá o poder de decisão ou de ocupação dos espaços de gabinete. Tradicionalmente os partidos políticos exigem de seus mandatários fidelidade em votações, bem como retribuições de espaço político por eventuais apoios em campanha. Com o mandato compartilhado isso muda visivelmente, visto que a relação de obediência passa a ser também mediada com o grupo de participantes do mandato compartilhado, além do partido.

Embora essas iniciativas surjam na sociedade civil, é fundamental para o registro de candidaturas no Brasil a inscrição em um partido político, por isso, mesmo com uma antipatia dos partidos com o modelo, é fundamental a negociação com siglas

partidárias que aceitem tal modelo, de preferência de modo oficial e registrado legalmente. Como nenhum partido político assume essa bandeira, é possível perceber uma dispersão das candidaturas entre os partidos, atualmente entre 22 dos 34 partidos políticos brasileiros. Assim, apesar de serem iniciativas autônomas dos políticos, é nos partidos que os mandatos encontram um terreno fértil para prosperar. Como pode ser visto no gráfico abaixo o PSOL, a REDE, o PT e o PSB têm sido os partidos que mais permitiram mandatos compartilhados ou coletivos no Brasil:

PPS; 1_PR ; 1_P QTD PROS; 1 _PSL; 1 PT do B / PMN; 1 AVANTE; 2_ PCdoB; 1 PTN / PODE; 3_ PTB; 2 PSDB: 3_ PSC; 2 PHS; 3 MDB: 3 REDE; 23 PRB: 5 PV; 7 PT; 12 PSB; 11 ■ PT ■ PV PSOL REDE PSB ■ PRB PSD PDT ■ SD MDB ■ PTN / PODE PHS PSC PSDB PTB ■ PT do B / AVANTE ■ PCdoB ■ PMN ■ PR PPS ■ PROS PSL

Figura 6 - Número de candidaturas propondo compartilhamento de mandato por partidos políticos

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

Por outro lado, analisando o perfil ideológico das candidaturas, percebe-se uma tendência maior para utilização do modelo por candidaturas mais à esquerda, embora registre-se também a presença de candidaturas à direita propondo tal modelo, conforme observa-se na figura abaixo:

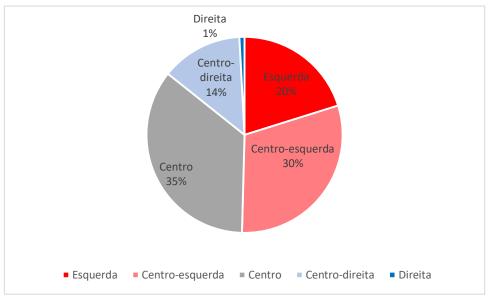


Figura 7 - Posicionamento político das candidaturas

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

Esse dado nos traz uma importante reflexão quanto a aplicabilidade do modelo perante diferentes espectros ideológicos. É natural que os partidos mais à esquerda do espectro sejam maioria, visto o ideal coletivista defendido por essas siglas, entretanto é possível sim que mandatos mais à direita consigam viabilizar um processo de representação deliberativa com os seus seguidores, sejam eles em grupos mais fechados ou até mesmo em mandatos mais abertos.

Para realizar a análise da propensão ideológica dos mandatos compartilhados e coletivos os partidos políticos foram divididos de acordo com os critérios de Tarouco e Madeira (2015) e Scheeffer (2018)⁴, que classificaram os partidos políticos do Brasil conforme a ideologia através dos estatutos e posicionamentos de bancada, vale ainda

PTdoB/AVANTE, PSDB, MDB, PHS, PPS, REDE, PMN, PTB, SD; Centro-direita: PTC, PTN/PODEMOS, PRB, PSC, PRTB,

PSDC, PR, PRP, PSD; Direita: PP, DEM, PSL.

⁴ Tarouco e Madeira (2015) realizaram um *survey* com especialistas polítólogos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), e classificaram os partidos entre esquerda e direita numa escala de 1 a 7, sendo 1 mais próximo da esquerda e 7 mais próximo da direita. Como essa pesquisa foi feita no ano 2010, alguns partidos não existiam. Scheeffer (2018) classificou os partidos políticos entre esquerda-direita com base nas votações dos deputados na Câmara dos Deputados entre 2011 e 2015 (Governo Dilma Rousseff). Tomou-se como base ambas classificações, e nos casos dos partidos recentemente criados fizemos classificação própria. Com isso, as classificações foram: Esquerda: PCO, PSTU, PSOL, PCB; Centro-Esquerda: PCdoB, PT, PSB, PDT, PROS, PV; Centro:

ressaltar que alguns dos partidos trocaram de nome recentemente, mas mantiveram seus estatutos inalterados.

2.5.4 ANÁLISE POR CARGOS

As iniciativas por sua vez distribuem-se entre todos os cargos eletivos para o poder legislativo no Brasil, com grande destaque para as iniciativas municipais ao cargo de vereador, entretanto destaca-se o número de iniciativas ao cargo de Deputado Estadual que possuem relativamente um número muito menor de cargos no país se comparado ao de vereadores. Segundo RAPS (2019), as eleições municipais de 2016 deram início a uma propagação massiva de candidaturas coletivas e compartilhadas que foram seguidas pelas eleições gerais de 2018, onde encontramos campanhas com essa estratégia para os legislativos estaduais, federal e uma candidatura para o Senado.

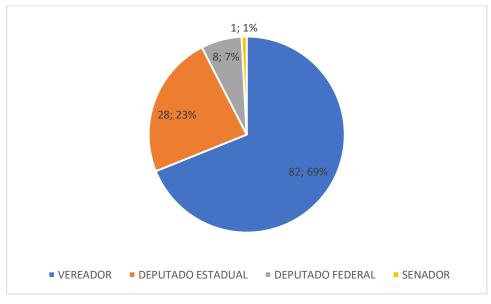


Figura 8 - Número de candidaturas por cargos eletivos

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

Até hoje no Brasil, as 82 candidaturas coletivas ou compartilhadas para vereador converteram-se em 129.214 votos, e elegeram 19 iniciativas nas Câmaras municipais. Já as 28 candidaturas a deputado estadual elegeram 12 mandatos coletivos/compartilhados, que somadas alcançaram o maior número de votos entre os cargos legislativos: 848.588 votos. Das oito candidaturas que foram identificadas para Deputado Federal, apenas uma converteu-se em mandato (Felipe Rigoni – Espírito

Santo). O total de votos alcançados por candidaturas compartilhadas a Deputado Federal foi de 137.605. Para o Senado Federal apenas uma candidata teve a proposta do mandato coletivo como elemento central de estratégia campanha e promessa eleitoral (Moira Lázaro – São Paulo), que alcançou 129.146 votos, sendo o único cargo político propondo mandato compartilhado ou coletivo a não obter êxito eleitoral.

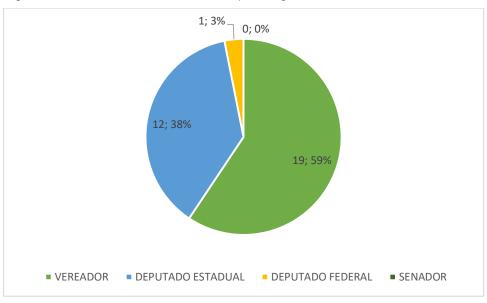


Figura 9 - Número de mandatos eleitos por cargos eletivos

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

2.5.5 ANÁLISE POR GÊNERO

Atualmente, a maioria das iniciativas de mandatos coletivos e compartilhados eleitas existentes no país foram empreendidas por homens, dado consistente com o menor percentual de candidatas mulheres (entre 30% e 35%) e com o menor percentual de mulheres eleitas para cargos legislativos no Brasil.

Das 119 candidaturas que propuseram mandatos coletivos ou compartilhados, 93 tiveram como porta-voz homem (candidato oficial) e apenas 26 mulheres. Isso representa uma predominância de 78% a favor dos homens conforme figura 10. O total dos votos dos homens somou 855.838 votos, enquanto as mulheres que estiveram à frente de candidaturas coletivas ou compartilhadas obtiveram 388.715 votos. Em termos proporcionais, as mulheres têm tido um sucesso muito maior que os homens ao propor este tipo de mandato, visto que suas campanhas alcançaram em média 14.950 votos, enquanto os homens alcançaram 9.202 votos. Contribuíram para esse sucesso relativo à favor das mulheres, as votações expressivas de Mônica

Seixas e sua Bancada Ativista (Deputado Estadual – São Paulo), que alcançou 149.844 votos e é a maior votação já alcançada por uma candidatura coletiva/compartilhada no Brasil. Também somaram grande quantidade de votos a candidata ao Senado também por São Paulo, Moira Lázaro, que alcançou 129.146. Merecem destaques ainda as candidaturas a Deputado Estadual de Jô Cavalcanti que venceu as eleições no estado de Pernambuco com 39.175 votos e Áurea Carolina que foi eleita vereadora em 2016 no coletivo Muitas-Gabinetona com 17.420 votos em Belo Horizonte.

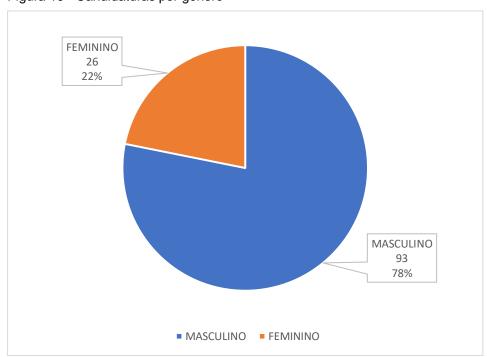


Figura 10 - Candidaturas por gênero

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

Porém, quando analisado o total de mulheres eleitas propondo a utilização de mandatos compartilhados ou coletivos, a participação feminina perde novamente espaço. Das 26 que foram candidatas, apenas quatro alcançaram uma vaga no poder legislativo, uma taxa de sucesso de 15,4%. Já entre os homens, dos 93 que concorreram às eleições propondo mandato coletivo ou compartilhado 28 obtiveram sucesso (30,1%).

É maior a participação dos homens entre aqueles que obtiveram êxito eleitoral com a estratégia mandatos coletivos ou compartilhados no Brasil, como pode ser observado na Figura 11, com um total de 87%, enquanto as mulheres perfazem

apenas 13% do total. Segundo RAPS (2019), esses dados, vão ao encontro da realidade política brasileira, onde segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019), a participação das mulheres em cargos eletivos no Brasil ainda é muito baixa, sendo de apenas 13,5% nas Câmaras de Vereadores e de 12,3% nas Assembleias Legislativas Estaduais.

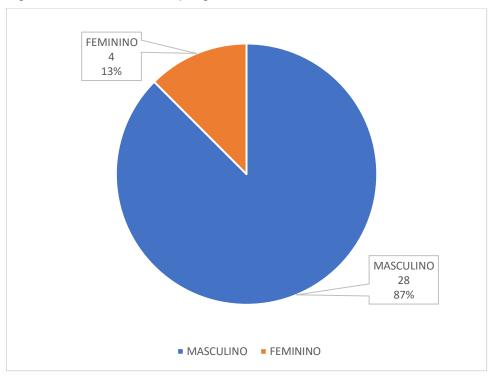


Figura 11 - Mandatos eleitos por gênero

Fonte: adaptado a partir de RAPS (2019)

2.5.6 SÍNTESE DE CADA UM DOS MANDATOS COMPARTILHADOS OU COLETIVOS ELEITOS NO BRASIL

Para melhor compreensão das diferentes realidades e metodologias aplicadas nos mandatos compartilhados e coletivos no Brasil, foi necessária uma pesquisa de cada uma dessas experiências, a fim de comprovar a sua utilização, bem como de compreender quais as dinâmicas envolvidas no modelo. Desta forma, apresenta-se a seguir uma fichar-resumo de cada um dos 32 mandatos que utilizaram a lógica de compartilhamento do poder de decisão em mandato legislativo. Cabe ressaltar que em alguns casos os mandatários se reelegeram por uma ou mais vezes, bem como mandatários que ascenderam de cargo, passando de vereador para deputado estadual. A classificação a seguir segue por ordem cronológica dos fatos.

Tabela 4 - Mandatos eleitos propondo compartilhamento do poder decisório

, ,	·			
INICIATIVA	CARGO	ANOS	PARTIDO	UF
Durval Ângelo	Deputado Estadual	1995-2018	PT	MG
Caio Cunha	Vereador	2013-2020	PV	SP
Paulo Camolesi	Vereador	2013-2016	PV/REDE	SP
Ronei Costa Martins	Vereador	2013-2016	PT	SP
Kelps Lima	Deputado Estadual	2015-2022	SD	RN
Antônio Lemos	Vereador	2017-2020	MDB	SC
Áurea Carolina	Vereador	2017-2019	PSOL	MG
Bruno Cunha	Vereador	2017-2020	PSB	SC
Cida Falabella	Vereador	2017-2020	PSOL	MG
Eduardo Sallum	Vereador	2017-2020	PT	SP
Gabriel Azevedo	Vereador	2017-2020	PHS	MG
Gilmar Santos	Vereador	2017-2020	PT	PE
Gustavo Bonafé	Vereador	2017-2020	PSDB	MG
João Yuji	Vereador	2017-2020	PODEMOS	GO
Níkolas Reis Moraes dos Santos	Vereador	2017-2020	PDT/PSB	SC
Ricardo Antonello	Vereador	2017-2020	PR	SC
Valmir Pardal	Vereador	2017-2020	PRB	RS
Wanderson Florêncio	Vereador / Deputado Estadual	2017-2022	PSC	PE
Allyson Bezerra	Deputado Estadual	2019-2022	SD	RN
Bella Gonçalves	Vereador	2019-2020	PSOL	MG
Felipe Rigoni	Deputado Federal	2019-2022	PSB	ES
Jô Cavalcante	Deputado Estadual	2019-2022	PSOL	PE
Maikon Costa	Vereador	2019-2020	PSDB	SC
Mônica Seixas	Deputado Estadual	2019-2020	PSOL	SP

Fonte: elaboração própria

Durval Ângelo

Cargo: Deputado Estadual

Onde: Minas Gerais

Quando: 1995 – 2018 (seis mandatos consecutivos)

O ativista de esquerda Durval Ângelo foi o pioneiro no Brasil na adoção de estratégias de deliberação para o compartilhamento do poder decisório no Poder Legislativo brasileiro. Atualmente o ex-deputado exerce o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e é um entusiasta da participação social nas decisões políticas de Minas Gerais, inclusive promovendo palestras pelo estado sobre a importância da participação social na construção de projetos de lei.

Em um momento em que a tecnologia não estava plenamente difundida na sociedade, a estratégia desenvolvida pelo então deputado, ainda em 1995, após ser eleito para seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi a construção de um Conselho Político que determinaria presencialmente todas as decisões de maior relevância do seu mandato. Este conselho político seria formado ao início de cada ano legislativo, formado por movimentos sociais, sindicatos e segmentos religiosos, que votariam para eleger seus representantes em um fórum convocado no primeiro mês de cada ano. Em cada mandato o conselho político foi formado por um número variável de membros, variando entre 20 e 50 membros de acordo com a quantidade de movimentos interessados em participar do mandato e buscando manter uma divisão regional do mandato coletivo.

As reuniões do conselho aconteciam bimestralmente e tinham caráter deliberativo, com o objetivo de planejar, avaliar e encaminhar propostas para o mandato do deputado, além de debater e deliberar sobre as principais propostas legislativas em andamento na Assembleia, excluindo-se do debate as propostas de menor relevância. O Conselho Político também tinha o poder de decidir os rumos políticos do Deputado Durval Ângelo, inclusive em âmbito extra legislativo.

Ao fim dos seis mandatos do deputado, mais de 400 representantes do mandato participaram ativamente do conselho político determinando os principais posicionamentos do deputado em questão.

Caio Cunha

Cargo: Vereador

Onde: Mogi das Cruzes / SP

Quando: 2013-2020

A proposta de mandato compartilhado criada pelo vereador Caio Cunha é baseada em uma rede de 300 pessoas na cidade de Mogi das Cruzes. Essas pessoas eram necessariamente eleitores engajados na proposta de compartilhamento do mandato durante o processo eleitoral.

O modelo estabelecido pelo vereador foi baseado na estruturação de grupos temáticos tais como educação, cultura, participação e transparência, pessoas com deficiência, desenvolvimento sustentável, inovação e tecnologia, mobilidade, meio ambiente, juventude e impacto social, onde cada um dos participantes poderia livremente escolher uma ou mais áreas aos quais gostaria de participar.

Cada um dos grupos temáticos é liderado por uma pessoa da equipe do vereador, que tem a missão de convocar as reuniões, apresentar os projetos em votação, tirar dúvidas e apresentar o posicionamento prévio do vereador. Em cada uma dessas reuniões os covereadores, como são chamados os coparlamentares, tem a possibilidade de discutir e votar nos projetos, bem como apresentar possíveis alterações que deverão ser obrigatoriamente por maioria acatadas pelo vereador, mesmo que contra sua posição inicial.

Toda a história dessa construção coletiva é contada pelo vereador no livro "Eles ocuparam a cidade – como engajar pessoas para transformar o Brasil" (Cunha, 2017). Na obra Caio Cunha conta a sua trajetória e ajuda as pessoas a provocarem mudanças nos mais variados contextos e ambientes, tendo como base a colaboração e o engajamento social.

Paulo Camolesi

Cargo: Vereador

Onde: Piracicaba / SP

Quando: 2013-2016

O vereador Paulo Camolesi foi eleito para seu primeiro mandato em 2012 com a proposta de dividir todo o seu poder de decisão com os cidadãos da cidade de Piracicaba. A proposta previa a criação de 10 grupos temáticos em áreas específicas

de conhecimento. Nestes espaços, os cidadãos poderiam debater os projetos em

pauta, sugerir mudanças em projetos de lei e decidir qual seria o posicionamento final

do vereador em plenária. Para isso cada um dos grupos temáticos marcava reuniões

semanais em diferentes regiões da cidade.

Neste modelo, quaisquer cidadãos poderiam solicitar a qualquer tempo

ingresso no mandato compartilhado, mesmo que estes não tenham participado de sua

campanha eleitoral. Ao ingressar no projeto o participante teria que estar de acordo

com as regras do mandato e ter assiduidade nas reuniões dos grupos temáticos aos

quais escolheu aderir. Durante todo o seu mandato, mais de 500 pessoas participaram

de algum dos grupos temáticos de decisão do mandato compartilhado.

No ano de 2016 o vereador Paulo Camolesi foi candidato à reeleição mantendo

sua proposta de mandato compartilhado, porém não obteve êxito no pleito. Embora

tenha até aumentado sua votação, o seu novo partido (REDE) não conseguiu atingir

o quociente eleitoral necessário par manter a cadeira.

Ronei Costa Martins

Cargo: Vereador

Onde: Limeira / SP

Quando: 2013-2016

O mandato compartilhado do vereador Ronei surgiu ainda nas eleições

municipais de 2012. Baseado no projeto do deputado Durval Ângelo, seu

correligionário (PT), o vereador procurou estabelecer um Conselho Político formado

por movimentos sociais que o apoiaram no pleito eleitoral.

O Conselho Político tinha a missão de definir o posicionamento do vereador em

todas as decisões de plenária, assim foi necessário que a frequência de reuniões

fosse ainda maior, com pelo menos um encontro semanal, durante todo o mandato.

Após o fim do seu mandato, Ronei Costa Martins passou a dedicar-se à

formação política de novas lideranças, apresentando-se em palestras sobre iniciativas

de inovação na democracia, tais como o mandato compartilhado, por todo o interior

do estado de São Paulo.

Kelps Lima

Cargo: Deputado Estadual

Onde: Rio Grande do Norte

Quando: 2015-2022

Durante a campanha eleitoral de 2014, o então candidato a Deputado Estadual Kelps Lima, se comprometeu em abdicar do seu poder de decisão toda vez que um número específico de pessoas se manifestasse favorável ou contrariamente determinados projetos de lei em pauta na Assembleia Legislativa do Estado do Rio

Grande do Norte.

No seu modelo, estabelecido através de um aplicativo chamado "Decida meu voto", qualquer cidadão do estado poderia votar em todos os projetos em pauta na assembleia, porém a vinculação da decisão dos cidadãos pelo deputado estaria condicionada a uma participação massiva da sociedade, onde somente nos projetos em que houvesse pelo menos 20.140 votantes, a decisão seria obrigatoriamente acatada pelo deputado. Esse número foi estabelecido pelo deputado sendo o mesmo número mínimo de votos necessários para um deputado ter sido eleito no estado do

Rio Grande do Norte.

Naturalmente o critério estabelecido pelo parlamentar limita significativamente o alcance do mandato compartilhado, restando poucos projetos capazes de atingir tamanho interesse da sociedade. Porém o parlamentar garante que mesmo as propostas que não atinjam o quociente mínimo estabelecido, são levadas em contato no momento de tomada de decisão em plenária. Desta forma o mandato não pode ser considerado plenamente compartilhado, embora absorva características do modelo.

Antônio Lemos

Cargo: Vereador

Onde: São José / SC

Quando: 2017-2020

Antes mesmo de se lançar candidato a vereador, o pastor Antônio Lemos tomou a iniciativa de criar o Fórum Cristão da Cidadania, o qual tinha a missão de discutir os rumos políticos da cidade de São José a partir de uma discussão com os mais variados segmentos cristãos da cidade. A iniciativa cresceu até que em determinado momento o próprio fórum deliberou para necessidade de ter um

representante na política local. O pastor Antônio Lemos foi o escolhido pelo fórum para ser o seu representante oficial.

Após eleito o vereador Antônio Lemos tomou a iniciativa de compartilhar as decisões do seu mandato com o Fórum que se reúne mensalmente. As discussões no Fórum giram principalmente em função dos temas mais polêmicos da sociedade, em especial sob a ótica cristã de sociedade. O Fórum tem o poder de deliberar sobre o posicionamento do vereador em cima dessas discussões em um espaço marcado homogeneidade nos perfis dos participantes. Temas legislativos de menor relevância ou que não sejam pauta definida pelo Fórum não são compartilhadas e ficam a critério do próprio vereador eleito.

Áurea Carolina

Cargo: Vereadora

Onde: Belo Horizonte / MG

Quando: 2017-2018

Em 2014 surgia um movimento social na cidade de Belo Horizonte chamado Somos Muitas (somosmuitas.com.br), que passou a se reunir em espaços públicos da cidade a fim de debater temas de relevância social para as minorias da cidade. No ano de 2016 o movimento decidiu que deveria habitar o centro da arena política para que suas discussões pudessem ganhar mais destaque. Assim sendo, todo o grupo do movimento se filiou coletivamente ao partido PSOL, conduzindo um novo modelo de mandato coletivo, no qual todos os 12 participantes seriam candidatos e caso um ou mais fossem eleitos, os suplentes seriam covereadores dos mandatos.

Neste processo, uma das eleitas foi a vereadora Áurea Carolina, sendo a mais votada da cidade com 17.420 votos. Junto com a também eleita Cida Falabella, as vereadoras criaram um espaço de gabinete único, derrubando todas as paredes e juntando dois gabinetes em apenas um, convidando ainda todas as demais 10 suplentes para exercerem uma covereança dentro do mandato coletivo. Esse espaço foi denominado Gabinetona.

O modelo teve tanto sucesso perante os eleitores da cidade que a vereadora lançou-se candidata à Deputada Federal na eleição seguinte, não só obtendo êxito eleitoral, mas sendo uma das mais votadas do Estado de Minas Gerais. Assim, a partir

de janeiro de 2019 a suplente e covereadora Bella Gonçalves assumiu a posição legal

de vereadora no lugar de Áurea Carolina.

Cida Falabella

Cargo: Vereadora

Onde: Belo Horizonte / MG

Quando: 2017-2020

Junto com a vereadora Áurea Carolina, a vereadora Cida Falabella foi eleita a partir do movimento Somos Muitas, pelo PSOL, alcançando 3.454 votos nas eleições de 2016. Atualmente a vereadora faz parte do Gabinetona e divide todos os poderes

do mandato de vereadora com as covereadoras do mandato coletivo ora proposto.

Bruno Cunha

Cargo: Vereador

Onde: Blumenau / SC

Quando: 2017-2020

Durante a campanha eleitoral de 2016 o então candidato a vereador Bruno

Cunha propôs dividir o seu poder de decisão com pessoas que fossem especialistas

em áreas específicas da sociedade. Logo após ser eleito, o vereador montou um grupo

com quinze especialistas em temas distintos. Essas pessoas, chamadas de

covereadores, tem a responsabilidade de estudar as pautas de suas áreas temáticas

e decidir conjuntamente com o vereador qual deverá ser o posicionamento do

parlamentar em plenária.

Eduardo Sallum

Cargo: Vereador

Onde: Tatuí / SP

Quando: 2017-2020

O vereador Eduardo Sallum, propôs o primeiro mandato compartilhado da história da cidade de Tatuí. Desde o período de pré-campanha eleitoral, o então

candidato montou seis laboratórios temáticos e regionais para que a população

pudesse construir conjuntamente a candidatura. Durante o processo, 152 participaram

da construção do projeto, tornando-se covereadores assim que o mandato foi

empossado.

Cada um dos covereadores e o vereador Sallum detém percentuais iguais de

decisão. Todos os projetos são discutidos com o grupo e busca-se sempre construir

o consenso. Não sendo possível a construção do consenso vota-se então nas

propostas legislativas via grupo de Facebook ou com a realização de reuniões

presenciais periódicas dos laboratórios do mandato.

Gabriel Azevedo

Cargo: Vereador

Onde: Belo Horizonte / MG

Quando: 2017-2020

Durante as eleições municipais de 2016, o então candidato Gabriel Azevedo

prometeu compartilhar suas decisões em plenária com os eleitores que se

dispusessem a participar do seu mandato por meio de um aplicativo. Assim que eleito,

Gabriel Azevedo dedicou-se a desenhar e contratar a programação do aplicativo de

celular "Meu Vereador", criando um espaço de interação onde os seus eleitores

poderiam influenciar diretamente suas decisões e os demais cidadãos de Belo

Horizonte pudessem acompanhar as pautas em votação, marcar reuniões, tirar fotos

e geolocalizar problemas na cidade.

O aplicativo é aberto para qualquer pessoa baixar, possibilitando ao cidadão

obter informações sobre o mandato, transparência de custos de gabinete e

informações sobre os projetos em pauta na Câmara Municipal, bem como relatar

problemas na cidade. Até março de 2019 a plataforma contava com mais de 10 mil

usuários. No momento do cadastro, o cidadão pode se identificar como "eleitor" ou

"não eleitor", sendo que o último tem navegação limitada no aplicativo.

Gilmar Santos

Cargo: Vereador

Onde: Petrolina / PE

Quando: 2017-2020

O mandato compartilhado do vereador Gilmar Santos é organizado em

assembleias mensais com diversos movimentos sociais e sindicais da cidade de

Petrolina, convidados pelo próprio vereador no início do seu mandato.

Nas reuniões são discutidas e votadas as principais propostas legislativas em

pauta, bem como os rumos e bandeiras defendidas pelo mandato. Todas as decisões

da assembleia têm caráter deliberativo e o vereador se compromete em segui-las à

risca.

Gustavo Bonafé

Cargo: Vereador

Onde: Poços de Caldas / MG

Quando: 2017-2020

Proposta em Poços de Caldas pelo vereador Gustavo Bonafé (PSDB), a

iniciativa é chamada de "Agentes 165" e busca unir 165 cidadãos para criar

alternativas e soluções para os problemas do município.

Divididos em 12 áreas temáticas de interesse, os integrantes do mandato

compartilhado, chamados de covereadores pelo parlamentar, ajudam o mandatário

na tomada de decisão, determinando o seu voto em assuntos delicados, criando ideias

inovadoras para solucionar problemas da cidade e fiscalizando a atuação do

representante na Câmara de Vereadores. Os grupos das áreas temáticas são

autônomos e organizam as suas próprias reuniões, e após elas, levam suas

demandas e posicionamentos ao vereador eleito. O mandato do vereador também faz

o uso de um aplicativo mobile onde compartilha informações de sua atuação com os

cidadãos, incentivando a fiscalização e a participação social.

João Yuji

Cargo: Vereador

Onde: Alto Paraíso de Goiás / GO

Quando: 2017-2020

O vereador João Yuji foi o responsável por encabeçar o primeiro mandato

coletivo do Brasil, na cidade de Alto Paraíso de Goiás. O mandato coletivo é composto

por cinco pessoas de diferentes áreas profissionais, cada uma contribuindo com

alguma área estratégica do mandato. Além do advogado João Yuji que estampou o

seu nome nas urnas, integram o mandato coletivo o turismólogo, jornalista e guia

turístico Ivan Anjo Diniz, a bióloga e mestre em biodiversidade e conservação Laryssa

Galantini, o engenheiro industrial e analista de sistema Luiz Paulo Veiga Nunes, e o

mestre em química César Adriano de Sousa Barbosa, conhecido como Professor Sat.

No modelo proposto pelo grupo, os cinco membros exercem informalmente um

mandato coletivo onde todos integram o gabinete e possuem o mesmo papel,

compartilhando todas as funções e decisões como vereadores. Todos os projetos de

lei apresentados contêm sempre a assinatura do representante legal (João Yuji), por

ser o mandatário, mas a elaboração da proposta é sempre feita pelos cinco

integrantes. Da mesma forma acontece com as votações, onde cada um dos membros

tem peso igual para decidir o posicionamento do grupo em plenária.

Por ser considerada a primeira experiência de pequeno grupo eleito no país,

onde cinco pessoas coordenam coletivamente todas as decisões do mandato, a

experiência talvez seja a que ganhou maior visibilidade nos meios de comunicação de

massa no país.

Níkolas Reis

Cargo: Vereador

Onde: Itajaí / SC

Quando: 2017-2020

Apesar de não ter sido candidato com a proposta de dividir o poder com seus

apoiadores e eleitores, o vereador Nikolas Reis estruturou a lógica de

compartilhamento durante o exercício do seu mandato. Para tanto desenvolveu um

aplicativo para celulares chamado NikLink, destinado à votação de enquetes por

cidadãos de Itajaí a fim de determinar o posicionamento do vereador em votações

plenárias.

Além disso, o aplicativo permite que os covereadores possam sugerir pautas e

projetos de lei. Segundo os dados informados pela equipe legislativa do vereador, até

fevereiro de 2019, o mandato contava com a participação de 224 pessoas que

deliberam sobre propostas de conteúdo polêmico. No entanto, nem todas votações

são colocadas para apreciação dos participantes, e a afluência nas participações é

variável de acordo com a intensidade política da matéria. Matérias de menor

relevância como, por exemplo, nomes de ruas e praças, não são disponibilizadas para

votação.

Ricardo Antonello

Cargo: Vereador

Onde: Joaçaba / SC

Quando: 2017-2020

Enquanto candidato nas eleições de 2016, o vereador Ricardo Antonello

prometeu dividir todo o seu poder de decisão em plenária com os eleitores que o

apoiassem ativamente durante o período eleitoral. Após eleito, o vereador estruturou

o seu mandato compartilhado através de um grupo de Whatsapp com os 106

covereadores que o apoiaram durante as eleições.

O modelo propõe a criação de espaços deliberativos para a discussão dos

temas, seguidos de votação. Caso não se consiga o consenso, então adota-se a

votação individual via Whatsapp e o vereador tem a obrigação de obedecer a opinião

da maioria.

Valmir Pardal

Cargo: Vereador

Onde: Torres / RS

Quando: 2017-2020

O vereador Valmir Pardal resolveu, no inicio do seu mandato, dividir todo o seu

poder de decisão de plenária com todos os cidadãos da cidade de Torres. Assim, o

Mandato Compartilhado de Torres dispõe de um grupo no Facebook⁵, onde qualquer

morador da cidade pode se cadastrar para participar, validando suas informações

pessoais, e podendo a partir daí discutir e votar em todas as proposições legislativas

da cidade. O vereador se compromete em seguir fielmente a decisão dos cidadãos.

⁵ Para cadastrar-se no Mandato Compartilhado do vereador Pardal basta acessar o grupo no facebook e preencher o formulário de acesso: https://www.facebook.com/pardalmandatocoletivo/

Wanderson Florêncio

Cargo: Vereador / Deputado Estadual

Onde: Recife / PE

Quando: 2017-2018 / 2019-2022

O mandato compartilhado foi a principal estratégia de mandato do vereador de Recife e, a partir de 2018, Deputado Estadual eleito Wanderson Florêncio. Através de uma estrutura de Gabinete itinerante o parlamentar percorreu todas as regiões da capital pernambucana durante seu mandato como vereador e cumprindo posteriormente da mesma forma como deputado estadual por todo Estado de Pernambuco.

O gabinete itinerante tem como missão discutir e deliberar com as comunidades as principais demandas bem como as pautas legislativas em votação. Em cada sessão do gabinete itinerante busca-se construir um consenso ou encaminhar o posicionamento pela maioria. Além disso é feita uma coleta de problemas e sugestões para que possam ser transformados em projetos ou reivindicações pelo mandato.

Allyson Bezerra

Cargo: Deputado Estadual

Onde: Rio Grande do Norte

Quando: 2019-2022

Allyson Bezerra é o mais jovem Deputado Estadual eleito pelo estado do Rio Grande do Norte em 2018. Oriundo do interior do Estado, se elegeu com o discurso de levar uma proposta de tecnologia legislativa para o seu mandato. Para tanto o deputado contratou e customizou o aplicativo Nosso Mandato para deliberar com seus eleitores todas as pautas em votação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, o sistema está em fase final de elaboração e estará pronto no mês de agosto de 2019.

Os eleitores que compartilharem o mandato de Allyson também poderão enviar propostas legislativas que serão votadas pelos demais participantes e se aprovadas serão submetidas pelo Deputado eleito às instâncias legislativas para apreciação.

Bella Gonçalves

Cargo: Vereadora

Onde: Belo Horizonte / MG

Quando: 2019-2020

Bella Gonçalves era covereadora do Mandato Coletivo Gabinetona e a primeira

suplente da vereadora Áurea Carolina de Belo Horizonte. Com a vitória de Áurea para

Deputada Federal no ano de 2018, Bella assumiu o mandato em fevereiro de 2019.

Como a vereadora já participava do Mandato Coletivo Gabinetona, manteve-se assim

a estrutura física e a dinâmica proposta inicialmente, mudando apenas a titular do

mandato.

Felipe Rigoni

Cargo: Deputado Federal

Onde: Espírito Santo

Quando: 2019-2022

Felipe Rigoni é o primeiro deputado federal cego eleito na história do Brasil.

Participante de grupos de renovação política como o Movimento Acredito e o

RenovaBR, Rigoni fez campanha prometendo realizar um mandato compartilhado

durante todo o seu mandato a partir de 2019.

Também adepto do app Nosso Mandato, Rigoni busca discutir com seus

eleitores todas as pautas em votação no Congresso Nacional e permitir a submissão

de ideias de novos projetos para o Deputado. Entretanto, aqueles que têm poder de

influência direta e direito a votar nas propostas legislativas em pauta são apenas os

representantes de um Conselho Político formado por 100 instituições capixabas e

nacionais.

Jô Cavalcanti

Cargo: Deputada Estadual

Onde: Pernambuco

Quando: 2019-2022

No ano de 2018 um grupo de cinco mulheres feministas, ativistas de

movimentos sociais se uniram e resolveram lançar a primeira candidatura a um

mandato coletivo do Estado de Pernambuco. Escolhida como a representante legal

do grupo, a vendedora ambulante Jô Cavalcanti foi eleita com quase 40 mil votos.

O Mandato Coletivo Juntas é hoje um coletivo muito semelhante ao modelo de

Alto Paraíso de Goiás. O grupo em campanha prometeu dividir todas as

responsabilidades e decisões do mandato de maneira igual. Cada uma das outras

quatro integrantes foi designada em um cargo de assessoria no gabinete e todas

dividem a soma dos salários igualmente.

Além de Jô Cavalcanti compoem o mandato a jornalista Carol Vergolino, a

estudante de letras Joelma Carla, a professora Kátia Cunha e a advogada transexual

Robeyoncé Lima.

Maikon Costa

Cargo: Vereador

Onde: Florianópolis / SC

Quando: 2019-2020

O vereador Maikon Costa foi eleito em 2016 para o seu primeiro mandato de

vereador em Florianópolis e o mandato compartilhado não era uma de suas bandeiras

de campanha. Porém, após o crescimento exponencial dos mandatos compartilhados

e coletivos entre 2016 e 2018, o vereador aproximou-se dos entusiastas do modelo

resolveu testar o modelo no meio do seu mandato.

A partir de março de 2019 o vereador contratou o aplicativo Nosso Mandato e

passou a dividir todas as suas decisões de plenária com os eleitores de Florianópolis.

Qualquer pessoa que detenha um título eleitoral de Florianópolis está apta a se

cadastrar como covereador, mesmo que não tenha votado ou dado apoio eleitoral ao

candidato em 2016. Basta que o cidadão preencha um cadastro e envie uma selfie

com o seu título em mãos.

Todas as interações com o vereador acontecem através do aplicativo que conta

com um fórum para discussões, votação dos temas em pauta na câmara,

agendamento de reuniões, envio de solicitações geolocalizadas, entre outros.

Mônica Seixas

Cargo: Deputada Estadual

Onde: São Paulo
Quando: 2019-2022

A Deputada Estadual Mônica Seixas representa a maior vitória eleitoral (194.844 votos) de um mandato coletivo no país, a Bancada Ativista. O movimento é liderado pela jornalista Mônica Seixas, filiada ao PSOL, porém composto também por outros nove ativistas sociais de diferentes causas e territórios do estado de São Paulo.

O grupo tem um perfil progressista e de esquerda, com as bandeiras de "combate às desigualdades"; "educação e saúde libertadoras"; "cidades como espaços de produção de cultura"; "habitação e mobilidade para podermos ser e estar"; "segurança justa e humanizada"; "integração do social com o ambiente"; e "democracia de verdade".

Assim como no movimento Juntas de Pernambuco, todas as responsabilidades e decisões do mandato são divididas de maneira igual entre os membros. Cada um dos demais oito integrantes são designados em cargos do gabinete e dividem a soma dos salários e benefícios de maneira paritária.

2.6 MODELOS IDENTIFICADOS DE COMPARTILHAMENTO DE MANDATO NO BRASIL

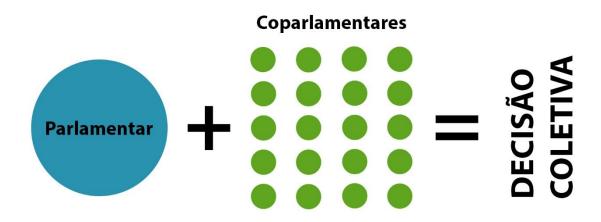
A partir da pesquisa realizada visando mapear todas as candidaturas propondo o compartilhamento do poder decisório no poder legislativo brasileiro e da identificação das características básicas de cada um dos mandatos eleitos, foi possível compreender a existência de três modelos diferentes de mandatos compartilhados e coletivos em atividade no Brasil. Para uma melhor compreensão, tomamos a iniciativa de denominá-los de Mandatos Compartilhados Tradicionais, Mandatos Coletivos e Mandatos Coletivos Partidários.

2.6.1 MANDATOS COMPARTILHADOS TRADICIONAIS

Os Mandatos Compartilhados Tradicionais são usualmente criados por iniciativa de um candidato que se propõe a dividir o seu poder de decisão com outras pessoas externas, que não farão necessariamente parte do mandato. Esses mandatos são heterogêneos, compostos em sua maioria por pelo menos 100

covereadores, sem a ambição de ser uma síntese de toda a sociedade, mas com vasta pluralidade de ideias, sem necessariamente promover uma agenda ideológica. As decisões são normalmente por votação, ou por deliberação seguida de votação, tornando a escolha por consenso inviável em mandatos maiores. Pela amplitude do mandato e pela forma de tomada de decisão, geralmente são mediados através do uso de tecnologia da informação.

Figura 12 - Esquema de mandato compartilhado tradicional



Fonte: elaboração própria

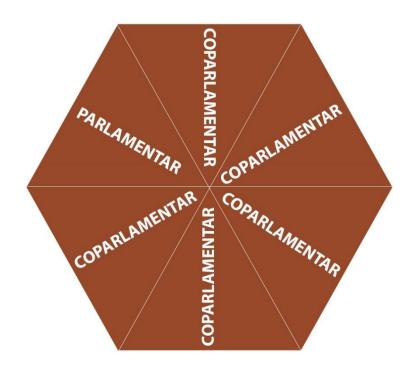
Mandatos deste modelo são motivados pelo espírito de elevação ao máximo da democracia, buscando nas suas decisões um reflexo exato do pensamento da maior parcela do seu eleitorado. Os avanços tecnológicos da vida em sociedade são outro fator motivador a estes mandatos que buscam maximizar sua atuação através de ferramentas digitais como redes sociais, aplicativos próprios e aplicativos de massa.

Os Mandatos Compartilhados Tradicionais são de modo geral os mais utilizados entre as 32 experiências mapeadas e apresentam resultados animadores para expansão do modelo, visto que os parlamentares que adotaram tal medida não só tem obtido sucesso na execução do modelo proposto, como receberam grande atenção da imprensa local e até mesmo nacional, fato que tem contribuído para a reaplicação do modelo em diferentes regiões do país.

2.6.2 MANDATOS COLETIVOS

Já os Mandatos Coletivos são iniciativas de tamanho reduzido, que em geral se conhecem por atuarem em causas sociais parecidas (RAPS, 2019) e concorrem coletivamente em uma única candidatura eleitoral. A iniciativa surge do próprio grupo que de comum acordo aceita que o nome de um dos membros do grupo seja o candidato legalmente instituído. Os Mandatos Coletivos em sua maioria são marcados por vieses ideológicos, sem a participação de pessoas externas ou que não compactuem com os mesmos ideais. Todos os membros compõem o gabinete em cargos semelhantes e possuem o mesmo peso político, gerando um sentimento de pertencimento do mandato muito maior por parte dos coparlamentares do que no caso dos Mandatos Compartilhados Tradicionais. O processo de decisão geralmente é por construção do consenso, visto que com um número reduzido de membros as discussões tornam-se mais próximas e aprofundadas.

Figura 13 - Esquema de mandato coletivo



Fonte: elaboração própria

De modo geral os Mandatos Coletivos são motivados pela aproximação de pessoas ideologicamente semelhantes com vontade de construir projetos coletivamente, quase como em sociedade. Para estas pessoas construir um Mandato

Coletivo é estrategicamente interessante do ponto de vista eleitoral, visto que ao invés de um candidato, compõe uma candidatura com várias pessoas, contrabalanceando candidaturas mais tradicionais que utilizam grandes montantes de recursos financeiros para mobilizar um número grande de militantes e eleitores. Sendo assim, é comum que a estratégia de Mandato Coletivo seja muito utilizada por grupos minoritários que sozinhos possuiriam menores chances eleitorais.

Neste modelo, a relação entre os participantes é muito próxima, visto que todos devem trabalhar e decidir em conjunto todos os dias, sendo a construção do consenso um valor fundamental da construção coletiva. Por isso, é interessante que neste tipo de mandato haja um alinhamento ideológico e uma grande sintonia pessoal entre os participantes, caso contrário o mandato corre sério risco de implodir em brigas e dissenso entre os participantes.

Como, de forma geral, os Mandatos Coletivos possuem um viés ideológico bem identificado, a relação com os partidos políticos tende a ser menos conflituosa do que no caso dos Mandatos Compartilhados Tradicionais, visto que nos mandatos coletivos a escolha do partido já é uma determinação ideológica do grupo, reduzindo assim o risco de desacordo entre as partes.

2.6.3 MANDATOS COLETIVOS PARTIDÁRIOS

Por fim os Mandatos Coletivos Partidários são uma derivação do modelo anterior, com a diferença que ao invés de várias pessoas se unirem em torno de uma candidatura, neste caso várias pessoas se lançam candidatas por um único partido e caso alguma(s) seja(m) eleita(s), os demais suplentes assumem como coparlamentares no(s) mandato(s) vitoriosos.

Figura 14 - Esquema de mandato coletivo de partido

Fonte: elaboração própria

As características de gestão dos Mandatos Coletivos Partidários costumam ser muito semelhantes ao modelo de Mandatos Coletivos. A grande diferença reside no processo eleitoral, visto que o modelo eleitoral de votação proporcional adotado no Brasil contribui para que grupos coesos atinjam quociente eleitoral suficiente para eleger representantes. Desta forma a estratégia de composição de um grande número de candidaturas para posterior formação de um ou mais mandatos coletivos pode ser ainda mais eficiente, eleitoralmente falando, do que no caso dos mandatos coletivos comuns.

Quanto à construção do processo decisório, percebe-se que tanto nos mandatos coletivos comuns, como nos mandatos coletivos partidários, mesmo com um número muito menor de covereadores do que nos mandatos compartilhados tradicionais, as decisões levam muito mais tempo para serem tomadas, visto que através da construção coletiva gerada pela proximidade dos participante, os debates tornam-se muito mais profundos, ademais neste modelo a construção do consenso aparece como valor fundamental, tornando o processo decisório neste caso mais assertivo aos anseios do grupo, porém muito mais moroso.

Cabe ainda ressaltar que assim como no mandato coletivo comum, é essencial o alinhamento ideológico entre os participantes para a execução do modelo, caso contrário a construção do consenso torna-se impraticável e a escolha por votação não aparece como opção interessante para essas experiências. Por fim, constatou-se que há apenas uma experiência no Brasil utilizando este modelo, possivelmente em razão da maior dificuldade de construção eleitoral do modelo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo versa sobre os procedimentos metodológicos que foram utilizados no presente estudo, como suas tipologias, métodos, instrumentos de coleta de dados e etapas da pesquisa.

Para compreender a abordagem deste trabalho faz-se necessário elucidar algumas questões sobre as perspectivas ontológicas, epistemológicas e paradigmáticas assumidas no estudo. Segundo Saccol (2008) para pesquisadores que entendem as coisas como são em uma realidade intersubjetiva, advindas de uma construção social, faz mais sentido uma ontologia de interação entre sujeito-objeto. Neste sentido, a realidade social é resultante da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas. Corroborando com essa ontologia, opta-se por um cunho epistemológico construtivista, que defende que por meio do engajamento com o mundo que as verdades e significados passam a existir, ou seja, são construídos e não descobertos. Com essa combinação chega-se a um paradigma chamado interpretativista.

A pesquisa deu-se ainda por meio de uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória e descritiva, visto que o estudo buscou descrever a complexidade de um processo social em andamento, além disso envidou esforços para analisar, compreender e classificar processos vividos pelos atores envolvidos em mandatos compartilhados e coletivos, levando em consideração que a variável em estudo (implementação de inovações democráticas de enfrentamento da crise da democracia representativa) é complexa, haja vista que se situa em área de intersecção de diversas áreas do conhecimento tais como ciência política, políticas públicas, e sociologia.

Pode-se considerar este trabalho também como de natureza descritiva, uma vez que descreve tanto o contexto como o processo do tema proposto, observando seus desdobramentos, a fim de descrevê-los, tipificá-los e interpretá-los relacionando-os com cada uma das variáveis de análise aqui propostas.

A pesquisa baseou-se em três etapas básicos: (I) revisão da literatura acerca dos temas expostos na fundamentação teórica deste trabalho; (II) mapeamento das iniciativas de mandatos compartilhados e coletivos no Brasil; (III) estudo multicasos a

fim de compreender as dinâmicas envolvidas em mandatos compartilhados e coletivos em atividade no país.

Foram escolhidas as seguintes técnicas de coleta de dados: (I) Busca e Revisão Sistemática de artigos a fim de fundamentar a pesquisa; (II) Observação *in loco* do funcionamento dos mandatos selecionados; (III) Entrevistas Semiestruturadas com os atores envolvidos nos mandatos compartilhados e coletivos selecionados para o estudo multicasos.

O quadro a seguir sintetiza a abordagem da pesquisa com base o que fora exposto:

Tabela 5 - Quadro síntese de abordagem de pesquisa

Ontologia	Interação sujeito-objeto
	, ,
Epistemologia	Construtivista
Paradigma	Interpretativista
Axiologia	Interpretação do pesquisador é
	inerente ao processo
Tipologias	Descritiva quanto aos seus objetivos,
	exploratória quanto aos procedimentos
	e qualitativa quanto à abordagem do
	problema
Métodos	Busca sistemática e estudo multicasos
Coleta de Dados	Busca e revisão sistemática,
	observação e entrevistas
	semiestruturadas
Análise e interpretação	Descritiva, a partir da análise do que
	fora levantado por meio da observação
	e das entrevistas semiestruturadas

Fonte: elaboração própria

3.2 REVISÃO DA LITERATURA

Como em todo trabalho acadêmico, boa parte do tempo de pesquisa foi investido na revisão bibliográfica, que neste trabalho deu-se por busca e revisão sistemática.

A revisão consistiu em buscar na literatura clássica as bases teóricas para introdução e os primeiros passos para fundamentação teórica do trabalho, envolvendo uma exploração dos conceitos de democracia e seus desdobramentos históricos.

Considerando a amplitude do tema e a grande quantidade de autores que abordam o assunto, optou-se por tal método que permite maio liberdade ao pesquisador, como dito por Magno Cordeiro et al.:

A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva. (2007, p. 2-3)

Neste contexto foram ainda consideradas as referências indicadas pelo orientador, bem como referências encontradas como citações em outras obras. Cabe ressaltar ainda a importância das referências encontradas na pesquisa encomendada pela RAPS, referenciada neste trabalho, na qual este pesquisador também participou de sua elaboração. Tal estudo discorreu sobre diversas iniciativas nacionais e internacionais que serviram de base para esta dissertação.

Quanto a busca sistemática, o foco foi compreender as dinâmicas das mais recentes crises da democracia no mundo e bem como possíveis alternativas para retomada de confiança no modelo democrático.

Na primeira etapa definiu-se as regras e parâmetros para a execução da busca sistemática. A estratégia de busca foi explorar o que está disponível na literatura envolvendo as seguintes temáticas: crise da democracia; inovações na democracia; democracia digital; democracia deliberativa.

Portanto, optou-se pelo uso dos seguintes descritores: "Democracy Innovations", "Democracy Crisis", "Digital Democracy", e "Deliberative Democracy", sendo que os termos poderiam estar no título ou no resumo das publicações disponibilizadas. Inicialmente tentou-se utilizar os descritores "Shared Mandates" e "Collective Mandates", entretanto o único artigo encontrado com este termo foi do próprio orientador deste trabalho e que já está sendo utilizado como base para o modelo conceitual de análise.

Os parâmetros de busca foram: artigos científicos, disponíveis em periódicos ou revistas científicas, publicadas entre 1994 e 2018, disponíveis em inglês ou português. O recorte temporal deu-se pelo mesmo momento em que surgiu a primeira

e as últimas iniciativas de compartilhamento de poder decisório no poder legislativo no Brasil.

Para tal objetivo, foram realizadas buscas sistemáticas nas bases de dados da *Scopus, EBSCO e Web of Science*. Outras fontes de informações relevantes, mapeadas para essa pesquisa, foram os portais *Latinno*⁶ e *Update Politics*⁷, ambos portais focados na difusão de iniciativas democráticas inovadoras na América Latina.

O primeiro passo foi executar a mesma pesquisa em todas as bases selecionadas, exportando o resultado para um software organizador de bibliografias e referências, neste caso o *Mendeley*. O segundo passo consistiu na seleção dos materiais encontrados. Em primeiro lugar foram excluídas todas as referências duplicadas, fazendo uso da função *"Find Duplicates"* como também manualmente. Feito isso, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave de todas as referências e aquelas que não contribuírem diretamente para uma melhor compreensão da temática foram excluídas. Na sequência iniciou-se a composição do portfólio de referências, sendo necessária a busca dos documentos completos. As referências não encontradas, ou que não estiverem disponíveis gratuitamente ou através do acesso restrito do Portal Capes também serão descartadas desta busca.

Na primeira etapa da busca, foram encontradas 2.462 referências, distribuídas nas bases de dados conforme quadro abaixo:

⁷ Update Polítics é um think tank de inovação política na América Latina. Mais informações podem ser encontradas em: https://www.institutoupdate.org.br

_

⁶ Latinno é uma base dados completa e sistemática sobre as novas formas de participação em curso na América Latina, as chamadas inovações democráticas. A base pode ser acessada no site: https://www.latinno.net

Tabela 6 - Quadro de resultados iniciais de revisão sistemática

BASE	"Democracy	"Democracy	"Digital	"Deliberative
	Crisis"	Innovation"	Democracy"	Democracy"
Scopus	509	266	304	497
Web of Science	57	23	19	61
EBSCO	343	117	69	197
TOTAL	909	406	392	755

Fonte: elaboração própria

A conferência dos duplicados resultou em uma diminuição de 787 referências, restando 1.675 referências. Dado o grande volume de referências encontradas, optouse por focar apenas nos artigos publicados em periódicos, sendo os livros, seções de livros, artigos em anais de eventos e demais referências separadas para eventual consulta posterior. Outro critério de exclusão foi a não disponibilidade da referência na língua portuguesa ou inglesa. Embora o objetivo da busca sistemática tenha sido realizar uma ampla exploração da temática, muitas referências não seriam úteis para o objetivo da pesquisa em questão, pois não tem necessariamente relação direta com a temática proposta. Assim, foram lidos os títulos, resumos e palavras-chave de todas as referências e aquelas que não contribuem diretamente para a compreensão da temática foram excluídas.

Foram excluídos da busca, portanto, os artigos não diretamente conectados à temática proposta, tais como os relacionados à crise econômica, crise da administração, crise migratória, crise do capitalismo, crise do sistema prisional, crise do sistema educacional, crise urbana, crise rural, crise na comunicação, crise financeira, crise fiscal, crise ecológica, crise da mídia, crise da zona do euro, crise global, crise da social democracia, deliberação educacional, segurança nacional, diplomacia, crimes digitais, privacidade, realidade virtual, marco regulatório da internet, controle digital, *fake news* e outros temas com caráter fortemente específicos em aspectos alheios ao tema proposto.

Tendo isto concluído, foram selecionadas 57 referências que aparentarem ser mais relevantes ao estudo e, portanto, necessitavam da busca pelo material completo. Por fim, feita a leitura na íntegra das referências encontradas, foram aplicados filtros com base nos mesmos critérios anteriormente citados. O portfólio final de referências

fruto de busca sistemática ficou composto por 21 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais que se encontram referenciados ao final deste trabalho.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Dividida em três partes principais, a pesquisa embasou-se em revisão bibliográfica e buscas sistemáticas, conforme parâmetros citados anteriormente, seguida de pesquisa, identificação e caracterização de todas as iniciativas de compartilhamento de poder no âmbito do poder Legislativo no Brasil após a redemocratização e, por fim, ida a campo para realização de estudo multicasos.

Na segunda etapa foram mapeadas todas as candidaturas propondo a divisão do poder de tomada de decisão no âmbito do Poder Legislativo Brasileiro, neste trabalho denominados de mandatos compartilhados e mandatos coletivos, mas que também são encontrados com outras nomenclaturas no país, tais como mandatos conjuntos e mandatos divididos. Posteriormente, objetivou-se descrever de forma sintetizada cada um dos mandatos eleitos, a fim de obter-se um mapeamento completo das iniciativas eleitas no Brasil.

Para o mapeamento das iniciativas vigentes de mandatos compartilhados e coletivos no Brasil, foram realizadas pesquisas em sites de busca, matérias jornalísticas, blogs, sites de políticos e redes sociais. Cabe ressaltar que o pesquisador também realizou tal trabalho para o estudo encomendado pela RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) o qual segue referenciado neste trabalho.

Através do mapeamento dos mandatos compartilhados vigentes no Brasil, fruto da segunda etapa deste trabalho, observou-se 119 candidaturas propondo alguma tipologia de compartilhamento de decisões no poder legislativo no Brasil entre 1994 e 2018, sendo que 32 experiências tiveram êxito eleitoral. A análise inicial dos casos demonstrou diferenças e similaridades entre as experiências, acarretando em características que ora unem ora distinguem cada um dos modelos investigados, fatores estes que nortearam a escolha pelo método de pesquisa proposto.

Segundo Yin (2001) três pontos básicos devem ser considerados para a determinação do método de realização de uma pesquisa, quais sejam: (I) o tipo de questão a se pesquisar; (II) o controle do pesquisador sobre os comportamentos reais dos eventos; (III) o foco em fenômenos contemporâneos, em vez de situações do

passado. Para a adequação do estudo de caso como método de pesquisa, Yin (2001) sugere que as perguntas sejam do tipo "como" e "por quê", tendo o pesquisador um pequeno controle sobre os eventos e que o foco seja em eventos atuais num contexto real.

A questão básica proposta neste estudo é a compreensão das dinâmicas envolvidas nos diferentes tipos de mandatos compartilhados e coletivos no Brasil, evidenciando suas motivações, características de gestão, riscos, fatores críticos de implementação e resultados obtidos, ou seja, "o como" e o "porquê" dessas dinâmicas. Evidentemente, o controle do pesquisador sobre os eventos é nulo, e o foco é a situação presente e suas perspectivas. Dessa forma, pode-se afirmar o método do estudo de caso como sendo o mais apropriado.

A realização deste trabalho guiou-se pelo tipo multicasos, o qual se mostrou mais adequado, pois, segundo Boyd e Westfall (1987), o modelo é conveniente na identificação de três fatores: (I) fatores comuns a todos os casos no grupo escolhido; (II) fatores não comuns a todos; (III) fatores únicos em caso específico. Além disso optou-se por sua utilização no presente estudo pelo fato de permitir maior abrangência dos resultados, ao ultrapassar a singularidade de dados referentes a uma única experiência. Assim, este estudo de caso está adequado aos conceitos de Boyd e Westfall (1987), pois é um estudo multicasos que procura compreender fatores comuns a todos os casos e, ao mesmo tempo, tratar de fatores únicos em todos os casos estudados.

Assim sendo, foram selecionados seis mandatos para realização de estudo multicasos, a fim de compreender as diferenças e semelhanças entre os modelos apresentados, analisando-se as motivações, os riscos, os fatores críticos de implementação, as características de gestão e os resultados obtidos pelas experiências de mandatos compartilhados e coletivos no Brasil.

Para isso, foram respeitados alguns critérios na escolha dos casos analisados: paridade de gênero, diferentes correntes ideológicas, diferentes faixas etárias, diversidade regional, diferentes amplitudes eleitorais e paridade entre os modelos de mandato (Compartilhado Tradicional, Coletivo e Coletivo partidário). A pesquisa exploratória foi realizada utilizando as técnicas de entrevistas semiestruturadas com parlamentares, coparlamentares e dirigentes partidários, além de observação *in loco* e análise documental.

Cabe ressaltar que a região nordeste não possui nenhum modelo de compartilhamento de decisão eleito para o legislativo, sendo assim apenas as regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste e Nordeste foram abrangidas pela pesquisa.

Desta forma foram selecionados os seguintes mandatos como diferentes unidades de pesquisa:

- Gabriel Azevedo: vereador pela cidade de Belo Horizonte/MG, eleito com
 10.185 votos:
- 2. Ricardo Antonello: vereador pela cidade de Joaçaba/SC, eleito com 1.099 votos:
- 3. João Yuji: vereador pela cidade de Alto Paraíso de Goiás/GO, eleito com 148 votos:
- 4. Jô Cavalcanti: deputada estadual no estado de Pernambuco, eleita com 39.175 votos:
- Bella Gonçalves: vereadora pela cidade de Belo Horizonte/MG, primeira suplente de vereadora com 3.422 votos, atualmente em exercício permanente de mandato;
- 6. Cida Falabella: vereadora pela cidade de Belo Horizonte/MG, eleita com 3.454 votos.

De posse de todo embasamento teórico realizado nesta pesquisa, bem como do resultado analítico do mapeamento das iniciativas e do estudo de multicasos, foi possível compreender todas as dinâmicas envolvidas nestes modelos inovadores de mandatos. Como produto final desta pesquisa, foi desenvolvido um guia de formatação de mandatos compartilhados e coletivos, apresentando as possíveis variações de modelos, bem como suas principais características e particularidades.

3.4 VARIÁVEIS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

A fim de cumprir com os objetivos estabelecidos, bem como cumprir com as etapas acima propostas, foi necessário, portanto, filtrar apenas as iniciativas que atendam, como critério preponderante, o compartilhamento de poder entre parlamentar e coparlamentares, assumindo uma estrutura delegada de representação durante todo o mandato eletivo. As iniciativas que meramente consultem e não necessariamente vinculem a decisão às escolhas majoritárias dos coparlamentares não foram consideradas como mandatos compartilhados por esta pesquisa.

Segundo RAPS (2019) os elementos básicos que compõem os mandatos compartilhados e que foram considerados nessa pesquisa são:

- (I). PARLAMENTAR: o ator político que administra e ocupa legalmente um assento legislativo, sacrificando sua autonomia política em favor dos coparlamentares.
- (II). COPARLAMENTARES: grupo de cidadãos que participam de um mandato compartilhado para discutir coletivamente, construir propostas legislativas e determinar a posição do parlamentar na votação em plenária.
- (III). ESTATUTO DO MANDATO COMPARTILHADO: acordo, contrato ou carta de intenção, proposta pelo mandatário, capaz de delimitar as regras do mandato, tais como quem poderá participar, número de membros, tipos de matérias que serão apreciadas coletivamente, obrigações e deveres de cada membro, etc.



Figura 15 - Elementos básicos de mandatos compartilhados

Fonte: SECCHI; CAVALHEIRO (2017)

A partir dos estudos de Secchi e Cavalheiro (2017), optou-se pela tipificação dos mandatos compartilhados através das 10 variáveis de análise empírica das experiências de mandatos compartilhados:

 Iniciativa: De quem surgiu a iniciativa de adoção do mandato compartilhado. Ex: de um indivíduo; de um grupo de pessoas; de um partido político.

- 2. Tamanho: Qual o tamanho do grupo, visto que um mandato compartilhado pode ser composto por apenas duas pessoas até milhões delas, portanto o tamanho se mostra como critério relevante de análise.
- 3. Elegibilidade: Um mandato compartilhado pode criar requisitos básicos para os cidadãos participarem. A forma de seleção dos coparlamentares pode acontecer de maneiras diferentes a fim de atender aos objetivos propostos no estatuto de cada mandato compartilhado. Estes requisitos podem ser relacionados a idade, território, ideologia, especialização técnica, ou pode ser aberta a todos os cidadãos.
- 4. Acesso: Diz respeito ao momento de acesso ao mandato compartilhado. Essa variável se mostra relevante uma vez que o momento de formação do grupo pode impactar de diferentes formas no resultado dos mandatos. Ex: durante a campanha eleitoral; durante o período entre o resultado da eleição e a diplomação; no início do mandato; a qualquer tempo.
- 5. Permanência: Quais são as condições mínimas para permanência no grupo, bem como critérios para expulsão. Ex: assiduidade; demonstração de esforço; ética; ideologia; desempenho técnico.
- **6. Distribuição de Poder:** Como é distribuída a parcela de poder entre parlamentar e coparlamentares. Ex: peso igual entre todos; peso maior para determinados grupos; peso maior para o parlamentar.
- 7. Extensão de Poder: Quais os tipos de matérias que serão objeto de deliberação no mandato compartilhado. O custo de informação e de tempo para deliberação e engajamento pode ser grande se estendido a todo tipo de matérias legislativas que chegam ao plenário.
- 8. Partilha de Custos e Benefícios: Como são divididos os custos de campanha, bem como custos extraoficiais referentes ao exercício do mandato compartilhado. Como e se são divididos os benefícios

decorrentes do exercício do mandato, tais como salário, verba de gabinete, etc.

- Processo de Tomada de Decisão: Qual a metodologia utilizada para se decidir sobre as matérias. Ex: construção de consenso; votação individual; misto.
- 10. Mecanismo de Interação: Quais os modos de interação entre os participantes do mandato compartilhado. Ex: reuniões presenciais; aplicativo mobile; grupo de mensagens instantâneas; grupo em rede social.

Neste sentido, foi possível compreender as dinâmicas dos mandatos compartilhados e coletivos no Brasil e identificar três modelos diferentes em atuação no país. Visando analisar as características de cada um desses modelos, por fim, foi realizado um estudo multicasos com seis diferentes experiências no país, buscando compreender em especial as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos e os resultados obtidos por estes mandatos.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O estudo multicasos é uma metodologia complexa que consiste no cruzamento de diversas informações acerca das diferentes unidades de pesquisa selecionadas a fim de compreender similaridades e diferenças entre as experiências. Fato este que torna o trabalho de coleta de dados fundamental para uma interpretação mais isenta possível da realidade dos fatos.

A estratégia prevista para esta pesquisa, embasada em estudo multicasos, utilizou as técnicas de observação, entrevistas semiestruturadas e ainda análise documental.

A técnica de observação fora a mais subjetiva de todas as escolhidas para o trabalho, mas que renderam importantes aspectos utilizados para análise de cada um dos casos. Os principais fatos observados foram:

- dinâmicas de gestão dentro dos gabinetes;
- relacionamento entre parlamentares e coparlamentares;

 tratamento dos demais parlamentares com os parlamentares estudados;

Foram ainda realizadas um total de 14 entrevistas semiestruturadas com parlamentares, coparlamentares e dirigentes partidários em cada uma das unidades de pesquisa propostas. As entrevistas tiveram como estrutura básica organização de perguntas a partir das cinco variáveis propostas nos objetivos específicos (motivações, riscos, fatores críticos de implementação, características de gestão e resultados obtidos).

A fim de obter o cenário mais real possível, as entrevistas foram realizadas primeiramente com os parlamentares, buscando obter a sua visão sobre os aspectos do mandato, posteriormente com os coparlamentares, onde se cruzaram as informações obtidas na entrevista anterior a fim de verificar a veracidade das informações repassadas pelos parlamentares, bem como com a finalidade de buscar uma visão do "outro lado da mesa". Alguns dirigentes partidários (não de todos os mandatos) também puderam ser entrevistados, a fim de compreender as dinâmicas de relacionamento com a agremiação partidária e os possíveis conflitos políticos causados pela escolha da estratégia de mandatos compartilhados e coletivos. Apenas oito das 14 entrevistas foram gravadas.

Por fim, alguns mandatos que dispunham de documentos como estatuto, contrato e termo de acordo, disponibilizaram uma cópia para análise e validação das informações relatadas através das entrevistas.

Ao todo foram 72 páginas de observações, transcrições de entrevistas e documentos digitalizados que puderam ser comparados inicialmente intra unidade de pesquisa, a fim de criar documentos individuais de análise de mandato. Posteriormente com as análises individuais em mãos foi possível comparar as diferentes características de cada uma das iniciativas, compreendendo suas similaridades e diferenças.

Por fim, com todos os dados sintetizados em relatórios de unidades de pesquisa, bem como a comparação realizada entre as experiências, foi possível desenvolver o guia prático de implementação de mandatos compartilhados e coletivos, produto final desta pesquisa.

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

É certo que o estudo proposto não teria condições de esgotar o tema inovações na democracia, e nem se propunha a isso. Entretanto foi realizado o maior esforço possível para cobrir todas os aspectos inerentes a mandatos compartilhados e coletivos no Brasil.

Entretanto alguns pontos foram restritivos para o avanço da pesquisa. O primeiro é a distância geográfica entre as diferentes iniciativas, que fez com que só fosse possível a pesquisa presencial em quatro dos seis mandatos selecionados, sendo que as coletas de dados das experiências de Alto Paraíso de Goiás e Pernambuco foram realizadas virtualmente, através de ligações, videoconferências e troca de e-mails.

Outro fator limitante foi a não autorização de gravação de todas as entrevistas, ou a impossibilidade da mesma diante de limitações técnicas. Assim foram gravadas apenas oito das 14 entrevistas, sendo que as demais ficaram apenas no campo das anotações, dificultando posterior análise do pesquisador.

Por fim, um ponto crítico foi o cronograma apertado para realização da pesquisa, visto que se havia a necessidade de aguardar o resultado eleitoral de 2018 e posterior posse dos mandatos para realização do mapeamento e da pesquisa de campo, fazendo com que o tempo hábil para realização de todas as coletas de dados fosse muito menor do que o previsto inicialmente. Desta forma o tempo para análise dos casos e possíveis conclusões acabou ficando menor do que o esperado.

4. RESULTADO DO ESTUDO MULTICASOS - ANÁLISE DE DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS NO BRASIL

O estudo multicasos, ora escolhido como método de pesquisa para este trabalho, esforçou-se em evidenciar as principais diferenças e semelhanças dos diferentes mandatos compartilhados e coletivos selecionados, a fim de compreender suas dinâmicas, em especial suas motivações, seus fatores críticos de implementação, seus riscos, suas características de gestão e os primeiros resultados obtidos.

Tais experiências revelaram modelos completamente diferentes de mandatos, divergindo principalmente pelo tamanho do mandato, pela forma de acesso, pela iniciativa e pelo processo de tomada de decisão.

Para melhor compreensão prévia das diferentes dinâmicas operacionais de cada um dos seis mandatos, foi elaborada uma tabela com todas as 10 variáveis de análise de mandatos compartilhados proposta por Secchi e Cavalheiro (2017), sendo possível, através da síntese destes dados, compreender as dinâmicas envolvidas em cada um dos casos em questão.

Ressalta-se ainda que os mandatos de Bella Gonçalves e Cida Falabella foram unificados na pesquisa por tratarem-se de experiência conjunta, utilizando-se a nomenclatura de Gabinetona, sendo esta a expressão oficial adotada pelo próprio grupo.

Tabela 7 - Quadro comparativo dos casos estudados a partir das dez variáveis de análise de mandatos compartilhados

	GABRIEL AZEVEDO	GABINETONA	MANDATO COLETIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	RICARDO ANTONELLO	JUNTAS
MODELO	Mandato Compartilhado	Mandato Coletivo partidário	Mandato Coletivo	Mandato Compartilhado	Mandato Coletivo
INICIATIVA	Do próprio vereador	Do grupo de candidatas	A iniciativa foi de João Yuji que acabou encabeçando o mandato como o representante eleito.	Do próprio vereador	Do grupo que compõe o mandato
TAMANHO	1.628 covereadores com possibilidade de expansão até 10.185	2 vereadoras + 8 covereadoras	1 vereador + 3 covereadores (já foram 4 covereadores)	1 vereador + 107 covereadores	1 deputada estadual + 4 codeputadas
ELEGIBILIDADE	Ter sido eleitor de Gabriel Azevedo nas eleições municipais e comprovar através da apresentação de título eleitoral para comparação com os votos obtidos na urna.	Ter feito parte do grupo de candidatas coletivas do movimento Muitas pelo partido PSOL. Para fazer parte do grupo era necessário estar alinhado as lutas sociais defendidas pelo grupo e fazer parte de alguma minoria social.	Ter feito parte da candidatura como membro do Mandato Coletivo. A escolha se deu por afinidade entre os participantes e a montagem do grupo aconteceu de forma orgânica.	Ter apoiado ativamente a candidatura do vereador Ricardo Antonello nas eleições de 2016.	Ter feito parte da candidatura como membro do movimento Juntas. A montagem do grupo se deu por afinidade entre as participantes e alinhamento ideológico perante as causas sociais defendidas pelo grupo.
ACESSO	O acesso é continuamente aberto desde que se atenda o critério de elegibilidade.	O acesso foi exclusivamente no período pré-eleitoral.	O acesso, a princípio, foi apenas no período pré-eleitoral. Entretanto o contrato do mandato prevê a possibilidade de adesão de novos membros.	O acesso foi exclusivamente no período eleitoral.	O acesso foi exclusivamente no período pré-eleitoral.
PERMANÊNCIA	Não há critérios mínimos para manutenção no mandato, tampouco regras para exclusão.	Estar alinhado as causas sociais definidas previamente pelo mandato. O grupo se define como antipunitivista então não há mecanismos de expulsão definidos.	Assiduidade nos encontros do mandato para tomada de decisões coletivas. Segundo o Contrato do Mandato, assinado em cartório, se 75% dos membros votarem pela expulsão de um membro ele estará automaticamente excluído.	Não há critérios mínimos para manutenção no mandato, tampouco regras para exclusão.	O grupo se define como antipunitivista, sendo assim não há mecanismos de expulsão definidos. Entretanto o grupo definiu algumas pautas sociais que devem obrigatoriamente ser defendidas por todas as participantes.
DISTRIBUIÇÃO DE PODER	Peso igual entre o vereador e todos os covereadores, entretanto apenas o vereador tem poder de argumentar e contra argumentar, os	Peso igual entre as vereadoras e as covereadoras.	Peso igual entre os membros do coletivo.	Peso igual entre o vereador e todos os covereadores.	Peso igual entre os membros do coletivo.

	GABRIEL AZEVEDO	GABINETONA	MANDATO COLETIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	RICARDO ANTONELLO	JUNTAS
	covereadores apenas votam e justificam o seu voto.				
EXTENSÃO DE PODER	Todos os projetos de lei são votados pelos covereadores. Além disso há possibilidade de os covereadores apresentarem propostas de projetos de lei e denúncias de problemas na cidade.	Projetos de lei menos intensos como nomes de ruas são decididos diretamente pelas vereadoras. Apenas as votações mais intensas são discutidas com o grupo. Além disso todas as covereadoras também podem apresentar projetos de lei e denúncias de problemas na cidade. Outras decisões como contratação de funcionários, alianças políticas e escolha de partido também são discutidas em grupo.	Todos os projetos de lei são discutidos em grupo. Todos do grupo também podem escrever projetos de lei e apresentar denúncias.	Apenas projetos de lei mais polêmicos são discutidos com os covereadores. Projetos menos intensos como nomes de ruas são decididos diretamente pelo vereador. Além disso há possibilidade de os covereadores apresentarem propostas de projetos de lei e denúncias de problemas na cidade.	Todos os projetos, incluindo os de menor impacto, são discutidos entre as cinco participantes do mandato. Só se vota após alcançado o consenso entre todas. Além disso todas do grupo podem apresentar projetos, fiscalizar o poder executivo e discutir alianças políticas.
PARTILHA DE CUSTOS E BENEFÍCIOS	Não há partilha de custos e benefícios com os covereadores.	Não há uma partilha de custos e benefícios claramente definidas, entretanto procurou-se manter uma isonomia salarial entre os participantes.	O salário de vereador é integralmente doado para projetos sociais na cidade. Não há outros cargos de gabinete para partilha.	Não há partilha de custos e benefícios com os covereadores.	As covereadoras foram nomeadas nos cargos mais altos do gabinete. Os salários de todas elas são baseados pelo menor valor entre as cinco, ou seja, quem recebe mais, doa a diferença para um fundo privado do mandato, assim todas recebem a mesma quantia e subsidiam um fundo para investimentos em projetos sociais.
PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	Votação individual	Construção de consenso. Não há possibilidade de votação dentro do grupo, as discussões só se esgotam alcançado o consenso.	Construção de consenso seguido de votação individual caso seja necessário.	Construção de consenso seguido de votação individual caso seja necessário.	Construção de consenso. Não há possibilidade de votação dentro do grupo, as discussões só se esgotam alcançado o consenso.
MECANISMOS DE INTERAÇÃO	Interação exclusivamente digital através de aplicativo mobile próprio.	Reuniões presenciais no próprio gabinete. Em alguns casos as discussões podem ser precedidas de reuniões externas nas comunidades.	Reuniões presenciais na Câmara Municipal.	Interação exclusivamente digital através de grupo no Whatsapp.	Reuniões presenciais no próprio gabinete. Em alguns casos as discussões podem ser precedidas de reuniões externas nas comunidades.

Fonte: elaboração própria

4.1 UNIDADE DE PESQUISA 1 – MANDATO COMPARTILHADO DE GABRIEL AZEVEDO

Nome do parlamentar: Gabriel Azevedo

Cidade: Belo Horizonte / MG

Período: 2017-2020

Partido: Eleito pelo PHS, atualmente sem partido.

Modelo de mandato: Mandato Compartilhado Tradicional

O vereador Gabriel Azevedo é um dos mais jovens vereadores eleitos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, com 10.185 votos foi o 9º representante mais votado da cidade entre os 41 eleitos no pleito de 2016. Durante todo o período eleitoral a sua principal plataforma de campanha foi a proposta de literalmente dividir todo o seu poder de decisão como vereador com os seus eleitores.

Este modelo, segundo Azevedo, foi estudado durante dois anos antes de sua campanha eleitoral, inspirado na evolução da democracia no mundo, que surgiu em 508 a.c. em Atenas perdurando inicialmente até 150 d.c. com a tomada das cidadesestados pelo Alexandre o grande. Nesse período, ainda que restrita apenas a uma parcela da cidade, as decisões eram coletivas e tomadas em praça pública em caráter deliberativo. A própria democracia, após o seu ressurgimento no século 18, passou por transições e acompanhou diversas evoluções históricas da sociedade, como o direito das mulheres e a criação da urna eletrônica mais recentemente. Hoje, em uma sociedade que se transforma a partir da revolução da hiperconectividade com os meios tecnológicos, é possível observar uma mudança no comportamento cívico do cidadão no mundo inteiro. Isso necessariamente mudou a relação entre representantes e representados, exigindo dos políticos uma nova postura frente aos anseios de responsividade e participação na política, de forma ágil e conectada ao interesse público. A ideia de desenvolver um mecanismo digital para aproximar representante e representado veio exatamente dessa percepção de que a sociedade está hiperconectada e que ao mesmo tempo a democracia está em evolução constante, portanto não faria sentido a manutenção do mesmo modelo de representação política.

"Eu acredito que a democracia tem que valer como valor universal. Eu acredito na sentença de que o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. Eu acredito que você ao delegar a responsabilidade para o cidadão que participa, você o chama de verdade para tomar parte do

processo e mostra que aquele que quiser participar tem o verdadeiro condão de mudar uma decisão ou outra." (AZEVEDO, 2019 – informação verbal⁸)

Entretanto logo após o resultado das urnas no dia 07 de outubro de 2016, o então vereador eleito se deparou com a sua primeira dificuldade, como viabilizar a participação de forma isonômica de até dez mil pessoas com as quais ele se comprometeu em dividir a sua vereança? Diversas maneiras foram analisadas inicialmente, tais como a criação de dezenas de grupos de Whatsapp (limitado a 256 participantes por grupo), a criação de um único grupo no Facebook, reuniões de plenária nos bairros, entre outras estratégias. Porém, nenhuma delas seria, na sua visão, adequada ao seu contexto, visto que para organizar de forma metodológica esse número de coparlamentares seriam necessários mecanismos de controle, discussão e votação ágeis e facilmente acessíveis.

A resposta veio na criação de um aplicativo para celulares, com a cara do mandato, o que lhe permitiria maior customização e estratégias de engajamento mais eficientes.

"Então para tentar não ficar num cenário caótico da internet, onde eu já estava acostumado, eu tentei institucionalizar isso através de uma ferramenta. O surgimento do aplicativo Meu Vereador veio justamente para tentar garimpar a participação das pessoas, que já acontece muito na internet, mas a partir de uma ferramenta mais evoluída para isso, com uma metodologia clara e infinitas possibilidade de engajamento." (AZEVEDO, 2019 – informação verbal)

O app "Meu Vereador" está disponível para download e pode ser acessado por qualquer usuário com acesso aos sistemas Android e iOS. No aplicativo é possível acessar informações como gastos de gabinete, notificação de problemas na cidade, agendamento de reuniões, orçamento da cidade de Belo Horizonte, propostas legislativas, entre outros. Porém, para poder votar nos projetos de lei e compartilhar do seu poder de decisão, é preciso que o usuário comprove ter sido seu eleitor. Para isso foram criados dois perfis diferentes de cadastro, o de eleitor e o de não eleitor. Ao se declarar eleitor durante o cadastro, é necessário que o usuário tire uma foto do seu título eleitoral e de um documento de identidade oficial, assim a equipe de gabinete consegue conferir se houveram votos para o vereador Gabriel Azevedo na urna do declarante. No momento da pesquisa já eram 1.628 coparlamentares com

.

⁸ Entrevista realizada no dia 26 de março de 2019 exclusivamente para esta pesquisa. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

poder de decisão no aplicativo e outros 6.081 usuários não eleitores, que utilizam a plataforma para acompanhar as ações do vereador.



Figura 16 - Tela inicial do aplicativo "Meu Vereador"

Fonte: Printscreen obtida através do aplicativo "Meu Vereador"

No mandato compartilhado do vereador Gabriel Azevedo, todos os coparlamentares e inclusive o próprio parlamentar tem o mesmo poder de decisão, sendo o peso de voto igual a todos. Os projetos de lei em pauta são todos colocados para votação no aplicativo, sejam eles mais ou menos relevantes, acompanhados de um relatório técnico da equipe de gabinete e do posicionamento prévio do vereador quanto ao tema. Este relatório é ainda desenvolvido a partir da análise de um Conselho Político de aproximadamente 100 especialistas voluntários em diversas áreas tais como Meio Ambiente, Educação, Saúde, Tecnologia, etc.

Pelo tamanho do mandato compartilhado, optou-se por não abrir um espaço de deliberação, assim os usuários podem apenas votar e por fim justificar o seu voto. Essa estratégia reduz a possibilidade de debates e construção coletiva, mas ainda garante o compartilhamento do poder de decisão. Porém é possível que os

coparlamentares discutam entre si em um espaço separado no aplicativo e apresentem propostas de projetos de lei, que serão analisadas pela equipe técnica do gabinete e podem ser posteriormente transformadas em projetos de lei, caso não esbarrem em possíveis ilegalidade ou inconstitucionalidades.

A implementação do modelo passou por diversos desafios, o primeiro deles foi viabilizar o desenvolvimento do aplicativo entre o início de outubro de 2016, logo após a eleição e a data da posse dos vereadores, no início do mês de fevereiro. Para isso foi necessário o apoio de eleitores engajados na causa e ligados ao setor de tecnologia de Belo Horizonte, bem como uma razoável disponibilidade de recursos financeiros. Ao todo foram investidos aproximadamente R\$100.000,00 na plataforma que ainda estão sendo pagos pelo próprio vereador até o final da sua legislatura.

Outro desafio foi fazer a classe política compreender que o vereador Gabriel Azevedo não era o dono do seu voto, mas apenas um porta-voz de um recorte da sociedade. Isso foi inicialmente visto como um risco pelos demais parlamentares, que tentaram desacreditar o modelo proposto diante da população.

Para que isso não fosse um problema maior, o vereador, quando ainda candidato, assinou um Termo de Independência⁹ com o partido, registrado em cartório, que lhe garantiria toda a autonomia necessária para conduzir o seu mandato, sem quaisquer influências do partido. Isso fez com que o partido pelo qual foi eleito não pudesse influenciar nas suas decisões e nem sequer dirigir voto de bancada em plenária.

O acordo entre as partes, porém, não foi o suficiente para manter uma relação estável com o partido, que nunca procurou o vereador eleito para apoiar o crescimento local da sigla e sequer o convida para as reuniões da executiva. Além disso, após um ano e meio de mandato, o partido deu carta branca para que o parlamentar deixasse a sigla, sem o risco de perder o seu mandato. Fato este imediatamente aceito pelo vereador, que hoje encontra-se sem filiação partidária.

Por outro lado, com o sucesso do modelo nas ruas de Belo Horizonte, não faltam convites para que o vereador ingresse em uma nova sigla, ao todo dez partidos de Belo Horizonte já o convidaram para integrar seus quadros, mantendo a regra de

-

⁹ Termo de Compromisso com clausula de independência foi firmado em cartório no dia 02 de outubro de 2015, na cidade de Belo Horizonte. Cópia do documento está nos anexos desta dissertação.

independência exigida pelo vereador. O que se percebe é que mesmo com um quadro independente, como Gabriel Azevedo, os partidos políticos podem capitanear apoiadores às agremiações ao apoiar iniciativas inovadoras na política local, como é o caso do mandato compartilhado.

Quanto aos riscos envolvidos no modelo de Gabriel Azevedo, foi possível identificar três pontos cruciais:

- O risco de uma baixa participação de coparlamentares. Como nada obriga que as pessoas participem, é possível que algumas decisões sejam tomadas por pouquíssimas pessoas, o que representaria um recorte muito pequeno do pensamento dos seus eleitores.
- A equipe técnica não conseguir traduzir bem um projeto de lei no relatório técnico. Isso poderia confundir ou desestimular os coparlamentares em suas decisões, ou até mesmo influenciá-los em uma escolha confusa, acarretando possíveis decisões ruins.
- Decisões ruins e/ou ilegais serem tomadas pela maioria dos coparlamentares, uma vez que nem sempre estes possuem conhecimento prévio sobre os temas, ou não acompanhem o relatório técnico e a posição do vereador.

Ressalta-se, porém, que todos os riscos apontados podem ser amenizados, entretanto jamais poderão ser totalmente neutralizados. Para aumentar a participação dos covereadores, o próprio aplicativo possui funções de notificações de novos projetos em pauta, além disso o vereador possui uma grande capacidade de comunicação e utiliza maciçamente as redes sociais para divulgar o mandato compartilhado e as principais pautas que estão disponíveis para votação no aplicativo.

Quanto aos relatórios técnicos, montou-se um Conselho Político de especialistas voluntários que ajudam a tornar os assuntos mais claros, com argumentos e elementos visuais que tornam os temas em pauta mais didáticos, além disso cursos de técnica legislativa e comunicação social são constantemente ministrados no gabinete do vereador.

Já quanto a possibilidade de decisões ruins ou ilegais serem tomadas pela maioria é um processo de aprendizagem e educação política, visto que no início do mandato houve mais decisões distintas do posicionamento do gabinete do que dois anos depois. Ao todo apenas cinco vezes o posicionamento dos covereadores foi

distinto do posicionamento prévio do vereador, fazendo com que ele mudasse a sua opinião e votasse de acordo com a vontade dos covereadores em plenária, o que não pode ser necessariamente compreendido com uma decisão ruim, mas apenas uma distinção entre o que o vereador e o que o seus eleitores pensam.

Ressalta-se, porém, que uma dessas ocasiões foi emblemática para o mandato, visto que se caracterizou em uma decisão claramente ruim e inconstitucional. O caso em questão tratou-se de um projeto de lei de outro vereador, com vício de origem, o que se caracterizava como inconstitucionalidade. O projeto sugeria que o município deveria baixar todo cabeamento dos postes da cidade para modais subterrâneos. De modo superficial a ideia parece elogiosa, afinal essa é uma tendência nas principais cidades do mundo, entretanto tal projeto jamais poderia ser apresentado por um vereador, afinal tudo aquilo que gera despesa, necessariamente é de competência do poder executivo. Não bastasse isso, o projeto de lei não estava acompanhado do Estudo de Impacto Econômico-Financeiro, outra obrigatoriedade, e, portanto, tornava-se inconstitucional. Mesmo com o relatório técnico do gabinete e o posicionamento do vereador no aplicativo, que alertavam para os riscos do projeto, a maioria dos covereadores optou por votar favorável ao projeto de lei, entendendo ser uma pauta importante para a cidade. Por fim, o projeto de lei acabou aprovado na Câmara Municipal, inclusive com o voto favorável do vereador Gabriel Azevedo, embasado na decisão dos seus covereadores, porém o mesmo foi vetado pelo Prefeito Municipal. Após o veto do prefeito, ao retornar para Câmara Municipal analisar se manteria ou derrubaria o veto, o vereador tratou de reforçar sua posição com os seus mais de 1.600 covereadores e inclusive chamando-os a atenção sobre tal ilegalidade, fazendo com que os mesmos revisassem seus posicionamentos e por quase unanimidade mudassem sua posição na segunda votação.

Esse caso demonstra os ganhos em educação política gerados pelo modelo. Ao longo de todo o processo, que aconteceu ainda no começo da legislatura, os covereadores passaram a compreender melhor os trâmites de um procedimento legislativo, bem como as prerrogativas do poder legislativo e do poder executivo. Ao entrevistar alguns dos covereadores do mandato compartilhado, foi possível perceber que se demonstram bem instruídos quanto ao andamento de um processo legislativo e inclusive passaram a questionar os demais vereadores que cometem falhas na técnica legislativa ou apresentem projetos de lei inconstitucionais.

A experiência do mandato compartilhado de Gabriel Azevedo parece ter estimulado também um espírito cívico nos cidadãos de Belo Horizonte, e uma possível retomada na confiança da população para com a política. Segundo Mario Henrique Biagini, um dos covereadores, o mandato compartilhado o fez ter vontade de acompanhar as decisões da cidade, de cobrar a classe política de Belo Horizonte e de aprender como o sistema funciona, isso só aconteceu depois de ter se tornado um participante do mandato.

Os resultados até agora parecem animadores, a inscrição no aplicativo tem aumentado em torno de 15% ao mês nos últimos doze meses e a taxa de engajamento varia de 64% a 93% nas votações pelo celular. As redes sociais do vereador também não param de crescer e saltaram de aproximadamente 10 mil seguidores no período pré-eleitoral para mais de 112 mil seguidores, somando-se todos os seus perfis em diferentes redes sociais, dois anos após o início da legislatura.

Outro fator importante a ser destacado é o ganho de eficiência gerado pela opção de sistematizar todo o mandato compartilhado por um aplicativo. Como todas as demandas podem ser centralizadas e sistematizadas, há uma série de automações que auxiliam o dia-a-dia do gabinete, como as indicações de problemas na cidade e o agendamento de reuniões. Desta forma o gabinete funciona com uma equipe enxuta, sem perder efetividade. Enquanto a maioria dos 41 vereadores da cidade usa toda a sua verba de gabinete para contar com até 22 assessores, o gabinete do mandato compartilhado possui apenas 8 funcionários. Isso possibilitou uma boa redução de custos para os cofres públicos, segundo a página de Transparência¹⁰ do aplicativo, já foram economizados mais de R\$ 1.049.899,90 (um milhão, quarenta e nove mil e oitocentos e noventa e nove reais) desde o início do mandato.

¹⁰ Informação verificada no dia 24 de abril de 2019 no aplicativo Meu Vereador, do vereador Gabriel Azevedo, disponível nas plataformas Android e iOS.



Figura 17 - Transparência dos gastos do mandato de Gabriel Azevedo

Fonte: Printscreen obtida através da página de transparência do aplicativo "Meu Vereador"

Como ponto positivo, ressalta-se a valiosa qualidade e quantidade de informações que o vereador dispõe sistematizadas pelo aplicativo. Com o sistema, o parlamentar consegue saber exatamente como cada eleitor seu se posiciona, e quais os problemas mais relevantes da cidade, tudo isso geolocalizado e segmentado por perfil de eleitor. Esse tipo de informação pode garantir não apenas a elaboração de políticas públicas mais eficientes pelo mandato, como também a elaboração de estratégias de campanha totalmente segmentadas para cada perfil eleitoral cadastrado, pensando assim em uma possível reeleição.

Por fim, cabe destacar que a escolha pelo mandato compartilhado também pode ser ainda o indutor de um crescimento político exponencial. Hoje o nome do vereador, que até então era desconhecido por boa parte da população, desponta como um dos principais candidatos à prefeitura de Belo Horizonte no ano de 2020, embora o mesmo negue que tenha pretensões de ser prefeito e que prefira continuar na vereança sendo o porta-voz da população da cidade. Além disso, o vereador foi

convidado para três grandes redes de renovação política¹¹ do Brasil e através delas ministrou mais de 30 palestras no país e no exterior sobre o poder do compartilhamento de decisões promovido pelo mandato compartilhado, demonstrando o interesse e a curiosidade da comunidade política, acadêmica e da sociedade civil em geral no assunto.

-

¹¹ O vereador Gabriel Azevedo é membro das seguintes redes de renovação política:

⁽I) RAPS: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, informações disponíveis em: https://www.raps.org.br/

⁽II) RenovaBR, informações disponíveis em: https://renovabr.org/

⁽III) Movimento Acredito, informações disponíveis em: https://www.movimentoacredito.org/

4.2 UNIDADE DE PESQUISA 2 – MANDATO COLETIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Nome do parlamentar: João Yuji

Cidade: Alto Paraíso de Goiás / GO

Período: 2017-2020

Partido: Eleito pelo PTN, atualmente PODEMOS.

Modelo de mandato: Mandato Coletivo

O Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás é considerado um dos mais conhecidos do país, pelo espaço recebido em toda a mídia nacional com o modelo inovador proposto e curiosamente fora dos grandes centros, em uma cidade de apenas sete mil habitantes.

A ideia do mandato coletivo surgiu no ano de 2015 com a fundação do Movimento Ecofederalista em São Paulo, do qual João Yuji fez parte. O objetivo central do movimento era pautar a descentralização do sistema político-legislativo tendo como referência a PEC da Liberdade para as Cidades, redigida durante as manifestações nacionais de junho de 2013, que transferiria as competências do Congresso Nacional para as esferas locais, e a descentralização do sistema econômico por meio de práticas agroecológicas.

Para realizar tais objetivos foram estabelecidos pelo movimento princípios e diretrizes, e em seguida propôs-se uma estratégia de curto prazo, a criação do mandato coletivo. Para colocar em prática a estratégia, um dos fundadores do grupo, João Yuji, retornou para sua cidade com o objetivo de implementar o primeiro mandato coletivo do Brasil. Já em 2016, ano das eleições municipais, foram convidadas outras quatro pessoas de sua confiança e que possuíssem competências diferentes para estruturar um mandato plural e inovador na cidade de Alto Paraíso de Goiás.

O grupo inicialmente formado por João Yuji, Laryssa Galantini, Ivan Diniz, Luís Paulo e César Adriano (Professor Sat) declarou-se de imediato como um movimento antipartidário, pois não acreditavam que o modelo de partidos políticos seria o ideal para o mundo cada vez mais plural em que vivemos. Entretanto a legislação eleitoral

brasileira ainda exige a filiação partidária como critério para registro de candidaturas¹², surgindo aí o primeiro desafio do grupo, encontrar uma legenda que os abrigasse de maneira independente. Após reunião com quase todos os partidos já existentes na cidade, optou-se pela filiação no PTN (atualmente PODEMOS), que não possuía diretório no município, após uma aproximação do grupo com a Deputada Federal por São Paulo Renata Abreu, uma entusiasta dos primeiros estudos sobre mandatos compartilhados e coletivos no país.

Assim, o Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás foi encabeçado por João Yuji e o grupo foi eleito com 148 votos nas eleições municipais de 2016.

Para que o modelo funcionasse de forma eficiente e segura, o grupo estabeleceu um contrato, em forma de Termo de Acordo¹³, assinado em cartório ainda antes das eleições dispondo sobre todas as regras do mandato, tais como composição, forma de tomada de decisão, adesão de novos membros, expulsão de membros, divisão e extensão de poder, direitos e obrigações dos membros, salários, entre outros.

No Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás tudo é dividido igualmente. Todas as decisões são discutidas exaustivamente em grupo e preferencialmente de forma presencial, sendo que nenhuma decisão é tomada antes de qualquer discussão com o grupo. Como algumas pautas surgem de última hora, foi criado um grupo secreto no facebook, onde eles podem discutir de forma emergencial as pautas que não puderam ser discutidas presencialmente. O peso de decisão é exatamente o mesmo para cada integrante do grupo, inclusive este é um dispositivo que está no termo de acordo assinado em cartório. O processo de tomada de decisão é sempre iniciado pela construção do consenso e caso esta não seja uma alternativa alcançável, inicia-se um processo de votação interna. Por fim, todas as demais funções de vereança incumbidas ao representante eleito, são também divididas com os covereadores, como a elaboração de projetos de lei, fiscalização do poder executivo e até mesmo o espaço na mídia.

¹³ O Acordo do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás foi assinado em cartório no dia 4 de setembro de 2016 e está digitalizado nos anexos deste trabalho.

_

¹² O registro de candidaturas independentes, ou avulsas, já foi discutido tanto no Tribunal Superior Eleitoral que negou provimento, quanto no Superior Tribunal Federal que referendou a posição negativa quanto ao pedido através do Mandado de Injunção nº 7.003/2018 pelo ministro Luiz Fux.

O salário é um outro ponto crucial do mandato, como é uma cidade de pequeno porte, o mandato não dispõe de cargos de assessoria, portanto o único salário do grupo é o de vereador, de aproximadamente R\$ 3.400,00, sendo que ainda durante as eleições o grupo decidiu por doar integralmente esse valor para projetos sociais da cidade. Sendo assim, logo que eleitos o mandato coletivo criou um fundo privado e a cada seis meses o valor é integralmente doado para projetos sociais através de um Festival de Projetos Sociais desenvolvido pelo coletivo. Já os demais benefícios como diárias e auxílios, quando necessários, são divididos integralmente entre o vereador e os covereadores.

Embora a sua campanha tenha sido um sucesso nas ruas, o grupo não possui vida fácil na política local. Os vereadores e demais políticos da cidade rejeitam a ideia de mandato coletivo, não reconhecendo os covereadores nem o modelo em si como dentro da legalidade. A prova é que a própria Câmara Municipal editou uma portaria proibindo o uso do termo mandato coletivo para indicar o mandato do vereador João Yuji, inclusive veiculando matérias na imprensa local sobre o assunto. Aparentemente a inovação democrática apresentada pelo grupo causou a ira dos demais representantes políticos que temem o crescimento popular do grupo.

"Nós não podíamos nem falar em mandato coletivo que eles já ficavam bravos, diziam que isso não existia, que é contra o regimento da câmara, que o modelo era ilegal, chegando ao ponto de proibirem constar em ata o uso da palavra mandato coletivo, que acabou virando posição oficial da câmara, de que não existe mandato coletivo, inclusive publicando isso em jornais e redes sociais, tentando sempre descredibilizar o nosso mandato." (YUJI¹⁴, 2019 – informação verbal)

Mesmo com o apoio da Deputada Renata Abreu, a relação com a executiva estadual do partido também é conturbada, visto que a posição de independência e a apologia do grupo ao antipartidarismo incomoda, ao ponto de o partido já se posicionar pela não aceitação de novas candidaturas independentes no pleito eleitoral de 2020. Assim sendo, o grupo do mandato coletivo já está à procura de uma nova legenda que possa lhes abrigar de maneira autônoma e independente para novas candidaturas coletivas na próxima eleição municipal.

Um outro ponto crítico do modelo e que merece constante atenção é a relação entre os participantes, visto que o grupo é composto por pessoas de diferentes áreas

_

¹⁴ Entrevista realizada no dia 13 de abril de 2019 exclusivamente para esta pesquisa. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

de atuação e posicionamentos políticos, o bom relacionamento e o diálogo amistoso é um ponto crucial para a manutenção do mandato. Inclusive um dos membros iniciais resolveu deixar o grupo após dois anos por divergências ideológicas, fato que causou grande desgaste no relacionamento do grupo. Hoje o mandato possui membros posicionados mais à direita e outros mais ao centro, enquanto que o único membro declaradamente de esquerda foi o que resolveu se desligar do mandato.

Com o Termo de Acordo assinado, o grupo ainda se protegeu de outros possíveis problemas, como a possibilidade de o representante eleito acabar com o mandato coletivo e conduzir sozinho o mandato. Segundo o contrato, caso o representante eleito tome posições contrárias àquelas deliberadas coletivamente, ele poderá ser acionado civil com penalização por dano moral e criminalmente por estelionato, então dessa forma o grupo tem a garantia do cumprimento de tudo aquilo que foi acordado.

São notórios ainda os ganhos trazidos pelo Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás. Para o grupo a expressão política e a repercussão da mídia a nível nacional os colocou numa vitrine política inesperada, portais como Globo.com¹⁵ e Folha de São Paulo¹⁶ publicaram inúmeras matérias sobre o mandato. Além disso o modelo inovador provocou a curiosidade e o interesse da população da cidade, que de certa forma passou a acompanhar mais os desdobramentos políticos do poder legislativo municipal. A educação política é citada como ponto-chave para o grupo, que tinha como principal objetivo despertar o interesse do cidadão comum pela política através de um modo diferente de fazer política.

"Como o nosso mandato é super aberto, nós temos uma velocidade de comunicação muito grande e um dos nossos princípios é a transparência, então tudo que acontece nós rapidamente conseguimos comunicar a cidade toda, via redes sociais e whatsapp. Isso fez com que a população, ao saber do que acontece na política da cidade, passasse a cobrar muito mais dos políticos e também se interessasse muito em aprender como funciona um processo legislativo, como se votam as leis, como as leis são aplicadas pela prefeitura, e é muito legal isso porque as pessoas na rua vem nos falar que elas nem sabiam direito o que fazia um vereador antes de conhecer o nosso

-

Matéria consultada no dia 18 de maio de 2019 e disponível em: http://g1.globo.com/goias/eleicoes/2016/noticia/2016/10/cinco-sao-eleitos-para-uma-vaga-de-vereador-em-alto-paraiso-de-goias.html

Matéria consultada no dia 18 de maio de 2019 e disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1822231-grupo-e-eleito-para-mandato-coletivo-de-vereador-em-goias.shtml

mandato, ou que sequer entendiam como era a política da cidade e depois que nos conheceu mudou tudo. É um ganho claro de educação política e esse era sem dúvidas um dos nossos objetivos quando criamos esse modelo. (YUJI, 2019 – informação verbal)

Por fim, o que se percebe é que em um mandato coletivo plural como o de Alto Paraíso de Goiás, com cabeças totalmente diferentes, têm-se a possibilidade de construções coletivas melhor elaboradas, pois ao conseguir conciliar diferentes visões de mundo, o grupo consegue negociar soluções mais bem embasadas do que em mandatos solo, como os demais mandatos da cidade. Segundo Yuji:

Com certeza, hoje nós somos quatro mentes ao invés de uma, isso faz que tenhamos muito mais argumentos e ideias para discutir e elevar o debate para um outro nível na Câmara Municipal. Fora isso nós conseguimos também dividir os trabalhos e ganhar eficiência, hoje nós somos muito mais eficientes na questão de agilidade de análise dos processos do que todos os demais vereadores, isso por que nós fazemos um trabalho sistematizado e conjunto. (YUJI, 2019 – informação verbal)

Desta forma, o Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás tem se destacado na imprensa local como o mandato mais eficiente na produção e análise legislativa do município, produzindo relatórios técnicos bem embasados e criando um novo fato político na cidade, ao passo em que o jovem João Yuji já aparece como favorito em todas as pesquisas eleitorais para o poder executivo local nas eleições municipais de 2020.

4.3 UNIDADE DE PESQUISA 3 – GABINETONA

Nome das parlamentares: Cida Falabella e Bella Gonçalves

Cidade: Belo Horizonte / MG

Período: 2017-2020

Partido: PSOL

Modelo de mandato: Mandato Coletivo Partidário

O terceiro caso apresentado compõe dois mandatos que na prática se transformam em uma única experiência, por isso optou-se por tratá-los de forma única, são os mandatos das vereadoras Cida Fallabella e Bella Gonçalves (suplente da vereadora Áurea Carolina).

A experiência das duas vereadoras, que compõem um hoje mandato coletivo partidário, nasceu muito antes da existência de ambos os mandatos. No ano de 2015 um grupo de ativistas sociais, de diferentes causas, começou a se reunir em praça pública para discutir os rumos da cidade de Belo Horizonte. Indignados com as escolhas administrativas do então prefeito Marcio Lacerda, o grupo nasceu de uma ideia de tomada dos espaços públicos, que vinham sendo fechados por políticas higienistas do então prefeito. Essas pessoas que estavam em vários movimentos diferentes com objetivos sociais semelhantes começaram a discutir como elas poderiam ser mais efetivas no embate político.

A vontade de fazer uma política de proteção social e de enfrentamento ao meio político tradicional só tinha um caminho para tornar-se efetiva, participar da arena política pelo lado de dentro. Essa intenção tornou-se realidade a partir das eleições municipais de 2016. Com um grupo sólido e alinhado aos mesmos interesses, o movimento foi composto por 12 mulheres ativistas sociais, lésbicas, trans, héteros, indígenas, quilombolas, negras, brancas e de diferentes idades, denominando-se então de "Muitas". Esse movimento escolheu por unanimidade, em maio de 2016 ir em conjunto para uma eleição a vereador pela cidade de Belo Horizonte.

A primeira decisão coletiva se deu bem antes do mandato, a escolha do partido foi crucial para o grupo, que precisava estar alinhada aos princípios do movimento, e o grupo decidiu por unanimidade, após dois meses de discussões, pela filiação em massa no PSOL, após uma garantia do partido pela autonomia do grupo quanto as deliberações partidárias.

O debate começou fora do PSOL, inclusive foram feitas conversas com vários partidos até se tomar uma escolha de partido pelo movimento, como PT, PSOL, PCdoB, REDE que nós tínhamos mais identificação pelas nossas lutas, mas até mesmo partidos menos expressivos como PSTU e PCB. Dentro desse debate todo, nós escolhemos coletivamente o PSOL, embora defendêssemos candidaturas independentes e acreditássemos que seria um modelo que nos atenderia muito melhor. (GONÇALVEZ, 2019 – informação verbal¹⁷)

Iniciado o período eleitoral, o segundo passo para uma construção coletiva foi dado. De forma inovadora as candidatas do movimento Muitas realizaram uma candidatura coletiva, onde todas foram candidatas e uma era responsável por pedir votos para todas as outras, além disso todas as suas estruturas de campanha foram unificadas, tais como comitê eleitoral, assessorias, material de campanha e financiamento.

E então a gente fez essas 12 candidaturas de forma totalmente coletiva, nós tínhamos um ateliê (comitê) coletivo onde várias pessoas se voluntariaram, fizemos leiloes e campanhas de doação onde as pessoas não podiam doar para uma pessoa especifica, mas para todas as candidatas das Muitas, além disso nós pedíamos votos umas para as outras, os materiais eram compartilhados, nosso jurídico, nossa contabilidade, tudo era conjunto, então foi um grande exercício de coletividade. (GONÇALVEZ, 2019 – informação verbal)

Mesmo com um certo descrédito da classe política tradicional da cidade quanto ao modelo de campanha, o movimento cresceu e elegeu duas vereadoras, Áurea Carolina a mais votada da cidade com 17.420 votos e Cida Fallabela com 3.454 votos. O grupo todo obteve mais de 30.000 votos.

Com o sucesso da candidatura coletiva proposta pelo grupo, a adoção por um modelo de mandato coletivo foi muito natural, afinal o senso de coletividade estava intrínseco no grupo como um todo. Logo após eleitas, as vereadoras resolveram chamar todas as suplentes do movimento e convidá-las para exercer uma covereança. Assim oito das dez suplentes aceitaram o desafio e foram nomeadas no gabinete das vereadoras em cargos semelhantes.

Além disso os gabinetes se tornaram um só, após uma pequena obra foram derrubadas todas as paredes que dividiam os gabinetes e estruturou-se o que hoje é chamado de Gabinetona, um gabinete único com duas vereadoras e oito covereadoras que decidem tudo coletivamente e tem os mesmos poderes dentro do mandato.

_

¹⁷ Entrevista realizada no dia 27 de março de 2019 exclusivamente para esta pesquisa. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

A implementação do modelo não passou por muitas dificuldades, afinal a própria campanha eleitoral mostrou a afinidade que existia entre as participantes do movimento. O partido também demonstra sintonia com o grupo, inclusive apresentando esse modelo como uma iniciativa inovadora nascida dentro do partido e que deveria ser replicada em outras cidades do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, para manter o modelo proposto exige-se muito trabalho, pois o grupo definiu que jamais um assunto seria votado, quaisquer pautas só estariam esgotadas após a construção do consenso, o que exige muitos debates, reuniões, estudos, pesquisa de campo e articulação política. Para dar celeridade ao processo, o mandato definiu embaixadoras dentro do mandato, ou seja, cada uma das vereadoras e covereadoras é a líder de um tema, tais como juventude, ocupação da cidade, cultura, defesa de populações indígenas, defesa racial, etc. Assim, sempre que um assunto entra em pauta, a embaixadora da causa deve produzir estudos e relatórios com o seu posicionamento para que o grupo possa iniciar uma discussão embasada em dados e critérios técnicos.

A exaustiva carga de trabalho para construção de consenso em todos os temas atrapalha de certo modo a agilidade do gabinete, mas garante ao mandato decisões bem embasadas e alinhadas com o propósito do movimento. Porém, como há uma grande diversidade no grupo, inclusive de formação social, acadêmica, cultural e política, alguns membros podem se sobressair perante outros em suas atividades políticas, conduzindo o mandato para destacar determinadas pautas mais do que outras.

O mandato não dispõe de mecanismos de expulsão de membros por ser um grupo declaradamente antipunitivista. Se alguma atitude não estiver de acordo com os princípios do movimento, o grupo se reúne e debate coletivamente na busca de um entendimento e realinhamento do membro com o grupo.

Os resultados obtidos pelo mandato estão acima do inicialmente esperado. Houve grande interesse da mídia local e estadual pelo modelo proposto, além de uma crescente aproximação com os movimentos sociais da cidade. A educação política foi um ponto chave do mandato, visto que a maioria dos integrantes nunca havia participado de atividades política anteriormente. Neste sentido a aprendizagem coletiva foi primordial para o crescimento político do grupo, estimulando também a educação política para fora do mandato.

"todos nós que participamos do Gabinetona crescemos muito politicamente, além disso, o nosso modelo como é bem divulgado, trouxe o debate da participação e da coletividade à tona, então nós acabamos educando politicamente muita gente de fora também sabe, da população em geral. Muita gente não conhecia nada sobre política e começou a acompanhar o nosso mandato porque achou diferente e acabou se apaixonando por política." (GONÇALVEZ, 2019 – informação verbal)

Porém, pelo fato de a população enxergar o Gabinetona como um coletivo de vários vereadores, há uma cobrança muito maior do mandato do que com os demais vereadores.

"por sermos um gabinete único, com muita gente que foi candidata e duas que se elegeram, as pessoas tem uma cobrança conosco muito maior do que com qualquer outro parlamentar, até porque as pessoas centralizam a cobrança no Gabinetona, mas nem que fôssemos quatro ou cinco vereadoras daríamos conta de atender tudo que nos cobram, então acho que a questão da cobrança exagerada com o nosso gabinete atrapalha um pouco" (FALLABELA, 2019 – informação verbal¹⁸)

Entretanto, mesmo com a percepção de uma cobrança maior por parte da população, o cenário mostra que, pelo menos para o eleitorado mais à esquerda, o modelo é eficiente. Prova disso foi que o movimento Muitas lançou novamente candidaturas na eleição seguinte para Deputado Federal e Estadual, alcançando êxito com uma cadeira em cada cargo, elegendo Andreia de Jesus Deputada Estadual e Áurea Carolina como a 5ª Deputada Federal mais votada do estado de Minas Gerais.

Com a ascensão de Áurea Carolina para a Câmara Federal, assumiu a suplente Bella Gonçalves, entrevistada nesta pesquisa, como titular da cadeira legislativa municipal. Neste cenário surge um novo desafio para o movimento: estruturar um mandato coletivo em três esferas diferentes – municipal, estadual e federal.

Atualmente o grupo analisa a possibilidade legal e estrutural de alugar uma casa no centro de Belo Horizonte e instituir o Gabinetona ampliado, que seria um gabinete dos quatro mandatos, com aproximadamente 80 pessoas trabalhando nas mesmas pautas, partilhando as decisões e reconstruindo o próprio modo de fazer política.

Por fim, o que se percebe é que este é um modelo diferente do mandato coletivo proposto em outras cidades, visto que neste caso todas foram candidatas e tornaramse suplentes do mandato, gerando um compromisso ainda maior com o coletivo. Há também um alinhamento ideológico entre os integrantes que se torna primordial para

.

¹⁸ Entrevista realizada no dia 28 de março de 2019 exclusivamente para esta pesquisa. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

o funcionamento do modelo, caso não houvesse não seria possível manter um mandato tão grande e com tanta diversidade deliberando apenas pela construção de consenso. Hoje este é um modelo único no Brasil e talvez no mundo e é possível inclusive afirmar que, para ser replicado, os integrantes necessariamente devem possuir similaridade ideológica.

O destaque negativo fica pela fragilidade legal do modelo, visto que não foi estabelecido nenhum acordo legal entre os membros, não havendo assim qualquer garantia contratual de manutenção da estratégia e nem o estabelecimento de regras claras para a gestão do mandato.

4.4 UNIDADE DE PESQUISA 4 – MANDATO COMPARTILHADO DE RICARDO ANTONELLO

Nome do parlamentar: Ricardo Antonello

<u>Cidade: Joaçaba / SC</u> <u>Período: 2017-2020</u>

Partido: PR

Modelo de mandato: Mandato Compartilhado Tradicional

O vereador Ricardo Antonello foi eleito com 1.099 votos para exercer a vereança na cidade de Joaçaba, no estado de Santa Catarina. A sua inspiração pelo mandato compartilhado surgiu muito antes inclusive do parlamentar pensar em entrar para a política de fato. Formado em Tecnologia da Informação, Ricardo Antonello começou a desenvolver sistemas e estratégias para engajar a população nas decisões políticas do parlamento da cidade. Um dos projetos foi um sistema simples de votação em que o cidadão podia acompanhar todos os trâmites dos projetos de lei, emitir sua opinião e por fim votar, gerando uma enquete que de certa forma poderia exercer pressão na atividade dos parlamentares da cidade.

Percebendo que o sistema não era o suficiente para realizar a mudança de postura do sistema político local e após ler muito sobre a proposta de mandato compartilhado do então candidato Leonardo Secchi nas eleições gerais de 2014, Ricardo Antonello resolveu lançar sua própria candidatura prometendo dividir todas as decisões do seu mandato com os eleitores da cidade que o apoiassem no projeto eleitoral.

Com a vitória nas urnas, o vereador juntou todas as 110 pessoas que o apoiaram ativamente no processo eleitoral em um grupo de Whatsapp, nomeando-os de covereadores. A estratégia do parlamentar é um pouco menos elaborada do que o caso do vereador Gabriel Azevedo, de Belo Horizonte, visto que com um grupo muito menor de covereadores, o investimento para o desenvolvimento de uma plataforma específica para o mandato seria muito alto.

No caso do mandato compartilhado de Joaçaba, o vereador grava toda semana um vídeo ao vivo no *Facebook* com todos os projetos de lei em pauta na Câmara Municipal, apresentando todas as particularidades, riscos e impactos de cada projeto, acompanhado inclusive de seu posicionamento prévio. Na sequência ele encaminha o vídeo para o grupo do *Whatsapp* com todos os covereadores e coloca em votação

os projetos em bloco. Caso pelo menos um covereador não concorde com o posicionamento apresentado, abre-se então uma discussão no grupo sobre o determinado projeto de lei. O vereador busca ainda sempre tentar construir o consenso após os debates, mas caso não seja possível, utiliza-se então a votação como método de deliberação.

O mandato compartilhado abre ainda a possibilidade de os covereadores atuarem conjuntamente com o vereador na elaboração de projetos de lei e fiscalização do poder executivo. Já foram aprovadas três legislações que surgiram através do trabalho conjunto entre os participantes do grupo. Estuda-se agora a possibilidade de abrir o gabinete para que os covereadores possam trabalhar algumas vezes por semana no local, a fim de desenvolver projetos inovadores para a cidade, utilizando o espaço como um laboratório de *coworking* para soluções de interesse público.

Entretanto, a estratégia mais simples, de utilizar o *Whatsapp* como ferramenta de deliberação, apresenta uma série de riscos que devem ser observados. O primeiro deles é o baixo controle sobre as discussões no grupo. Como o *Whatsapp* é uma ferramenta amplamente utilizada para comunicação rápida, muitas vezes o espaço do grupo é desvirtuado para discussões totalmente alheias aos objetivos do grupo, que é o de discutir e deliberar os projetos de lei em pauta no parlamento da cidade. Neste sentido há um grande esforço do vereador em tentar moderar e conduzir o grupo para o objetivo central, com um alto custo motivacional e de tempo. A exemplo disso, durante as eleições presidenciais de 2018, o vereador foi obrigado a bloquear as mensagens no grupo, por duas semanas, devido às discussões entre covereadores pró e contra o candidato Jair Bolsonaro, situação totalmente adversa aos objetivos do mandato compartilhado.

O segundo risco a ser observado é o baixo engajamento dos covereadores, visto que muitos acabam por silenciar o grupo e não acompanham a totalidade das discussões, resultando em um monopólio das decisões por poucas pessoas. A média de engajamento no aplicativo gira em torno de 30%, bem abaixo do engajamento gerado pelo aplicativo Meu Vereador de Gabriel Azevedo, fato este que já levou a redução de três membros no grupo, que atualmente conta com 107 covereadores.

Vale destacar ainda, que a utilização exclusivamente do *Whatsapp* como ferramenta de deliberação não oportuniza ao vereador sistematizar e sintetizar

informações macro sobre os seus eleitores, perdendo nesse meio de campo dados valiosos sobre os seus eleitores e o próprio resultado do mandato compartilhado.

Quanto à relação do mandato compartilhado com a arena política local, o vereador não experimenta tantos conflitos como no caso do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás, até porque esse modelo foi bem alinhado antes das eleições junto aos dirigentes partidários. Acrescenta-se a isso o fato de que o mandato compartilhado ganhou fama não só na cidade de Joaçaba como em toda região do meio-oeste de Santa Catarina, fazendo com que o nome do partido ganhasse créditos por estar apoiando esta iniciativa.

Cabe ressaltar ainda, que nem tudo é positivo na relação com seus eleitores. Mesmo sendo o mandato compartilhado sua principal bandeira de campanha, alguns eleitores não se atentaram à como funcionaria o modelo, e atualmente tecem críticas, no sentido de que elas não votaram no vereador para que outras pessoas tomassem as decisões por elas.

"Mas também tem o lado negativo, teve umas duas ou três pessoas que me falaram que votaram em mim sem saber do mandato compartilhado e que não acham certo que outras pessoas tomem a decisão por mim, pois elas teriam votado em mim e não nos covereadores." (ANTONELLO¹⁹, 2019 – informação verbal)

Quanto aos resultados do mandato compartilhado de Joaçaba, destaca-se dois pontos importantes: (I) o modelo despertou interesse de muitas pessoas que gostariam de fazer parte como covereador em um eventual novo mandato, inclusive criando certa cobrança para que os demais vereadores também apliquem a estratégia deliberativa. (II) despertou-se um sentimento de pertencimento entre os covereadores mais engajados que se orgulham de dizer que são covereadores e tomam o mandato como se também fosse seu, elevando um espírito democrático que aparentemente anda adormecido no atual modelo de democracia representativa.

_

¹⁹ Entrevista realizada no dia 13 de abril de 2019 exclusivamente para esta pesquisa. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

4.5 UNIDADE DE PESQUISA 5 – MANDATO COLETIVO JUNTAS

Nome da parlamentar: Jô Cavalcanti

Estado: Pernambuco Período: 2017-2022

Partido: PSOL

Modelo de mandato: Mandato Coletivo

O Mandato Coletivo Juntas é a primeira experiência de um mandato coletivo no estado de Pernambuco. A iniciativa surgiu após cinco mulheres, ativistas de movimentos sociais, se conhecerem em um evento chamado Ocupa Política, no estado de São Paulo. As cinco que vinham do mesmo estado conheceram neste espaço a inovadora experiência do Gabinetona, de Belo Horizonte, que já estava em atividade há mais de um ano. Foi a partir desse momento que o grupo, decidiu voltar para Pernambuco e se unir e desenvolver a sua própria iniciativa, inspirada na Gabinetona, mas com suas próprias características.

Poucos meses antes das eleições, as mulheres Joelma Carla, Carol Vergolino, Katia Cunha, Jô Cavalcanti e a mulher trans Robeyoncé Lima definiram juntas que iriam ser candidatas à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Nesse momento nasceu a candidatura do movimento Juntas, pois só assim acreditavam que seria possível mulheres como elas, pobres e da periferia, alcançarem êxito na vida política. Com quase 40 mil votos o grupo surpreendeu a mídia e o meio político do estado, que não acreditavam em tamanho sucesso eleitoral da proposta.

No Mandato Coletivo Juntas todas as decisões são divididas entre a deputada eleita, Jô Cavalcanti, e as codeputadas, sempre por construção de consenso, sem levantar qualquer hipótese de votação individual, para isso as deliberações sempre acontecem através de reuniões presenciais. Segundo o grupo, a construção do consenso é um valor fundamental e caso se abrisse a possibilidade de votação o mandato não seria mais coletivo, mas de uma maioria, um contrassenso com o espírito que motivou a candidatura.

Então todas as nossas decisões são através de muito estudo e de muito diálogo, é inconcebível na nossa proposta, no nosso modelo, a gente votar, pois se o mandato é coletivo ele não pode ser um mandato de uma maioria, ele tem que ser um mandato de todas e pra isso todas precisam se sentir representadas. Então se tem uma proposta que está difícil de chegar num consenso, nós tiramos um ou dois dias para pensar na proposta e discutimos muito, mas não há hipótese de sair um posicionamento sem consenso, caso

isso aconteça um dia, de não haver consenso, nós não iremos nos posicionar, ou é todas ou nenhuma. (CARLA²⁰, 2019 – informação verbal)

Quanto aos benefícios do mandato, todos seguem a mesma lógica de compartilhamento. Todas as quatro codeputadas detém o mesmo nível hierárquico de cargo, e a diferença salarial da deputada legalmente eleita é doado para um fundo criado pelo grupo para investimento em projetos sociais, assim todas recebem o mesmo salário. O espaço na mídia é outro ponto-chave para o grupo, há um cuidado muito grande no revezamento igualitário em entrevistas, assim todas podem ser valorizadas igualmente.

O princípio básico do Mandato Coletivo Juntas pode ser compreendido então pelo sentimento de pertencimento coletivo, ou sejam ele procura, em todos os seus atos, unificar as cinco representantes em uma única persona. Assim, todas as participantes do mandato sentem-se e nomeiam-se como deputadas, para isso a sinergia de ideias e o posicionamento político necessariamente precisam caminhar juntos. Segundo CARLA (2019 – informação verbal):

"a gente diz que a gente casou, que nós estamos casadas por quatro anos, nós criamos um laço muito forte, nós temos momentos juntas todos os dias, que acaba envolvendo agora nossas vidas profissionais, mas nossas vidas pessoais também. Então a gente se respeita, se admira, e é por isso que nós acreditamos que o mandato coletivo está dando certo e hoje não tem o menor risco de dar errado, porque nós somos coletivas mesmo, é como se a nossa soma desse uma só. Então a gente sempre fala que para um mandato coletivo dar certo, as pessoas que compõe esse mandato precisam se casar, no sentido figurado é claro, mas precisam se admirar muito, precisam compreender umas às outras, então só assim o mandato coletivo não corre algum risco de dar errado, a sinergia é o valor mais fundamental do mandato coletivo."

O alinhamento ideológico do grupo é parte fundamental para o funcionamento do mandato coletivo, diferentemente do mandato coletivo de Alto Paraíso de Goiás, o risco de um desentendimento pessoal entre os participantes é mínimo, o que não quer dizer que não haja divergências entre o grupo, afinal mesmo que todas tenham sua base no espectro mais à esquerda, ela vem de causas sociais diferentes. Porém, aparentemente, essa pode ser a principal receita para o sucesso de um mandato coletivo, onde mesmo lutando por causas diferentes, o alinhamento ideológico as une, e assim ao invés de dividir-se o debate, multiplica-se.

²⁰ Entrevista realizada no dia 29 de abril de 2019 exclusivamente para esta pesquisa. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta dissertação.

Entretanto, assim como em outros casos já relatados nesta pesquisa, há fatores críticos que atrapalham o funcionamento do modelo. No caso de Pernambuco, a principal ressalva fica por conta do relacionamento com o meio político do estado. Há um certo confronto com outros parlamentares que não reconhecem o mandato coletivo como um modelo legal, já houve, inclusive, pedidos no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco para que se proíba a prática em demais eleições, processo este que ainda não foi analisado pela egrégia corte.

Quanto ao relacionamento com o partido político, diferentemente de outras experiências, há não só um bom relacionamento com a agremiação como há um estímulo por parte do partido pela difusão da experiência nas próximas eleições municipais. Para isso o mandato está elaborando uma cartilha com todas as características do seu e de outros modelos de mandato coletivo, a fim de estimular pelo menos 100 candidaturas coletivas ao longo de todo o estado de Pernambuco.

Pontua-se ainda, como resultado prévio, o crescimento político gerado pelo modelo, segundo relato de CARLA (2019 – informação verbal) nenhuma das participantes tinha experiência prévia na política e o fato de construir um mandato coletivo viabilizou um crescimento político muito mais rápido entre elas, visto que todas as novas experiências absorvidas eram compartilhadas com as demais codeputadas.

se a qualidade do debate mudou a nossa educação política também mudou muito. Hoje nós entendemos muito mais como funciona de fato a arena política, como que se joga o jogo sabe? Lógico sempre para o lado do bem, do correto, da defesa das minorias, mas é muito diferente do que estar num movimento social, então teve muita educação política por aqui e pelo fato de estarmos em cinco, foi também tudo mais fácil. (CARLA, 2019 – informação verbal).

Por fim, reforça-se que pelo fato de ser a mais recente das experiências analisadas, não há ainda resultados factíveis que comprovem o sucesso do mandato, há ainda muito o que ser testado e ponderado pelo grupo. Entretanto, percebe-se, pelo menos, grande interesse da mídia em observar os desdobramentos da iniciativa, para que se pontue futuramente aquilo que tenha dado certo e errado no modelo.

4.6 SÍNTESE ANALÍTICA DOS CASOS ESTUDADOS

A fim de sintetizar as informações mais relevantes e facilitar a compreensão das experiências analisados, elaborou-se a seguir um quadro resumo das variáveis de análise propostas pela pesquisa. Ressalta-se que as características de gestão foram suprimidas do referido quadro, visto que já foram amplamente discutidas na Tabela 7 que analisou as 10 variáveis de análise dos mandatos compartilhados.

Tabela 8 - Quadro síntese dos resultados do estudo multicasos

	GABRIEL AZEVEDO	MANDATO COLETIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	GABINETONA	RICARDO ANTONELLO	JUNTAS
MODELO	Mandato Compartilhado	Mandato Coletivo	Mandato Coletivo partidário	Mandato Compartilhado	Mandato Coletivo
MOTIVAÇÕES	Estudos prévios sobre a democracia e o processo deliberativo atrelado ao seu próprio surgimento inspirou o Mandato Compartilhado, a ideia de que todo poder emana do povo e por ele deve ser exercido é a base do mandato de Gabriel Azevedo.	A ideia de descentralização do poder para o nível local surgida no movimento Ecofederalista motivou a criação do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás.	A ideia de promover um mandato com muitas cabeças diferentes, com a missão de enfrentamento ao modelo político tradicional.	O distanciamento das pessoas com a política local e a necessidade de aproximar as decisões políticas da cidade com os verdadeiros anseios da população.	A bem-sucedida experiência municipal do Gabinetona, de Belo Horizonte, foi o grande inspirador do movimento Juntas.
FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO	1) Custo para desenvolvimento do aplicativo; 2) Resistência da classe política local ao modelo; 3) Engajamento inicial dos eleitores nas primeiras semanas de funcionamento.	Coesão do grupo, visto a heterogeneidade dos membros; Constante turbulência com o partido; Não aceitação do modelo pelos demais políticos da cidade.	Divergências iniciais dentro do partido; Estabelecimento dos critérios de interação e deliberação no início do mandato.	Stabelecimento de um processo válido de deliberação entre os covereadores; Moderação das discussões no grupo de covereadores; Engajamento contínuo dos covereadores	Resistência entre alguns atores políticos da Assembleia Legislativa; Coesão contínua de pensamentos entre o grupo.
RISCOS	1) Risco de baixa participação acarretando em um recorte muito pequeno de seus eleitores; 2) Relatórios técnicos não compreendidos pelos covereadores; 3) Decisões coletivas ruins ou até mesmo ilegais.	1) Dificuldade de relacionamento entre os membros devido a pluralidade ideológica do grupo; 2) Pouca previsibilidade legal do modelo; 3) Perseguição política.	1) Possíveis divergências de pensamento entre as participantes; 2) Pouco tempo para construção do consenso em determinados projetos. 3) Nenhum documento de acordo foi estabelecido com as regras e dinâmicas do mandato coletivo.	1) Não disponibilização de ferramenta específica para o mandato; 2) Pouco controle das discussões em grupo; 3) Grupos de interesse exercerem influência em parte do grupo; 4) Baixo ou nenhum controle das informações e dados obtidos através do Whatsapp.	1) Possíveis divergências de pensamento entre as participantes; 2) Pouco tempo para construção do consenso em determinados projetos. 3) Nenhum documento de acordo foi estabelecido com as regras e dinâmicas do mandato coletivo.
RESULTADOS	1) Grande crescimento no número de usuários da plataforma; 2) Crescimento exponencial das redes sociais e da visibilidade política do vereador; 3) Parlamentar cotado inclusive para ser o próximo prefeito da cidade.	1) Grande espaço na mídia local e nacional; 2) Visibilidade política dos participantes; 3) Qualidade e eficiência legislativa acima da média.	O principal resultado de sucesso observado é o crescimento político do movimento que logo na eleição seguinte conseguiu eleger uma deputada estadual e uma deputada federal.	O modelo despertou o interesse de toda a região, levando o parlamentar a apresentar a inovação em diversas cidades da região. Além disso seu nome passou a ser cogitado como possível candidato a prefeito no próximo pleito.	O caso é o mais recente entre os estudados e ainda está em nível de experimentação, não possibilitando a análise profunda dos primeiros resultados. Entretanto se percebe uma dinâmica bem definida dos processos internos no mandato, ao ponto em que praticamente inexistem divergências internas até então.

Fonte: Elaboração Própria

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS

De acordo com os objetivos propostos pelo curso de Mestrado Profissional em Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina, é fundamental a elaboração de uma proposta de intervenção ou desenvolvimento de oportunidade como resultado final das dissertações de mestrado.

Neste sentido, este trabalho tem fundamental relevância para o desenvolvimento e difusão das metodologias de mandatos compartilhados e coletivos no país. Para isso, e como contribuição final desta pesquisa, desenvolveu-se um Guia de formatação de mandatos compartilhados e coletivos, objetivando facilitar a compreensão das particularidades e características das experiências já em atividade ao longo do país.

Este guia não tem a intenção de classificar como melhor ou pior cada um dos modelos, mas apenas descrever o passo a passo para leitores interessados na execução de algum desses modelos, ou até mesmo na criação de novos modelos a partir das variáveis aqui expostas.

O surgimento de novas tecnologias aliada a uma mudança de cultura tem provocado uma nova consciência na forma de consumo e de comportamento na sociedade. A tendência de compartilhamento mundial e atinge todo os ramos da economia e da sociedade. Seja na forma como nos relacionamos, como nos locomovemos, como consumimos conteúdo e até mesmo como produzimos conhecimento coletivamente.

Nesta nova dinâmica da vida em sociedade, o compartilhamento é parte fundamental dessa nova concepção social. Essa tendência que une as pessoas em torno de objetivos em comum e permite a troca de experiências também alcançou a política e inovações como o mandatos compartilhados e mandatos coletivos surgem em diversas partes do mundo com o objetivo de reaproximar o cidadão da própria democracia.

No Brasil essa tendência, ainda em fase de experimentação, tem despertado interesse de diversos segmentos da sociedade. Já existem iniciativas em atividade

em praticamente todas as regiões do país, alcançando resultados dos mais diversos possíveis. Mas, o que são mandatos compartilhados e mandatos coletivos?

Compartilhamento do poder de decisão

Os mandatos compartilhados e mandatos coletivos são iniciativas em que um mandato político parlamentar é dividido entre um grupo de pessoas, ou seja, as decisões do representante eleito necessariamente são compartilhadas, sendo a deliberação do voto parlamentar o objeto central destes modelos.

A constante crise de representatividade da democracia tem levado ao desenvolvimento de estratégias de reaproximação da sociedade com a arena política. O que motiva essas experiências é a ressignificação da política, através de métodos deliberativos dentro do modelo de democracia representativa.

No Brasil já foram eleitos 32 mandatos com a proposta de compartilhar o mandato, sendo que as experiências possuem diferentes aspectos que modelam a configuração de cada um dos mandatos.

Analisando-se todas as experiências nacionais de mandatos compartilhados e coletivos, é possível identificar três padrões diferentes de mandatos, os quais chamamos de:

- 1. Mandatos Compartilhados
- 2. Mandatos Coletivos
- 3. Mandatos Coletivos Partidários

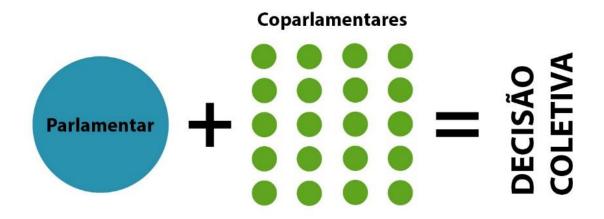
Mas a final, o que difere esses modelos e como implementá-los? Este documento irá apresentar um passo-a-passo de cada um dos três modelos já em experimentação no Brasil.

MANDATOS COMPARTILHADOS

O Mandato Compartilhado é uma modalidade representação legislativa delegada, em que um parlamentar decide dividir o seu poder político com um grupo de pessoas externas ao seu mandato. Isso significa que o poder de decisão não é propriedade individual do parlamentar, mas também de um grupo específico de pessoas denominado de coparlamentares.

Estes mandatos costumam ser heterogêneos, compostos por um número grande de pessoas, com vasta pluralidade de ideias e sem promover necessariamente uma agenda ideológica.

Figura 18 - Esquema de mandatos compartilhados



Fonte: elaboração própria

MANDATOS COLETIVOS

O Mandato Coletivo é uma modalidade que difere dos mandatos compartilhados em diversos aspectos. Esse tipo de iniciativa surge de um grupo que decide coletivamente concorrer a uma eleição e exercer um mandato coletivamente. Neste caso, define-se um nome que irá compor a candidatura legalmente, porém todos os demais participantes fazer parte do mandato como em uma sociedade.

Enquanto que nos Mandatos Compartilhados os coparlamentares são pessoas externas ao mandato, nos Mandatos Coletivos os coparlamentares trabalham no mandato e são como coproprietários da cadeira legislativa. Os Mandatos Coletivos em sua maioria são marcados por vieses ideológicos, sem a participação de pessoas externas ou que não compactuem com os mesmos ideais. Todos os membros compõem o gabinete em cargos semelhantes e possuem o mesmo peso político, gerando um sentimento de pertencimento do mandato.

De modo geral os mandatos coletivos são motivados pela aproximação de pessoas ideologicamente semelhantes com vontade de construir projetos

coletivamente. Neste modelo, a relação entre os participantes é muito próxima, visto que todos devem trabalhar e decidir em conjunto todos os dias.

Figura 19 - Esquema de mandato coletivo



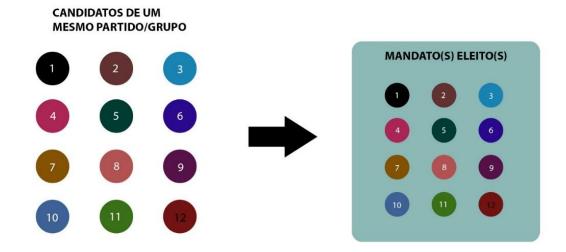
Fonte: elaboração própria

MANDATOS COLETIVOS PARTIDÁRIOS

Uma terceira modalidade em experimentação no Brasil são os Mandatos Coletivos Partidários, que podem ser compreendidos como uma variação dos mandatos coletivos. Neste caso a grande diferença reside no processo eleitoral. No modelo ao invés de várias pessoas se unirem em torno de uma candidatura, várias pessoas se lançam candidatas por um único partido e caso alguma(s) seja(m) eleita(s), os demais suplentes assumem como coparlamentares no(s) mandato(s) vitoriosos.

Durante o mandato, os coparlamentares são todos aqueles que concorreram coletivamente às eleições, dividindo um ou mais mandatos em sociedade, da mesma forma em que são executados os mandatos coletivos.

Figura 20 - Esquema de mandato coletivo de partido



Fonte: elaboração própria

COMO CONSTRUIR MANDATOS COMPARTILHADOS, COLETIVOS OU COLETIVOS PARTIDÁRIOS?

MOTIVAÇÕES

Quem dá o pontapé inicial em um mandato compartilhado ou coletivo carrega consigo o desejo de incluir mais pessoas, mais visões, mais conhecimento e promover o diálogo qualificado para melhor representar o interesse de uma coletividade em relação à produção legislativa.

Nos mandatos compartilhados a iniciativa geralmente vem de um possível candidato, antes mesmo de ter sido eleito, o que não exclui a possibilidade de parlamentares já eleitos implementarem uma metodologia de mandato compartilhado.

Já nos mandatos coletivos e coletivos partidários essa iniciativa surge de um grupo fechado de pessoas, que decide concorrer coletivamente às eleições e executar posteriormente um ou mais mandatos em sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO

A implementação de um Mandato Compartilhado, Coletivo ou Coletivo Partidário requer muito cuidado, visto que influenciará diretamente na formação do grupo e em todas as decisões do parlamentar até o final do seu mandato. Por isso é interessante que seja desenvolvido um documento que servirá como um Estatuto do

Mandato, a fim de pontuar todas as regras e os aspectos operacionais do modelo. Para isso, o parlamentar ou candidato devem observar os seguintes passos:

1º Passo: Definição do tamanho do mandato e o perfil dos coparlamentares

A formação do grupo pode ser muito pequena de três ou quatro pessoas, como pode ser muito maior podendo envolver um grupo de milhares de coparlamentares. Como primeiro passo é fundamental que se defina qual tamanho se espera do mandato. Isso acaba por influenciar necessariamente no perfil dos coparlamentares que irão compor o grupo.

Grupos menores (1-20 pessoas) geralmente são compostos por pessoas convidadas para o mandato. A maioria dos mandatos coletivos se encaixam nesse perfil, afinal seria quase impossível formar um mandato com mais de 20 pessoas trabalhando conjuntamente no mesmo gabinete. Para a formação destes grupos critérios podem ser estabelecidos para o acesso, tais como especialização técnica em determinadas áreas, pertencimento territorial ou até mesmo filiação partidária.

Grupos médios (21-100 pessoas) geralmente são compostos por militantes do mandato, ou seja, pessoas que abraçaram a causa proposta pelo então candidato e, após eleito, tem o direito de decidir junto com o parlamentar. Este é um perfil mais adequado aos mandatos compartilhados.

Grupos grandes (mais de 100 pessoas) usualmente são formados por quaisquer cidadãos interessados em participar da iniciativa, em alguns casos exigese alguma comprovação de apoio eleitoral, em outros o mandato está aberto inclusive para pessoas que não votaram no candidato, abrindo totalmente o acesso ao mandato. Assim como nos grupos de médio porte, este também é um perfil que se adequa apenas aos mandatos compartilhados.

É importante ser observado que se por um lado é salutar a ampliação do número de coparlamentares, por outro lado quanto maior o quantitativo de participantes mais difícil é coordenar as atividades e a mediação dos interesses.

O momento da entrada dos coparlamentares também é determinante na configuração do mandato. Enquanto que os Mandatos Coletivos e Coletivos Partidários são formados necessariamente no período pré-eleitoral, visto que são construídos coletivamente como estratégia desde sua concepção, os Mandatos

Compartilhados podem ser iniciados tanto no período pré-eleitoral (na formação da plataforma), durante a campanha eleitoral como estratégia de ampliação dos apoios de candidatura, no início do mandato, ou ainda a qualquer tempo durante o mandato.

2º Passo: Definição da distribuição de poderes

O segundo passo é definir qual será o papel de cada membro do grupo. A regra fundamental é que haja o compartilhamento do poder decisório do mandato, ou seja, o parlamentar deve abrir mão do seu poder de voto em plenária com os coparlamentares. Do contrário, não se teria um mandato compartilhado, mas sim um procedimento de coleta de opiniões igual a qualquer outra modalidade de representação tradicional.

Para isto, o parlamentar no caso dos mandatos compartilhados, e o grupo no caso dos mandatos coletivos, deve definir em quais matérias haverá esse compartilhamento, podendo haver deliberação com o grupo em todas as votações de plenária, somente em temas de maior relevância ou até mesmo em temáticas específicas como por exemplo matérias ambientais, educacionais ou de saúde.

É importante definir ainda o peso de cada membro. O poder pode ser dividido igualmente entre todos os coparlamentares e o mandatário, ou pode se impor pesos diferentes para cada membro, estabelecendo-se critérios claros como formação acadêmica e assiduidade por exemplo.

Uma alternativa interessante para quem formata um mandato compartilhado é fazer uma gamificação da distribuição do poder, de maneira a premiar com maiores percentuais aqueles que são mais participativos. Já no caso dos mandatos coletivos o mais adequado é que o peso de cada membro seja exatamente igual, sem distinção dos participantes, visto que neste modelo há uma interação pessoal diária e a construção coletiva é um valor fundamental a ser perseguido.

Além disso, pode se compartilhar também as demais funções parlamentares, como a elaboração de projetos de lei e a fiscalização do poder executivo. Para isso podem ser definidos mecanismos específicos para tais finalidades, como um aplicativo ou canais específicos para elaboração e submissão de propostas.

3º Passo: Definição do processo de tomada de decisão e dos canais de interação

O processo de tomada de decisão é fundamental na definição de um mandato compartilhado. Existem três maneiras de se executar escolha em grupo. O primeiro deles é a votação individual, onde cada participante exprime sua opinião pessoal através do voto e a decisão é tomada pela regra da maioria. O segundo é a construção do consenso, neste caso o diálogo é a base fundamental uma vez que a deliberação dá aos coparlamentares a oportunidade de falar e ouvir, trocar razões e argumentos num esforço para construir um consenso a partir de diferentes perspectivas. O terceiro método seria uma combinação da tentativa de construção do consenso seguida de votação caso o consenso não seja possível.

Para aqueles que buscam formatar seus mandatos coletivos ou compartilhados, a escolha do método de decisão deverá levar em conta, o número de participantes, o tempo disponível para a tomada de decisão, bem como os recursos tecnológicos de mediação de debates e de apuração de votos.

Por isso é fundamental a definição dos mecanismos de interação ao mesmo tempo em que se define o modelo de tomada de decisão. As ferramentas e mecanismos para promover a interação vão desde a interação presencial, interação online (via web, redes sociais ou aplicativo dedicado), e também a interação mista variando de ambientes online e presenciais.

Um mandato coletivo ou compartilhado pode ser operado tanto sem a utilização de tecnologias digitais quanto com elas. Entende-se que os mecanismos de interação face a face são fundamentais para reforçar o comprometimento e o entrosamento entre os coparlamentares e os objetivos coletivos.

Já a tecnologia permite superar barreiras geográficas, temporais e de linguagem, visto que as plataformas de comunicação online disponibilizam meios de discussões e levantamento de posições com grandes quantidades de participantes, em diferentes localidades, em formatos múltiplos tais como fóruns, votações, enquetes etc.

Para mandatos compartilhados com grande número de participantes, o mais adequado é a utilização de votação como método de tomada de decisão, visto que a discussão para formação de consenso com um número muito grande de pessoas pode ser praticamente inviável. Recomenda-se ainda o uso da tecnologia como

ferramenta de interação. Neste caso, o ideal é a utilização de um sistema desenvolvido especialmente para o mandato, a fim de sistematizar da forma mais eficiente possível todas as interações, mantendo ainda um ponto de comunicação rápida entre os participantes e o armazenamento de dados fundamentais para o mandato, oportunizando ainda a geração de relatórios com os dados obtidos.

Para mandatos com um número médio de participantes, o mais recomendado é o método de discussão seguido de votação. Em mandatos deste tamanho é possível abrir espaços de discussão na busca de um entendimento coletivo, entretanto caso o consenso seja impraticável, utiliza-se então a votação pela maioria. Como ferramenta de interação, estes mandatos não precisam investir tantos recursos financeiros no desenvolvimento de um sistema próprio, mas a tecnologia ainda se mostra como a mais eficiente forma de operacionalização de mandato. Neste caso pode ser útil ferramentas já consolidadas como whatsapp e facebook. Porém deve se tomar muito cuidado com as limitações das ferramentas, bem como com a mediação do debate. O ponto negativo é que na escolha de aplicativos já existentes, fica inviável a personalização do sistema para uma dinâmica mais eficiente de deliberação.

Já em mandatos coletivos e coletivos partidários, a construção do consenso aparece como valor fundamental. Esse tipo de mandato geralmente tem características ideológicas marcantes e a votação não costuma ser aceita neste modelo, visto que para ser de fato coletivo, uma decisão tem que ser de todos e não de uma maioria. A interação é naturalmente de forma presencial, visto que os participantes já trabalham junto no mandato, além disso para deliberação por consenso é necessário muito tempo de estudos e discussões, inviabilizando outras formas de interação.

4º Passo: Definição de outras características

Por fim existem outras características inerentes à mandatos compartilhados e coletivos que podem ser analisadas pelos parlamentares e coparlamentares.

Os mandatos coletivos e compartilhados podem estabelecer critérios para a permanência ou exclusão de seus membros. Numa relação contratual, mediada pelo, o mandato pode determinar a permanência condicionada a assiduidade nos debates ou nas votações, a demonstração de esforço no período eleitoral, a demonstração desempenho eleitoral e o respeito a princípios ou regras do Estatuto do mandato. Pode-se ainda definir as regras de conduta e respeito entre os membros, de modo

que sejam punidos aqueles que desrespeitem os demais ou que mantenham condutas inadequadas, como preconceito, racismo ou homofobia.

Outro ponto a ser analisado é a partilha de custos e benefícios. Um mandato coletivo ou compartilhado pode distribuir entre os coparlamentares os custos de campanha, bem como a distribuição dos potenciais benefícios decorrentes do mandato.

Neste sentido, percebe-se que em mandatos coletivos há uma divisão igualitária entre os benefícios, a começar pela questão salarial, chegando inclusive a uma divisão igualitária de espaços na mídia. Nos mandatos compartilhados essa divisão torna-se mais difícil pelo número de participantes, o que não exclui a possibilidade de partilhar benefícios não financeiros, como por exemplo a utilização das estruturas de gabinete para elaboração de projetos.

O rateio de custos e benefícios do mandato é um dos temais mais delicados em candidaturas e mandatos coletivos e compartilhados. Por questões legais, especialmente no Brasil, nenhum candidato pode prometer vantagens a eleitores. Além disso, a partilha do salário também deve ser analisada juridicamente visto que há diversos casos de tomada ilegal de parte dos salários de assessores por políticos, podendo causar confusão entre o que é ou não legal por parte dos tribunais eleitorais. Já o rateio dos custos de campanha eleitoral é bastante regulado pela legislação eleitoral, sem grandes complicações do ponto de vista da estratégia de compartilhamento dos custos.

RISCOS E FATORES CRÍTICOS DE MANDATOS COMPARTILHADOS E COLETIVOS

Os Mandatos Compartilhados, Coletivos e Coletivos Partidários são experiências novas para a política brasileira e encontram-se apenas em fase de experimentação, portanto não há um modelo definido como certo ou errado, como pior ou melhor, afinal as iniciativas estão em fase de testes e outras tipologias ainda devem surgir, inclusive mesclando as diferentes características aqui apresentadas.

Entretanto com tudo o que já se foi testado no Brasil, já é possível observar alguns resultados práticos, bem como alguns riscos e fatores críticos de implementação inerentes a cada um dos modelos.

O primeiro ponto crucial a ser observado é a falta de legislação específica sobre esses mandatos. No Brasil, segundo a Constituição Federal, os mandatos são individuais, portanto sob a ótica da legislação eleitoral não há qualquer amparo legal para essas experiências. Por exemplo, em um mandato coletivo, se o titular do mandato vier a falecer, não há nenhuma hipótese de um dos coparlamentares assumir o mandato, afinal segundo a legislação eleitoral o mandato é individual e quem assume é o primeiro suplente.

Sob a mesma ótica, não há garantia legal para o cumprimento do modelo pelo parlamentar eleito, visto que sob o ponto de vista da lei, o candidato não foi o grupo, mas o indivíduo, então não há mecanismos de responsabilização caso o mandatário eleito não cumpra com o acordo de um mandato coletivo ou compartilhado. Visando minimizar esse risco, algumas experiências no país estabeleceram contratos do mandato, com todas as regras, formalizados em cartório, prevendo inclusive sanções cíveis e criminais no caso de descumprimento dos dispositivos contratuais.

Outro ponto de especial atenção deve ser o acordo com o partido político. É comum na atividade parlamentar o posicionamento de bancadas de partidos, que obrigam seus parlamentares a fechar questão em determinadas votações. No caso tanto de mandatos compartilhados como mandatos coletivos há um conflito direto com este tipo de posicionamento, visto que o voto deixa de ser do parlamentar e passa a ser de um grupo maior e independente. Por isso é comum observar mandatos compartilhados e coletivos em constante desentendimento com seus partidos. Para minimizar essa questão, o partido deve ser comunicado da estratégia de compartilhamento antes inclusive do período eleitoral, se possível através de um termo de acordo firmado em cartório entre as partes, buscando sempre a autonomia dos mandatos.

Nos mandatos coletivos deve-se atentar pelo alinhamento ideológico entre os participantes. Como nesses mandatos a construção coletiva se dá pelo consenso, é fundamental que os participantes tenham pelo menos uma forma de pensar parecida, caso contrário dificilmente o grupo se manterá coeso por quatro anos.

Já nos mandatos compartilhados deve-se atentar sempre pelo engajamento dos participantes, visto que é muito mais difícil manter engajados um grande número de coparlamentares que não vivem o dia-a-dia do mandato, caso contrário as decisões podem acabar sendo tomadas por um grupo pequenos de coparlamentares, inclusive aumentando o risco de cooptação do mandato por pequenos grupos de interesse.

Por fim, destaca-se que este guia não tem a intenção de detalhar todas os aspectos inerentes a mandatos compartilhados e coletivos, mas apenas traz os elementos essenciais para o desenvolvimento de novos mandatos a partir do zero. Sendo assim, todas as características aqui colocadas já serão o suficiente para os primeiros passos de um novo mandato compartilhado, coletivo ou coletivo partidário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho gerou aprendizagens que se desdobram principalmente em aspectos práticos, tendo implicações de natureza profissional e pessoal para o pesquisador e, certamente, para boa parte dos envolvidos com a pesquisa. Acredita-se que todo o esforço investido neste trabalho parte, fundamentalmente, de um interesse genuíno do pesquisador em contribuir cada vez mais para o fortalecimento de iniciativas que busquem fortalecer o exercício da democracia no Brasil, por isso dispendeu-se grandes esforços no desenvolvimento empírico do trabalho. Cabe ressaltar que o pesquisador se encontra imerso no tema há mais de dois anos, visto que foi candidato a vereador no pleito de 2016 propondo a metodologia de mandato compartilhado, além disso participou de outras candidaturas que propunham o mesmo modelo em outras eleições. Mais do que uma dissertação, o presente trabalho nada mais é do que um reflexo de seu projeto de vida, alinhado a suas crenças, valores e visão de mundo.

Em que pese a desilusão com a democracia representativa ao redor do mundo, é visível a crescente busca da sociedade por alternativas que promovam a reaproximação do cidadão com a arena política. Nesta seara, enquanto uma elite política é soberana no poder legislativo e resiste a mudanças no *modus operandi* parlamentar tradicional, por outro há uma crescente onda de pessoas comuns que entendem que para que a democracia possa superar essa fase supostamente doentia é necessário que a sociedade ocupe os espaços políticos em processos cada vez mais deliberativos, oportunizando a tomada de decisão coletiva para a solução dos problemas públicos.

Ainda assim não se deve compreender a democracia representativa como um sistema necessariamente ruim, na verdade ela oportunizou a aplicação deste sistema político na maior parte das nações, e se não fosse pelo fator humano, numa visão Hobbesiana em que o homem tende a ser individualista e egocêntrico, o modelo seria próximo do que se pode imagina como ideal. Neste sentido, é importante ressaltar que o fim da democracia representativa fiduciária é a solução para a crise de representação política, mas que hoje existem instrumentos suficientes para que coexistam variações de democracia direta e democracia representativa no mesmo ambiente político, atuando como modelos complementares e não opostos.

Ainda neste contexto, a tecnologia detém papel fundamental, ao facilitar o acesso à informação e à expressão de posicionamentos e ideias, bem como a rápida mobilização de pessoas diante de causas comuns. Em uma era em que compartilhar virou rotina, expressões como co-criação, *coworking*, *couchsurfing*, *crowdsourcing* e *crowdfunding* tomam o dia-a-dia da sociedade até mesmo em cidades afastadas, longe dos grandes centros, neste mesmo contexto não tardaria para era do compartilhamento alcançar a política. Neste sentido as iniciativas de maior destaque que vão ao encontro destes objetivos são os mandatos compartilhado e coletivos, fruto de estudo deste trabalho.

Assim, como experiências inovadoras, os mandatos compartilhados e coletivos podem se tornar ferramentas de reaproximação entre representantes e representados, objetivando a retomada dos princípios que nortearam o desenvolvimento da democracia, sem a pretensão de tornarem-se o único modelo viável desta reconciliação, ou de tornarem-se o novo desenho institucional das democracias representativas.

Como resultado das análises realizadas por esta pesquisa, foi possível compreender as diferentes características da experiências em atividade no Brasil e ainda identificar três formatos diferentes de execução de mandatos compartilhados ou coletivos, de forma que cada experiência em vigor no Brasil se enquadre em pelo menos um dos três modelos propostos.

Ressalta-se, que a partir da análise realizada nesta pesquisa, compreende-se que a inovação presente nos mandatos compartilhados se dá pela forma em que aproxima os cidadãos de seus representantes, aumentando a fiscalização dos seus atos, inserindo o cidadão comum no debate político e oportunizando ainda que sua vontade possa ser verbalizada no processo de tomada de decisão do legislador. Este modelo pode ainda promover melhorias na qualidade técnica dos projetos de lei propostos, visto que a produção coletiva coloca diferentes atores, com diferentes visões e argumentos dentro do mandato parlamentar, possibilitando que o cidadão tenha de fato o condão de mudar uma decisão ou outra.

Importante ressaltar que a inovação, aqui analisada, não está na finalidade deliberativa dos mandatos compartilhados e coletivos, afinal a democracia deliberativa já é discutida acadêmica e empiricamente há anos, mas no processo, nas dinâmicas e na formatação destas experiências, que oportunizam por diferentes métodos um

processo deliberativo eficiente dentro de um modelo formal de democracia representativa.

Os dados apresentados neste trabalho reforçam a relevância da iniciativa em território nacional. O resultado da mobilização de atores insatisfeitos com o modelo tradicional de representação resultou em 1.244.533 votos, perpassando por todas as regiões do país, em 17 unidades da federação. As experiências apresentam ainda diversidade ideológica e desenvolveram-se dentro de 22 dos 35 partidos políticos brasileiros. Reforça-se ainda o crescimento exponencial de candidaturas e mandatos eleitos nas duas últimas eleições, dando pistas de que nos próximos pleitos assistiremos a multiplicação destes números.

Diante disso, os mandatos compartilhados e coletivos podem ser percebidos como estratégias que vão além do seu objetivo final – o envolvimento cidadão – e atingem o patamar de instrumento de cunho eleitoral e estratégico que tem forte influência na eleição dos representantes, visto que quase 30% das candidaturas mapeadas que propunham a divisão do poder de decisão obtiveram o êxito eleitoral.

Ressalta-se ainda que os mandatos compartilhados e coletivos estão em fase de experimentação, e essas estratégias ainda não possuem um modelo fixo ou padronizado, ainda passíveis de muita customização e nem sendo possível indicar se há a ocorrência de algum modelo mais eficaz que o outro em sua aplicação. Neste sentido cada experiência será diretamente influenciada pela cultura e pela realidade local de onde será implementado, bem como pelos objetivos buscados pelo legislador e pelo grupo de coparlamentares. Há modelos que primam pela pluralidade de ideias, enquanto outros favorecem grupos mais ideológicos, há modelos que se pautam pelo intenso uso da tecnologia, enquanto outros reforçam a necessidade de discussões presenciais, há modelos fechados a um grupo pequeno de atores enquanto há outros totalmente abertos a inserção de novos coparlamentares. Cada um desses formatos pode e deve ser analisado para os objetivos de cada candidatura, a fim de que se atinjam os resultados esperados pelos proponentes.

Por ainda atuarem em um espaço muito novo da política nacional, essas modalidades encontram-se à margem da legalidade perante a legislação eleitoral brasileira, não havendo, inclusive, previsão de estabelecimento de mandatos coletivos ou compartilhados segundo a Constituição Federal de 1988. Entretanto com o avanço das candidaturas e mandatos eleitos propondo tal formatação, já tramita no

Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 379/2017²¹) que insere um novo parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do poder legislativo do Brasil. Segundo a proposta:

Art. 1º. O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

"Art. 14.....

§ 12. Os mandatos, no âmbito do Poder Legislativo poderão ser individuais ou coletivos, na forma da lei. (NR)"

Entretanto esse é apenas o primeiro passo na discussão da institucionalização dos mandatos compartilhados e coletivos, visto que a medida apenas permitiria tais candidaturas, sem discutir em quais condições e sob quais critérios, nem quais os possíveis impactos na legislação eleitoral atual. Por exemplo, o mandato poderia ser exercido em plenária por qualquer um dos representantes? Quem seria o responsável cível e criminal pelos atos do mandato? No caso do falecimento de um dos membros, o mandato continuaria com os demais representantes ou seria assumido pelo próximo suplente da chapa eleitoral? Essas discussões ainda sequer foram iniciadas pelos atores envolvidos em mandatos compartilhados e coletivos, quanto mais pelos atores políticos que irão votar a proposta.

Por outro lado, através da pesquisa realizada por este trabalho, percebe-se que os mandatos compartilhados e coletivos podem oportunizar benefícios potenciais para o enfrentamento da suposta crise de representatividade da democracia, tais como: reaproximação do cidadão comum com a arena política, decisões construídas coletivamente de acordo com o verdadeiro interesse público, maior controle social do processo legislativo, visão política balanceada e maior eficiência na fiscalização do poder executivo. Além disso, o uso da estratégia pode potencializar o sucesso de campanhas eleitorais aliadas a um menor custo de financiamento eleitoral.

Entretanto, se reconhece que o uso da metodologia pode enfrentar riscos tais como: conflitos de interesse entre o mandato e as agremiações políticas, resistência e até perseguição pelos demais atores políticos, decisões coletivas ruins, pouca previsibilidade legal do modelo, possíveis divergências de pensamento acarretando em irreparáveis conflitos internos, cooptação por grupos de interesses, tempo

²¹ A PEC 379/2017 foi proposta pela Deputada Federal Renata Abreu, líder do partido PODEMOS. Atualmente a proposta está em análise pela Comissão de Constituição e Justiça e não há prazo para elaboração do relatório final da comissão.

insuficiente para construções coletivas, entre outros. Cada um desses fatores podem ser identificados e superados com algumas estratégias apontadas neste trabalho, entretanto novos fatores críticos certamente surgirão no decorrer do mandato.

Ressalta-se ainda que conforme o nível federativo sobe, mais complicada a implantação do modelo. No nível municipal a diversidade de pautas e o alcance necessário de eleitores é consideravelmente menor do que nos níveis estadual e federal. No Congresso Nacional por exemplo existem dezenas de comissões e estruturas de deliberação que sequer existem na estrutura legislativa local, aumentando exponencialmente o custo para obtenção e processamento das informações. Agrega-se à essa conclusão o fato de que diante das negociações políticas entre bancadas, muitas pautas mudam em cima da hora, ou até mesmo partes de legislações, a fim de atender determinadas negociações, sendo assim, diante de mudanças repentinas, a deliberação de um parlamentar com coparlamentares pode tornar-se muito mais delicada no plano federal. Neste sentido é possível que o modelo não seja tão eficiente, visto que a negociação com muitos codeputados pode ser muito mais custosa do que num modelo de mandato tradicional, onde a negociação é feita pelas lideranças e pelo partido.

Desta forma, é evidente a necessidade de uma boa estruturação e definição clara das regras, metodologias, instrumentos e parcela do poder de cada indivíduo nos mandatos compartilhados e coletivos para que eles possam ser mais eficientes e ao mesmo tempo minimizem os riscos e seus efeitos colaterais. A definição de critérios para entrada, saída e manutenção de membros criam mecanismos de controle acerca do perfil técnico, político e social esperado dos participantes. Ademais, o estabelecimento de regras que definam quais os papéis do parlamentar e dos coparlamentares podem criar formas de inventivo para o engajamento de novos cidadãos no mandato. Em mandatos mais fechados, o estabelecimento de um contrato com a definição de todos os direitos e deveres do grupo pode dar garantias jurídicas para os participantes, ao passo em que os demais coparlamentares sintam-se seguros na atuação do parlamentar eleito. Por isso, reforça-se a tese de que mandatos compartilhados e coletivos devem ser pensados e estruturados desde o princípio através de um estatuto com todas as características operacionais, direitos, deveres e resultados esperados dos participantes.

Por fim, vale ressaltar que o presente trabalho não teve como objetivo receitar o melhor modelo de mandato compartilhado ou coletivo, tampouco teve a pretensão

de esgotar todas os aspectos inerentes a estes modelos, mas apenas aprimorar os primeiros estudos sobre esta ferramenta que vem ganhando espaço na sociedade, na mídia e na arena política nacional, mas que ainda carece de pesquisas e publicações acadêmicas. Conclui-se ainda que, neste momento de experimentação, cada aspecto dos mandatos compartilhados e coletivos analisados por este trabalho pode ser combinado para criação de novos modelos de compartilhamento de poder decisório ainda não existentes no Brasil. Por isso, pretende-se transformar o Guia de implementação de mandatos compartilhados e coletivos, em uma cartilha didática para a difusão do conhecimento gerado sobre estas experiências, estimulando a proposição do modelo por novos atores políticos nas próximas eleições em todo o país.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Danielle. Talking to strangers: Anxieties of citizenship since Brown vs the Board of Education. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2004

ARMINGEON, Klaus; GUTHMANN, Kai. **Democracy in crisis?** The declining support for national democracy in European countries, 2007-2011. European Journal of Political Research. pp. 423-442. 2014

BANG, Henrik, JENSEN, Mads Dagnis and NEDERGAARD, Peter. 'We the People' versus 'We the Heads of States': the debate on the democratic deficit of the European Union. Policy Studies. p. 196-216. 2015

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia:** uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, NORBERTO. "Democracia dos antigos e modernos"; "Democracia e Igualdade" e "O encontro entre o liberalismo e democracia" In: Liberalismo e Democracia. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998.

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. Helvética Editorial Ltda., 2000.

BOYD, H. W.; WESTFALL, R. **Pesquisa mercadológica:** texto e casos. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BRASIL, Governo Federal. **Constituição da república Federativa do Brasil.** Brasília. 1988.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE. **Brazil's Crisis Reflects Demise of Representative Democracy Across the West.** New Perspectives Quarterly. v. 33, n. 4, p. 35-38, 2016.

CHADWICK, Andrew. **Bringing e-democracy back in:** Why it matters for future research on e-governance. Social science computer review, v. 21, n. 4, p. 443-455, 2003.

COHEN, Joshua. **Deliberative Democracy and Democratic Legitimacy.** The Good Polity. Oxford: Blackwell. 1989. pp. 17–34

DAHL, Robert. A Preface to democratic theory. Chicago, 1956.

DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Brasília. Editora UnB. 2001.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia participativa.** Civilização Brasileira, 2002.

DELGADO, Daniel Garcia. **Estado-nación y globalización.** Buenos Aires: Ariel, 1998.

DIAMOND, Larry. **O espírito da Democracia:** a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo. Curitiba. Instituto Atuação. 2015.

DOVI, Suzanne. **Political Representation.** The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2017.

DRYZEK, John S., TUCKER, Aviezer. **Deliberative innovation to different effect:** consensus conferences in Denmark, France, and the United States. Public Administration Review, vol. 68, n. 5, 2008, pp. 864-876.

DRYZEK, John S. **Deliberative engagement:** the forum in the system. Journal of Environmental Studies and Sciences. pp. 750-754. 2015.

FERENHOF, Helio Aisenberg, FERNANDES, Roberto Fabiano. **Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica:** método SFF. Revista ACB, v. 21, n. 3, p. 550-563, ago/nov. 2016.

FISHKIN, James S. **Quando o povo fala:** democracia deliberativa e consulta pública. Tradutor: Vitor Adriano Liebel. 1. Ed. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

FUNG, Archon, WRIGHT, Erik Olin. **Thinking about empowered Participatory Governance**, in FUNG, Archon, WRIGHT, Erik Olin, Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance. London: Verso, 2003.

FURBINO MARQUES, Meire Aparecida; BAO RIBEIRO, Thiago. **Para além da Democracia representativa:** uma crítica ao modelo tradicional de representatividade política nas Democracias modernas. Revista Jurídica. v.2, n. 39, 2015.

GRAHAM, Todd. WITSCHGE, Tamara. **In search of online deliberation:** Towards a new method for examining the quality of online discussions. Communications. v. 28, n. 2, pp 173-204. 2003

IPSOS. Pulso Brasil: Barômetro político. Julho 2017.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal - origens e evolução.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1977

MAIA, Rousiley Celi Moreira. GOMES, Wilson. MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre. 2011

MANSBRIDGE, Jane. **Rethinking representation.** American Political Science Review, v. 97, n. 4. pp. 515-528. Nov. 2003

MANIN, Bernard. **As Metamorfoses do Governo Representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, pp. 5-34. 1995.

MANIN. Bernard. **The principles of representative government.** Cambridge University Press. 1997

MICHELS, Robert. **Political Parties:** Oligarchical Tendencies of Modern Democracy. Cambridge. 1962.

MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Domesticada:** As Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. DADOS – Revista de Ciência Sociais, Rio de Janeiro, Vol 45, nº3, 2002, pp. 483-511.

_____. **Teoria Democrática Atual:** Esboço de Mapeamento. Em: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 59. São Paulo: Editora da Revista BIB, 2005, pp. 5-42.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil.** Opinião Pública. Campinas, p. 1-42. jun. 2008.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o Povo?** A Questão Fundamental da Democracia. Max Limonad. 2ª Edição. São Paulo-SP, 2000, Tradução: Peter Naumann;

PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D.; DALTON, Russell J. A quarter-century of declining confidence. Journal of democracy, v. 11, n. 2, p. 5-25, 2000.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation.** Berkeley: University of California. 1967.

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representation and Democracy:** Uneasy Alliance. Scandinavian Political Studies. p. 335-342. 2004.

PLOTKE, David. Representation is democracy. Constellations, 1997.

RAPS. **Inovação na Política**: facilitando a construção de mandatos compartilhados e inovadores para um novo Brasil. São Paulo, 2019. (no prelo)

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza.; AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático.** In: SANTOS, B. de S. (Org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHMITTER, Philippe C. Reflections on political meritocracy: its manipulation and transformation, in BELL, Daniel A., LI, Chenyang (eds.) The east Asian Challenge for 88 Democracy: Political Meritocracy in Comparative Perspective. New York: Cambridge University Press, 2013.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalism, Socialism and Democracy. Londres. 2ed. 1947.

SECCHI, Leonardo; Cavalheiro, Ricardo Alves. **Delegated representation in the 21**st **Century: the experimentation of shared mandates.** In T02P10 - Bias and Representation in Policy Making. International Conference on Public Policy 3, 27-30 de junho de 2017. p. 143. Anais. Cingapura. 2017.

SEELE, Andrew; PERUZZOTI, Enrique. **Participatory innovation and representative democracy in Latin America.** Baltimore, MD: Woodrow Wilson Press/John Hopkins University Press, 2009.

SEN, Amartya. **La Democracia como valor universal**. Discurso pronunciado no "Congreso por la Democracia" celebrado em Nueva Delhi (fev 1999), Rep: Journal of Democracy; vol. 10, número 3, pp. 3-17; The John Hopkins University Press and National Endowment for Democracy; jul 1999.

SMITH, Graham. **Democratic innovations:** designing institutions for citizen participation. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SUBIRATS, Joan. **Otra sociedad, otra política?** De "no nos representan" a la democracia de lo común. Barcelona: Icaria, 2011.

THE ECONOMIST.	The Economist	Intelligence	Unit's	Index	of I	Democracy
(report),	2006.	Disponível en			em:	
https://www.econom	ist.com/media/pdf/[DEMOCRACY_	INDEX	2007_	v3.pc	<u>df</u>
Т	he Economist Inte	lligence Unit's	s Index	of Den	nocr	acy in 2008
(report),	2008.	Di	isponíve	ŀ		em:
http://graphics.eiu.co	om/pdf/democracy%	520index%202	<u>008.pdf</u>			
C	Democracy Index	2010. Democ	racy in	retreat	(re	oort), 2010.
Disponível em: https	://graphics.eiu.com/	/PDF/Democra	icy_Inde	ex_2010	<u>)_we</u>	b.pdf
D	Democracy Index 2	2011: Democra	acy unde	er stres	s (re	port), 2011.
Disponível						em:
https://www.eiu.com/	/public/topical_repo	rt.aspx?campa	<u>aignid=D</u>	<u>emocra</u>	<u>acyln</u>	dex2011
	Democracy Index		-			, , ,
2012. Disponível em	ı: <u>http://akgul.bilken</u>	t.edu.tr/eiu/De	mocracy	<u>-Index-</u>	2012	2.pdf
_					,	
	Democracy Index	2013: Demo	cracy in	limbo	(rep	•
Disponível				0010		em:
https://siyosat.files.w	ordpress.com/2014	1/10/democrac	<u>y_index</u>	2013_	web-	<u>-2.pdf</u>
n	emocracy Index 2	014 Domoore	ow and	ita dina	onto	nto (roport)
	-		•			` ' '
2014. Disponível em	-	_		Articles	4216	<u> </u>
<u>462e-9b24-2504a37</u>	16056/Democracy-II	<u>naex-2014.pai</u>				
D	emocracy Index 2	015: Democra	cv in an	ane of	anxi	ety (report)
2015. Disponível e	•		•	J		J (1 //
2015.pdf	interior	<u></u>	33.113110		2	ao, maox

	Democracy I	ndex 2	016: R	evenge o	f the "deploral	oles" (rep	oort),	
2016.	Disponível		em:		http://felipesahagun			
content/uploads	s/2017/01/Democi	racy-Inc	lex-2016	<u> 6.pdf</u>				
	Democracy Ir	ndex 20	17: Fre	e speech	under attack (report), 2	2017.	
Disponível	vel em:			https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-				
438/images/De	mocracy Index 2	017.pdf	<u>.</u>					
	Democracy	Index	2018:	Political	participation,	protest	and	
democracy	(report),		2018.		Disponível		em:	
https://www.eiu	.com/public/topica	al_repor	t.aspx?d	campaign	id=Democracy	2018		
TILLY, Charles	. Regimes and re	pertoir	es. Chic	cago Univ	ersity Press, 2	006		
TSE - 1	Fribunal Superior I	Eleitoral	. Estatí	sticas Ele	eitorais. Dispo	nível em	:	
http://www.tse.j	us.br/eleicoes/est	atisticas	s/estatis	ticas-eleit	torais-2016/ele	icoes-20	<u>16</u> .	
Acesso em: 08	ago 2018.							
TSE - 1	Tribunal Superior I	Eleitoral	. Partid	os Polític	cos. Disponíve	l em:		
http://www.tse.j	us.br/partidos/par	tidos-po	oliticos/r	egistrado:	<u>s-no-tse</u> . Ace	sso em:	10	
ago. 2018.								
VENTURA, Tia	go. Democracia	e partio	ipação	. Inovaçõ	es democrática	as e traje	tória	
participativa no	Brasil. Cadernos	EBAPE	. BR, v.	14, n. 3,	2016.			
VIEIRA, Luiz V	icente. A democr	acia co	m pés	de barro:	o diagnóstico	de uma	crise	
que mina as es	truturas do Estado	de Dire	eito. Red	cife, Ed. U	Iniversitária da	UFPE, 2	2006.	

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2001.

ZUQUETE, José Pedro. **This is what democracy looks like:** is representation under siege?, New Global Studies, vol. 6, n. 1, 2012, pp. 1-17.

APENDICE A – Transcrição da entrevista com o vereador Gabriel Azevedo, do Mandato Compartilhado

Entrevistador: Willian Quadros da Silva

Entrevistado: Gabriel Azevedo, vereador eleito pela cidade de Belo Horizonte e

implementador de Mandato Compartilhado.

A entrevista foi realizada presencialmente no gabinete da vereadora, no dia 26 de março de 2019 e buscou compreender as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os resultados obtidos na adoção da estratégia de Mandato Compartilhado para a vereança na cidade de Belo Horizonte / MG. Para tanto, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada com algumas perguntas pré-formuladas que conduziram a conversa e outras que foram elaboradas durante a entrevista.

MOTIVAÇÕES

Entrevistador: No âmbito das motivações, por que a adoção de um modelo de compartilhamento de mandato?

Gabriel Azevedo: A democracia ela não é um mecanismo pronto, ela evolui, ela sempre evoluiu a partir da utilização daquilo que foi acontecendo com o planeta. Então você tem um período breve democrático com a implementação da democracia em Atenas 508 a.c. até 150 d.C. com a tomada das Cidades-estados pelo Alexandre o grande. E nesse pequeno período você via a ampliação e a evolução da democracia a partir do momento que a própria cidade ateniense ia ganhando alguns avanços tecnológicos e políticos. Depois a democracia desaparece e volta a partir do bill of rights na Inglaterra, contrapondo Carlos I, em seguida com sua implementação nos EUA e a partir do século 18, 19 e 20 ela vai ganhando evolução. Você veja, uma evolução política, a participação das mulheres pois antes elas não participavam, uma evolução tecnológica uma expressiva no Brasil, a ideia de deixar o voto em papel para passar para urna eletrônica. E da mesma forma a partir da hiperconexao da sociedade a partir da década de 90 com os meios tecnológicas, você vê uma mudança no comportamento cívico do cidadão no mundo inteiro e também no Brasil é claro a partir do momento que ele se conecta profundamente pelo uso de novas tecnologias que foram surgindo nos últimos períodos. Isso muda a relação entre representantes e representados a partir do momento em que era mais complexo falar com seu representante e hoje é muito fácil a partir de uma página de facebook, de um twitter, de um Instagram. Ocorre que para respeitar a lógica da representação, ou seja, no caso do município e no caso Brasileiro o representante proporcional de uma fatia de uma cidade como essa é crucial que você saiba peneirar e identificar quem são

aqueles que te garantiram o mandato. Então para tentar não ficar num cenário caótico da internet, onde eu já estava acostumado, eu tentei institucionalizar isso através de uma ferramenta. O surgimento do aplicativo Meu Vereador veio justamente para tentar garimpar a participação das pessoas, que já acontece muito na internet, a partir de uma ferramenta mais evoluída para isso, com uma metodologia clara e infinitas possibilidade de engajamento.

Entrevistador: Como por exemplo teve senador que na eleição da presidência da casa fez isso.

Gabriel Azevedo: Jorge Kajuru fez isso. E eu corri no twitter para avisa-lo dos problemas. Primeiro, ele é um senador que representa o Estado de Goiás, como eu sou um vereador que represento Belo Horizonte. Para participar desse processo de decisão, seria afrontoso e incorreto ele escutar e valorizar quem não é de Goiás. Do mesmo jeito que numa decisão de Belo Horizonte eu tenho que valorizar quem é de Belo Horizonte. No facebook você não tem mecanismos para diferenciar uma pessoa ou outra. Outra coisa é que nessas redes sociais você pode fazer perfis que não tem identificação, perfis fakes, o nível do debate pode ser prejudicado quando você quer extrair algo mais cientifico, algo mais verdadeiro. Pelo aplicativo não, a conferência é documental, exige-se identidade, título de eleitor, então você tem uma participação bem conferida. Isso tratando-se do ponto de vista de votação. E outra você cria um mecanismo mais próprio conjugando com o funcionamento da casa. Não faria sentido eu fazer no facebook ou Instagram vários posts perguntando a opinião sobre projetos de lei, pois eles vão voltar várias vezes na pauta e eu vou ter que fazer tudo de novo amanhã. A ideia de desenvolver um mecanismo digital para aproximar representante e representado ela vem dessa percepção de que a sociedade tem muita similaridade com esse tipo de mecanismo, ou seja digital um app e online, e ela busca compreender e entender que a democracia está em evolução e você deve estar fazendo parte dessa evolução como agente político.

Entrevistador: Tem outros parlamentares ao redor do Brasil, seja em nível municipal, estadual ou federal que tem app e que realmente fazem enquetes, mas que o poder de decisão não é dividido com os eleitores, porque escolher esse modelo em que você literalmente divide o seu poder de decisão, já que o eleitor votou em você para que você o represente e não que tenha que o eleitor mesmo tomar as decisões?

Gabriel Azevedo: Porque a democracia ela tem que valer como valor universal, eu acredito na sentença de que o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. Eu acredito que você ao delegar a responsabilidade para o cidadão que participa, você o chama de verdade para tomar parte do processo e mostra que aquele que quiser participar tem o verdadeiro condão de mudar uma decisão ou outra. Eu acredito que o app não teria tanto sucesso se fosse só uma consulta. A pessoa diria: ah, mas do que adianta eu dar minha opinião se no fim ele vai votar do jeito que ele quiser. Então o que eu acho que eu faço e faço de um jeito calculado é apresentar um projeto de lei na sua integra, apresentar uma tradução simples do que ele quer dizer e algo que eu acho fundamental que é apresentar a minha opinião. Ou seja, eu não deixo como algumas pessoas já sugeriram de não mostrar a minha opinião antes senão eu vou as convencer. Mas o meu objetivo é as convencer, é educação política! E em 99% das vezes as pessoas acompanham minha votação. Então há uma

influência, há uma votação de bancada, eu chamo esses meus eleitores de minha bancada. Assim todas as vezes que eu voto em plenário, sinto que estou com o apoio do meu eleitor, ou seja, eu estou votando não só com a minha consciência, com meu estudo, com a análise em conjunto da minha equipe, mas com a permanente conferencia de que eu to em permanente sintonia com a sociedade.

Entrevistador: De quem foi a iniciativa para adoção desse modelo?

Gabriel Azevedo: Foi algo que realmente eu pensei antes da campanha, estudando os diferentes modelos de democracia no mundo. Inspirado principalmente pelo modelo de escolha na praça da Suíça. Até hoje em alguns cantões da Suíça envia-se carta dos parlamentares para que os cidadãos tomem as decisões.

Entrevistador: Em que momento se deu a escolha pelo modelo? Antes, durante ou após as eleições? Por que neste momento?

Gabriel Azevedo: Ah era a minha principal proposta de campanha. Então eu já fiz a campanha pensando nesse modelo, tem vídeos de campanha prometendo que eu iria usar isso. No dia da vitória eu tive a grata alegria de contar comum dos meus apoiadores de campanha para incubar um time de desenvolvedores na empresa dele para criar o aplicativo e no dia 1º de fevereiro de 2017 já estava pronto para todo mundo usar.

FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Entrevistador: Durante o período eleitoral, houve resistências à adoção do modelo?

Gabriel Azevedo: Houve resistências da classe política que dizia que isso era algo que não deveria ser implementado pois o político deveria ter o poder decisório final e que era um risco ouvir o povo, pois eles não estão prontos para decidir sobre tudo. Eu achava isso sempre muito engraçado, pois a câmara de bh já tinha tomado decisões radicalmente contrarias a vontade do povo, como por exemplo proibir o Uber, fechar supermercados nos finais de semana, então na verdade o risco no meu ver não seria ouvir o povo. Então a ideia de desenvolver um app que eu pudesse dividir o meu poder de decisão com os meus eleitores era justamente tentar combater um problema que a câmara municipal possuía, a ideia de não estar em sintonia com a população da cidade.

Entrevistador: Quais foram as principais dificuldades enfrentadas na implementação do Mandato Compartilhado?

Gabriel Azevedo: O custo foi o primeiro problema, saiu tudo do meu bolso. Fazer o app foi algo caro, se não fosse essa disponibilidade de a empresa de um eleitor disponibilizar uma equipe de programadores e me possibilitar ir pagando em suaves prestações, isso não seria possível. Só para se ter uma ideia no mercado comum esse app custaria algo próximo de 300 mil reais, algo muito caro. Porém consegui gastar algo próximo de apenas 100 mil reais para desenvolver. Além disso, no começo aparecem muitos bugs e outros problemas não previstos, então desenvolver e implementar o app foi algo difícil, os quatro primeiros meses foram muito críticos. Hoje,

o aplicativo está sendo comercializado com outros parlamentares a custo muito mais baixo pois já está desenvolvido, agora nós já temos além de vereadores, senadores e deputados estaduais e federais utilizando. Alguns utilizando apenas como prestação de contas e consulta popular, pois ainda não tiveram a coragem de dividir o seu poder de decisão com os seus eleitores, mas acredito que isso seja um processo muito natural e que eles vão perceber os ganhos e a importância de empoderar os seus eleitores.

Além disso a implementação do aplicativo muda o formato do gabinete por completo. Você veja olha, chegou uma notificação de problema na cidade pelo aplicativo, ela já entrou no google street view, já está vendo o problema, ao lado já está sendo formulado um oficio para solução do problema, assim a gente consegue dar uma resposta para o cidadão muito rápido. Então acho que é uma diferença pois não só evolui no aspecto da votação, mas porque assim a gente consegue atender uma quantidade de cidadãos que se fosse pelo método convencional eu conseguisse atender apenas 4 ou 5 pessoas por dia, agora pelo sistema você passa isso para centenas de pessoas por dia, gerando eficiência e as pessoas ficam muito felizes com o resultando que a gente está gerando por aqui.

Entrevistador: Como é a relação com o partido político perante esta escolha?

Gabriel Azevedo: Quando eu me filiei ao PHS eu tive a atenção de assinar uma clausula de independência. Então eu estou lá abrigado, pois eu sempre defendi candidaturas independentes eu acho que o partido é algo obsoleto no atual cenário democráticos, pois é uma estrutura top-down, hierárquica, velha, antiquada, burocrática, chata e de poucas ideias, não em geral até pode existir algumas coisas diferentes disso, mas eu acho que as pessoas deveriam ser livres para fazer política da forma como acharem melhor sem ter necessariamente um partido. Então por isso tudo não há nenhuma resistência do partido com o Mandato Compartilhado, até porque não existe relação alguma com o partido que sequer me considera como um de seus parlamentares. Além disso o PHS foi incorporado pelo PODEMOS e nesse momento eu estou sem partido, pois é uma das condições que nos autoriza a deixar uma sigla partidária sem perder o mandato.

Entrevistador: Se o partido político exige uma postura específica em uma votação, como fazer?

Gabriel Azevedo: A clausula de independência faz com que o partido não exija nada de mim, simplesmente não temos relação alguma. Foi tudo assinado formalmente e inclusive autenticado em cartório.

Entrevistador: Existem regras ou critérios mínimos para a escolha dos coparlamentares?

Gabriel Azevedo: A gente divide entre eleitores e não eleitores e faz uma conferência nos dados do TRE. Então para o cidadão ter poder de voto no aplicativo ele necessariamente tem que bater uma foto sua com um documento de identidade e o título de eleitor, assim nós conseguimos comparar com os dados do TRE e ver se realmente houve votos naquela urna para Gabriel Azevedo. Então existem dois cadastros, o não eleitor ele pode fazer tudo que um eleitor pode no app, inclusive votar,

mas os votos para a mudança de decisão do parlamentar no aplicativo são contabilizados apenas daqueles que são eleitores.

RISCOS

Entrevistador: Quais os riscos envolvidos que você enxerga na adoção do modelo?

Gabriel Azevedo: Um dos riscos que nós sempre tivemos era o de uma baixa participação. Como nada obriga as pessoas a participarem eu posso contar com um cenário em que pouquíssimas pessoas participem. Outra coisa é que as pessoas costumam apontar e dizer é que uma vez não tão instruídos sobre o que está sendo votado as pessoas podem votar de uma maneira equivocada. Um terceiro risco ao meu ver de a gente não ser feliz na tradução de um projeto de lei, mas agui a gente toma muito cuidado em não ser indutor no relatório de um projeto de lei, agora eu posso induzir sem dúvidas na minha opinião e esse é mesmo o objetivo, isso gera educação política. Ou seja, eu apresento um relatório técnico imparcial, apenas traduzindo o que significa o projeto de lei, mas apresento a minha opinião pessoal, com o meu modo de ver e aí sim eu posso e devo influenciar os meus eleitores. A tomada por grupos de interesse não pois nós já somos em mais de mil eleitores no aplicativo e isso demandaria uma força tarefa surreal, em que os grupos de interesse teriam que analisar exatamente minha votação em cada urna e procurar pessoas com títulos nessas urnas para se cadastrarem, além disso teriam que ultrapassar o número de eleitores já existentes no aplicativo, então eu acredito ser algo praticamente impossível diante desse critério elaborado para o usuário ser um eleitor no aplicativo.

Entrevistador: Em qual momento é permitida a inscrição no Mandato Compartilhado?

Gabriel Azevedo: A qualquer hora

Entrevistador: Existe a possibilidade de grupos de interesse específicos tomarem-se maioria no grupo e de certa forma tomarem o mandato? Como você lida com isso?

Gabriel Azevedo: Não, conforme já foi respondida anteriormente.

Entrevistador: Como você reage quando uma decisão claramente ruim e/ou ilegal é a maioria no processo deliberativo?

Gabriel Azevedo: Até hoje isso só aconteceu uma vez, entre centenas de projetos de lei eles mudaram meus votos cinco vezes. Uma foi aumento de salário dos servidores da câmara, eu gostei eles me corrigiram bem, para não dar o aumento. Outras duas foram criação de data e aí eu passei a ser contrário a toda criação de datas. A outra foi aumento do salário dos procuradores do município. E a última aí eu fiquei puto que era um projeto de lei de um vereador que queria incluir os cabos de fiação embaixo da calçada, um projeto de lei claramente ilegal pois o obriga o município a ter um custo e o vereador não pode fazer isso. Como que eu me comportei, eu fui na internet puxar a orelha dos meus eleitores: vocês me fizeram votar num projeto de lei ilegal. E eu

votei de fato como eles quiseram e depois fui na internet xingar, afinal os eleitores me levaram a um erro na câmara. O projeto vai ser vetado e quando voltar para câmara eu vou defender o veto, pois em veto os eleitores não têm o poder de opinar, pois eu entendo que um veto é matéria puramente técnica eu não faço política com o veto. Mas o mais interessante é que meus eleitores perceberam o erro e aceitaram o meu puxão de orelha, por mais que eles quisessem acabar com os fios aéreos na cidade, afinal o mérito era ótimo, mas infelizmente o projeto era ilegal, mas assim nós educamos as pessoas de como funciona a técnica legislativa.

Entrevistador: Há mecanismos de expulsão no mandato?

Gabriel Azevedo: Até agora não houve nenhum comportamento errado entre os covereadores. Não há mecanismos previstos, entretanto se houver um comportamento ilegal, nós podemos pensar. Como você tem a identidade ali, você sabe que a pessoal não está ocultada por um perfil fake ou algo semelhante, então ela acaba sendo moderada nos termos. Entretanto se houver necessidade em algum momento, nós podemos avaliar como fazer.

CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO

Entrevistador: Qual o tamanho do Mandato? (número de coparlamentares)

Gabriel Azevedo: 1.628 eleitores e 6.081 não eleitores

Entrevistador: Como funciona o processo decisório no mandato? (deliberativo, por votação individual ou misto)

Gabriel Azevedo: Pelo tamanho do nosso aplicativo hoje não teria como fazer um modelo por construção de consenso, optamos então por votação direta, porém cada um pode emitir sua opinião justificando o seu voto. Porém além da votação nós temos um Conselho Político de aproximadamente 100 pessoas que são especialistas em suas áreas e voluntariamente nos ajudam a compreender melhor os projetes e elaborar relatórios técnicos, então nós temos especialistas em temas ambientais, educacionais, de tecnologia, entre outros. Porém esse conselho político não tem nenhum poder decisório, é apenas um assessoramento técnico voluntario, o único poder que essas pessoas têm é que elas são covereadores iguais aos demais.

Entrevistador: Como é a distribuição de poder no mandato?

Gabriel Azevedo: Percentual igual a todos. One man one vote.

Entrevistador: Como é a extensão de poder dos coparlamentares? (A construção de projetos de lei também é compartilhada? O papel de fiscal do poder executivo também é compartilhado? Quais temas são passíveis de participação? O gabinete também é compartilhado? E as emendas impositivas? E a contratação dos funcionários? Recursos humanos e materiais do gabinete?)

Gabriel Azevedo: Todos os projetos de lei são colocados em votação no aplicativo, desde os mais irrelevantes como nome de rua até os mais complexos como plano diretor.

A construção de projetos de lei também é compartilhada, tanto que não só os eleitores como qualquer pessoa pode mandar um projeto de lei pelo aplicativo que nossa equipe técnica primeiro irá estudar se é compatível com a legalidade, depois se é viável de ser implementado. O que nós ainda não fazemos é votar o projeto entre os covereadores antes de protocolarmos na câmara, talvez possamos fazer isso lá na frente, mas ainda não está nos planos. O que pode fazer com que em alguma situação hipotética tenhamos que votar contra em um projeto de lei que foi submetido por nós mesmo, não aconteceu, mas pode acontecer.

Nós também compartilhamos o papel de fiscal, tanto que o aplicativo permite que você nos envie denúncias na cidade, batendo fotos, vídeos e enviando a geolocalização. Todas as denúncias são submetidas por ofício em até 24 horas e o cidadão pode acompanhar o andamento pelo aplicativo.

Já os recursos humanos do gabinete não foram indicados nem pelo vereador e nem pelo covereador, excetuando o chefe de gabinete que era pessoa de confiança minha, todos os demais passaram por processo seletivo para a contratação, além do mais é possível perceber que trabalhamos com uma estrutura muito enxuta, contratamos apenas 8 pessoas sendo que poderíamos contratar até 22, porém conseguimos atingir esse resultado com a eficiência que o aplicativo nos dá, nós gostamos de falar que nós trabalhamos como uma startup, enxuta.

A estrutura física do gabinete é super aberta e quaisquer cidadãos que queiram vir aqui passar um ou alguns dias, trabalhando daqui em algo relevante para a cidade será muito bem-vindo.

Emendas impositivas não existem em BH.

Entrevistador: Os benefícios também são divididos? (tais como salários, auxílios, espaço na mídia, etc.)

Gabriel Azevedo: Não.

Entrevistador: Quais os mecanismos de interação envolvidos no Mandato? (reuniões presenciais, reuniões online, aplicativo, redes sociais, sites, etc.)

Gabriel Azevedo: O principal mecanismo de interação é de fato o aplicativo, que é aonde centralizamos nossas ações, porém nós utilizamos muito as redes sociais para reforçar as pautas, dar transparência e trazer o cidadão para o aplicativo. Além disso rotineiramente realizamos reuniões presenciais nos bairros e também reuniões virtuais (facebook lives) para divulgar nossas ações e dar total transparência ao mandato, afinal muita gente ainda não conhece o aplicativo. Mas o mecanismo decisório é de fato o aplicativo.

RESULTADOS

Entrevistador: Como você percebe a aceitação ou rejeição do modelo pela população em geral?

Gabriel Azevedo: Ah é uma aceitação absurda. Eu estou caminhando na rua, estou no ônibus, no avião a pessoa pega o celular e mostra a tela aberta do Meu Vereador, olha eu uso. Eu estou em festa a pessoa vem e me mostra, olha está aqui, parabéns. Então você acaba tendo um carinho grande da população, tudo muito bacana, recebemos muito feedback positivo até porque damos muita agilidade na solução de problemas

básicos do cidadão e ainda damos o poder para ele de forma inteligente, ensinando como é o trabalho de um vereador.

Hoje não vejo rejeição nenhuma ao modelo.

Entrevistador: Entre o começo do mandato e hoje, você percebe melhora na qualidade dos debates no Mandato Compartilhado?

Gabriel Azevedo: Absurdamente. Porque eles já aprenderam o que é inconstitucionalidade, eles já aprenderam que um vereador não pode criar gastos para o município e ficam chocados de ver que nos últimos dois anos 80% dos projetos dos vereadores são inconstitucionais, vão para votação, não servem para nada, são vetados, voltam e o veto é mantido. Antes os eleitores nem sabiam o que era isso. Sabe o que eu mais escuto? As pessoas falando que não sabiam o que era a câmara de vereadores antes do mandato compartilhado, de verdade as pessoas sequer sabiam que existia a câmara de vereadores e para que ela existia, quanto mais então saber as pautas que são discutidas aqui.

Entrevistador: Acredita que diante dos primeiros resultados, há ganhos em educação política entre os participantes?

Gabriel Azevedo: Ganhos enormes. Além disso a coisa de cuidar da cidade também sabe? Antes eles viam um problema na rua e não faziam nada, só saiam xingando a prefeitura e os políticos. Agora eles pegam o celular, tiram a fotos, nos enviam e daqui um tempo eles veem o problema resolvido, isso gera uma satisfação e uma retomada de confiança enorme.

Entrevistador: Percebe também resultados negativos? Quais?

Gabriel Azevedo: Não consigo perceber.

Entrevistador: Acredita que a adoção do modelo ajuda, atrapalha ou é indiferente para o crescimento de sua carreira política?

Gabriel Azevedo: Ajuda demais. Porque hoje eu consigo ter uma percepção muito grande de quem é o meu eleitorado, como ele pensa, o que está acontecendo na cabeça das pessoas. Além é claro de gerar grande confiança do eleitor no nosso trabalho.

Entrevistador: E esse modelo não pode te atrapalhar agora a conseguir um novo partido político já que eles não terão nenhum controle sobre as suas ações?

Gabriel Azevedo: Não, muito pelo contrário, já tenho dez convites de partidos políticos todos com a mesma condição de independência. Acho que hoje eles percebem que é importante para a imagem do partido ter um político que trouxe inovação e que gerou um sucesso entre o eleitorado, mesmo que eles não possam me controlar de forma alguma.

Entrevistador: Você percebe que o compartilhamento de mandato lhe gerou uma melhora na qualidade das decisões, dos projetos elaborados e da accountability do mandato?

Gabriel Azevedo: 100%. A qualidade das decisões porque a gente estuda com muito cuidado aqui os projetos pois temos que traduzir de forma muito clara para o cidadão, isso faz com que tenhamos muito cuidado. Além disso a nossa decisão ela é sempre respaldada pelo eleitor, mesmo que em raros casos como no caso do projeto de lei sobre a fiação ela não seja a escolha correta, mas ainda assim temos a oportunidade de corrigir e educar o nosso cidadão. Além disso o modelo faz com que o nosso gabinete seja mais acessível, mais transparente sabe? É algo muito subjetivo que eu não sei explicar, mas as pessoas sabem e percebem que o nosso modo de operar é diferente e que ele gera muita empatia entre cidadão e a política, isso é incrível. E quanto a accountability o aplicativo acaba mostrando tudo, exatamente tudo do nosso mandato, desde gastos, faltas, relatórios de reuniões, tudo! Não tem nada sobre nosso mandato que o cidadão não tenha acesso por dois ou três cliques no aplicativo, isso gera muita confiança.

APENDICE B – Transcrição da entrevista com a vereadora Bella Gonçalves, da Gabinetona

Entrevistador: Willian Quadros da Silva

Entrevistada: Bella Gonçalves, vereadora eleita pela cidade de Belo Horizonte e participante

do Mandato Coletivo Partidário Gabinetona

A entrevista foi realizada presencialmente no gabinete da vereadora, no dia 27 de março de 2019 e buscou compreender as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os resultados obtidos na adoção da estratégia de Mandato Coletivo Partidário para a vereança na cidade de Belo Horizonte / MG. Para tanto, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada com algumas perguntas pré-formuladas que conduziram a conversa e outras que foram elaboradas durante a entrevista.

MOTIVAÇÕES

Entrevistador: No âmbito das motivações, por que a adoção de um modelo de compartilhamento de mandato?

Bella Gonçalves: Então Willian, antes de responder, eu queria comentar um pouco o modelo do Gabinetona. Acho que hoje no nosso país o conceito de nova política tem sido amplamente disputado, porque existe um sentimento de esgotamento do modelo que estava instituído, e aí existe muita gente que quer construir uma nova concepção de fazer politica. Mas e ai a ciência politica fica muito atrelada ao procedimento objetivo, mas eu acredito que grande parte desses modelos dissociam forma de conteúdo. A construção de um processo coletivo despersonalizado, conectado com as lutas sociais, que traz a importância da representatividade na politica que é outros corpos para ocupar esses espaços de poder, que são mulheres lésbicas, mulheres negras, de mulheres indígenas é muito diferente de construir só instrumentos de participação ou de compartilhamento. Então a motivação da construção das muitas foi transbordar um pouco das regras instituídas na politica que impediam as lutas sociais e aqueles corpos de ocupar secularmente aquele espaço politico. Por que que as indígenas não ocupam espacos políticos? Por que que movimentos sociais quando ocupam estão sempre representados pelas mesmas pessoas que em geral são homens brancos e ricos? Por que que as decisões que interferem na maioria do cotidiano da população não são tomadas por pessoas que tem a nossa cara, o nosso cotidiano e a nossa experiência das contradições sociais? Então as Muitas surgem como um desejo de transbordamento dos partidos. É toda diversidade possível e imaginável que as muitas traz, como povos de terreiros, indígenas, quilombolas, gays, lésbicas, queers, mulheres cis, mulheres trans, pessoas com deficiência. A gente acredita que essa diversidade é fundamental pois a gente acredita que não podemos retirar os sujeitos, nada sobre nós sem nós e é algo muito importante para nós. Então a Muitas surge assim do entendimento de que a gente precisava levar as lutas que já vinham confluindo como na luta pelos espaços públicos, como na luta das ocupações urbanas, na luta contra as politicas neoliberais do Lacerda (ex prefeito de BH), na luta

pelo ambiente, a gente precisava coletivizar essas lutas num ambiente institucionalizado da política num sentindo não de conformação com o Estado mas pela confrontação com o Estado. E aí o coletivo reuniu diferentes movimentos sociais, eu por exemplo venho de um movimento chamado Brigadas Populares que tem uma trajetória de luta pelo direito à cidade aqui. Mas a gente reuniu e fez vários debates sobre quais eram os limites da politica instituída. Antes das eleições das Muitas foram quase um ano de debates abertos nas praças publicas, debates programáticos que aconteciam nos territórios das lutas e a partir dessas múltiplas vozes fomos nos desafiando a perceber os limites da politica institucional constituída, e a primeira coisa que passamos a perceber é a estrutura burocrática partidária, os partidos hoje são feitos de uma logica do estado que se conjuga para retirar esses sujeitos que eu citei da política e perpetua apenas o padrão do politico que nós já conhecemos. O debate inclusive começou fora do PSOL, inclusive foram feitas conversas com vários partidos até se tomar uma escolha de partido pelo movimento, como PT, PSOL, PCdoB, REDE que nós tínhamos mais identificação pelas nossas lutas, mas até mesmo partidos menos expressivos como PSTU e PCB. Dentro desse debate todo, nós escolhemos coletivamente o PSOL, embora defendemos candidaturas independentes e acreditamos que seria um modelo que nos atenderia muito melhor. Além disso o partido nos garantiu uma autonomia, um projeto de construção do movimento que é muito maior do que o próprio partido e era importante que eles entendessem que nós não éramos uma corrente do partido, mas um movimento que era muito maior do que o próprio partido. O PSOL trazia além de um posicionamento próprio, um oxigênio diferente para esse grupo, então a escolha foi coletiva. Claro que sempre há os problemas nos partidos, no próprio PSOL tivemos algumas resistências internas diante das amarras institucionais e muitos no partido acreditavam que o movimento não daria em nada, mas conseguimos fazer isso e durou pelo menos um ano essa construção prévia. Foram 14 pessoas que participaram do movimento e nos abrigamos dentro do partido que teve aproximadamente 50 candidaturas, mas o movimento Muitas, dentro do PSOL, era composto por 14 pessoas. No fim só 12 foram candidatas pois dois tiveram problemas burocráticos com a candidatura, mas se mantiveram ajudando e construindo coletivamente o projeto. Então nós apresentamos essa novidade politica e fizemos totalmente compartilhado esse debate e é essa que é a motivação, se nós vamos ocupar a politica para fazer diferente, nós vamos fazer a partir das nossas praticas de lutas e as nossas práticas revelam que nós não podemos fazer sozinho e por isso nós resolvemos compartilhar esforços para construir uma nova forma de fazer política e isso é muito legal pois ninguém ali tinha o ego do poder, mas tinha apenas o desejo de fazer diferente. E então a gente fez essas 12 candidaturas de forma totalmente coletivas, nós tínhamos um ateliê (comitê) coletivo onde varias pessoas se voluntariaram, fizemos leiloes e campanhas de doação onde as pessoas não podiam doar para uma pessoa especifica, mas para todas as candidatas das Muitas, além disso nós pedíamos votos umas para as outras, os materiais eram compartilhados, nosso jurídico, nossa contabilidade, tudo era conjunto, então foi um grande exercício de coletividade. Diante disso nós conseguimos a eleição de duas parlamentares que eram a Aurea Carolina e a Cida Falabella e eu fiquei na suplência muito próximo da Cida, com pouquíssimos votos de diferença. A campanha coletiva partiu de um desejo de construir um mandato coletivo, mas a forma como ele se construiu também foi fruto de vários debates que aconteceram depois das eleições. E aí surgiu a ideia de incorporar todas as candidatas dentro do mandato, de fazer um mandato multipautas que não tivesse só a cara das duas parlamentares, mas que tivesse a cara de todas as nossas lutas políticas do movimento. Aí nós montamos o Gabinetona que é um gabinete único, das duas parlamentares, mas também de todas as candidatas do movimento Muitas. Em termos de decisão, as decisões são todas compartilhadas, as parlamentares jamais dão a palavra final sobre quaisquer votações. Todos os dias nós fazemos as preparações das plenárias e as nossas decisões são construídas todas de forma muito coletivas, sempre com muitos debates, tivemos muito poucos dissensos ao longo desse tempo, eu lembro que um dos dissensos que a gente teve sobre uma das votações a gente resolveu trazer o dissenso aqui para dentro, realizando um espaço de café para discussão entre as duas partes, eu lembro na época era uma discussão entre ambientalistas e carroceiros e a gente promoveu um café afetuoso onde ambientalistas escutaram carroceiros, carroceiros escutaram ambientalistas e nós conseguimos chegar num ponto razoável para as duas partes, inclusive o próprio vereador que propôs o projeto de lei veio aqui no nosso gabinete e participou desse café e acabou mudando o projeto de lei para que tivéssemos um meio termo entre as partes, então nós temos muito esse espirito coletivo de construir e do dissenso nós conseguimos construir algo muito legal e razoável para todas as partes interessadas. Então isso é uma prova de que o dialogo e o compartilhamento como valores podem transformar e reconstruir a democracia no Brasil. Quase não tivemos dissensos, mas sempre tivemos a gente não encerra o debate, a gente traz ele e aprofunda ele aqui dentro do gabinetona, então a construção do consenso é um valor fundamental para nós, por isso nós nunca votamos, nós discutimos até que cheguemos e um ponto comum. E todos os 14 membros do Muitas tem condições de participar dos espaços, por suas ideias, construir projetos, discutir as pautas, tudo como se fossem as vereadoras. Aqui nós funcionamos por eixos, temos o eixo de direitos humanos que era defesa da Áurea, o eixo cultura que é defesa da Cida, o eixo Direito à cidade que eu defendo, mas todas as pautas dos membros do Muitas compões os nossos mapas de lutas, eles carregam lutas nos seus corpos e contribuem nesses eixos com a construção de projetos, com o seu pensamento politico e a partir disso a gente compartilha as decisões.

Entrevistador: De quem foi a iniciativa para adoção desse modelo?

Bella Gonçalves: Foi a coletividade. Na verdade, foi uma conversa entre amigos, nós já nos conhecíamos de diversos movimentos sociais e começamos e montar esse grupo de forma muito aberta, discutindo-o em praça pública e com isso outras pessoas foram surgindo e se juntando ao movimento até que ele se consolidou. E disso foram se desdobrando as diferentes ideias. Mas o mais engraçado é que no começo nós nem pensávamos em ser candidatas, inclusive eu só topei ser candidata aos 45 do segundo tempo. Mas o desejo de participar e de construir essas lutas de forma coletiva falou mais alto e até então eu nunca me imaginei estar como vereadora.

Entrevistador: Em que momento se deu a escolha pelo modelo? Antes, durante ou após as eleições? Por que neste momento?

Bella Gonçalves: A escolha pela candidatura coletiva veio antes, no período préeleitoral, quando as eleições começaram nós já estávamos todas com o planejamento da candidatura coletiva pronto. Mas o mandato coletivo nunca foi algo que pensamos anteriormente, ele acabou surgindo como ideia somente após as eleições, mas o sucesso e a empatia entre o grupo foi tanto que não tinha como ser diferente, então eu diria que ele nasceu de forma muito orgânica. Hoje nós não temos muitas regras ou métodos específicos, apenas essa subjetividade coletiva que guia o nosso trabalho e a sintonia tem funcionado bem.

FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Entrevistador: Durante o período eleitoral, houve resistências à adoção do modelo?

Bella Gonçalves: Os partidos têm as suas dinâmicas de poder, inclusive o próprio PSOL, e os micro poderes são sustentados na burocracia interna. Houveram embates com o PSOL, mas que foram superados pelo diálogo e pela força que a movimentação gerou, como eu disse antes ela era muito maior do que o partido. A gente chegou a fazer reuniões para poder debater essa participação política com até 300 pessoas. Então o PSOL fez um exercício muito rico de se desvencilhar dessas antigas burocracias internas para entender e abraçar esse modelo. Não foi um processo tranquilo inicialmente, mas foi possível chegar num ponto interessante.

Entrevistador: Se o partido político exige uma postura específica em uma votação, como fazer?

Bella Gonçalves: Olha o partido, PSOL, tem posições muito diversas, então dificilmente nossas decisões não vão estar dentro de algum dos posicionamentos do partido, até porque nós pensamos todos muito parecidos. O que pode acontecer é que algumas decisões do gabinetona vão contrárias algumas posições de correntes muito especificas do partido, mas que não chegaram a causar algum atrito que fizesse com que tivéssemos algum dissabor dentro do partido, então no geral a costura é muito tranquila e muito dialogada. E além disso o próprio partido sabe que hoje nós somos muito maiores, subjetivamente falando, que o próprio partido, então há um respeito muito grande também com a nossa autonomia.

Entrevistador: Existem regras/critérios mínimos para a escolha dos coparlamentares?

Bella Gonçalves: A gente tentou montar o grupo mais diverso possível. Os nossos critérios são de paridade tais como gênero, raça, identidade sexual, lutas sociais, então tudo isso contou para a composição do movimento. No fim acabamos tendo quase todas as lutas sociais abrangidas no movimento e isso nos tornou muito plural.

RISCOS

Entrevistador: Quais os riscos envolvidos que você enxerga na adoção do modelo?

Bella Gonçalves: Acho que o único risco que é muito pequeno, se é que ele existe, é de em algum momento nós não nos entendermos mais e o grupo se desfazer. Mas eu acho que isso beira o impossível, pois nós temos uma sintonia muito grande e há convergência de pensamento incrível aqui dentro.

Entrevistador: Em qual momento é permitida a inscrição no Mandato Coletivo?

Bella Gonçalves: A participação no movimento muitas é aberta, constantemente nós recebemos novas pessoas querendo contribuir com o movimento. Mas nós fizemos questão de chamar para compor o mandato coletivo aquelas que deram a cara a tapa, que foram candidatas e que ajudaram a eleger esse movimento, então essas que são as nossas coparlamentares. Então nesse caso a resposta seria antes das eleições.

Entrevistador: Existe a possibilidade de grupos de interesse específicos tomarem-se maioria no grupo e de certa forma tomarem o mandato? Como você lida com isso?

Bella Gonçalves: Não tem como, pois, o nosso caso é um mandato fechado, só entram pessoas alinhadas aos nossos propósitos.

Entrevistador: Como você reage quando uma decisão claramente ruim e/ou ilegal é a maioria no processo deliberativo?

Bella Gonçalves: Os dissensos que aconteceram, acho que foi esse que eu expliquei dos carroceiros e outros muito pequenos, porque assim a gente faz uma preparação de plenária com todas as integrantes que embasa a nossa votação, que expressa muito as características de cada uma de nós e como nós temos esse espírito de lutas sociais, a nossa forma de pensar acaba sendo muito parecida. Nunca aconteceu de uma das vereadoras votar algo que não tivesse sido acordado coletivamente e se tivesse acontecido com certeza isso seria muito discutido aqui dentro.

Entrevistador: Há mecanismos de expulsão no mandato?

Bella Gonçalves: A gente é um mandato muito antipunitivista e que preza muito pelos direitos dos trabalhadores inclusive os que trabalham aqui no gabinetona, nunca tiramos ninguém do mandato por nenhuma dessas razoes. O que houveram foram pessoas que não estavam se sentindo a vontade e pediram para sair e seguiram suas vidas, mas nunca houve exonerações aqui dentro do mandato. Em geral como a gente tem uma diversidade, por exemplo eu sou uma mulher branca, então as vezes eu estou suscetível a cometer as vezes até sem perceber uma atitude racista por exemplo, mas a gente acredita que o dialogo, a pedagogia é a melhor solução para os nossos problemas e não o punitivismo.

Entrevistador: Se houver uma briga no grupo, o representante eleito pode destituir o restante do grupo? Como isso é previsto? Há algum contrato?

Bella Gonçalves: Ah a gente dialoga, a gente quebra a cabeça. Mas não, na verdade nunca aconteceu e acredito que isso seria impensável, porque o parlamentar não tem essa autonomia aqui dentro, de exonerar pessoas e tomar decisões sozinhos. O mandato é coletivo mesmo, coletivo, compartilhado e aqui o parlamentar não é dono do mandato, pois o mandato é muito maior do que o parlamentar.

CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO

Entrevistador: Qual o tamanho do Mandato? (numero de coparlamentares)

Bella Gonçalves: O movimento Muitas eram 14 pessoas, duas acabaram não sendo candidatas por questões burocráticas, porém outras pessoas se juntaram no

movimento nos últimos dois anos. Então hoje aqui no gabinetona são 10 pessoas do movimento Muitas e outras assessoras que vieram de fora. Mas além disso o movimento cresceu e nós elegemos agora também uma deputada federal e uma estadual, então existem outras pessoas do movimento nesses outros dois mandatos e agora nós estamos com um desafio grande de transformar tudo em um mandato unificado, mas com pautas das diferentes esferas. Nós estamos planejando como fazer isso, mas a ideia seria alugar uma casa no centro de BH e lá ser o Gabinetona expandido, com todo o movimento incluindo os mandatos das vereadoras, da Deputada Estadual Andreia de Jesus e da Deputada Federal Áurea Carolina, unificando assessorias, totalmente integrado, com equipes que vão transitar entre as casas legislativas e a casa coletiva, mas lá será o nosso espaço de trabalho compartilhado. E isso é bacana porque nós já estamos atuando em algumas pautas nos três níveis, como no caso da pauta de mineração, na questão da Cultura, na questão do Meio Ambiente.

Esse processo está ainda começando, nós já fizemos uma imersão com todas as equipes, que são mais ou menos 80 pessoas e já começamos a dividir os eixos para construção dos trabalhos.

Entrevistador: Como funciona o processo decisório no mandato? (deliberativo, por votação individual ou misto)

Bella Gonçalves: A proposta do Muitas é sempre de construção de consenso, nós nunca votamos uma pauta.

Entrevistador: Como é a distribuição de poder no mandato?

Bella Gonçalves: É igual, todos no gabinetona tem o mesmo peso, as decisões são compartilhadas.

Entrevistador: Como é a extensão de poder dos coparlamentares? (A construção de projetos de lei também é compartilhada? O papel de fiscal do poder executivo também é compartilhado? Quais temas são passíveis de participação? O gabinete também é compartilhado? E as emendas impositivas? E a contratação dos funcionários? Recursos humanos e materiais do gabinete?)

Bella Gonçalves: Todas as funções do gabinete são compartilhadas, como decisões de pauta, construção de projetos de lei, fiscalização do poder executivo, inclusive a contratação das assessorias passou pelo debate entre as integrantes do Muitas.

Entrevistador: Os benefícios também são divididos? (tais como salários, auxílios, espaço na mídia, etc.)

Bella Gonçalves: Aqui nós não dividimos os salários, inicialmente nós até pensamos em fazer algo assim, mas até para não correr nenhum risco jurídico acabamos recuando, pois você sabe que isso de tomar salário e dividir é muito complicado na administração pública, já tivemos inclusive vereador preso aqui em BH por situações relacionadas a isso. Mas nós nos preocupamos em manter uma isonomia salarial entre pessoas que cumprem funções semelhantes, então quase todo mundo aqui ganha um salário muito parecido. Já o espaço na mídia é bastante dividido, obviamente os vereadores legalmente eleitos acabam tendo um espaço maior pois a própria mídia quer saber o posicionamento do vereador, mas nós tentamos na medida do possível

colocar todos os membros do movimento na mídia, emitindo suas opiniões e dando espaço para o seu crescimento pessoal. Além disso as parlamentares eleitas realizam uma doação de 30% dos seus salários para um Fundo Social do mandato que investe em projetos sociais todos os anos, esse foi um compromisso de campanha firmado em cartório com todas as candidatas do movimento.

Entrevistador: Quais os mecanismos de interação envolvidos no Mandato? (reuniões presenciais, reuniões online, aplicativo, redes sociais, sites, etc.)

Bella Gonçalves: A gente faz muita reunião presencial no gabinete, pois as nossas coparlamentares já estão aqui, então para nós o dialogo presencial é muito importante, essa proximidade expressa muito as subjetividades que nós não conseguiríamos muitas vezes expressar a distancia. Mas as vezes quando não é possível devido a alguma viagem ou algo semelhante nós fazemos reuniões online por Skype, mas não é muito comum, nós gostamos mesmo é do "tête-à-tête".

RESULTADOS

Entrevistador: Como você percebe a aceitação ou rejeição do modelo pela população em geral?

Bella Gonçalves: Ah acho que está arrasando né? Se não nós ne conseguiríamos expandir assim, tu vês a Aurea Carolina foi a quinta deputada federal mais bem votada de Minas Gerais, além disso elegemos a Andreia de Jesus deputada estadual, então isso mostra que o resultado e positivo. Isso é uma prova de que o nosso mandato pode fazer uma diferença muito profunda, o movimento potencializa a nossa atuação política. Nós percebemos que nesse modelo a disputa nos enfraquece e a coletividade nos fortalece.

Entrevistador: Entre o começo do mandato e hoje, você percebe melhora na qualidade dos debates no Mandato Coletivo?

Bella Gonçalves: Nossa, eu falo por mim, eu aprendi tanto, pois veja eu vim de uma luta social que era pelo Direito a Cidade e de repente eu vim para cá e me deparei com várias outras pautas que eu conhecia mas não tinha um conhecimento profundo, percebendo várias questões fundamentais que nós não conhecíamos por completo, além disso nos gerou um comprometimento uma com as causas das outras, isso trouxe muita qualidade para nossa construção política. Além disso eu aprendi muito sobreo processo legislativo e da construção política também.

Entrevistador: Acredita que diante dos primeiros resultados, há ganhos em educação política entre os participantes?

Bella Gonçalves: Assim como na pergunta anterior, acho que todos nós que participamos do gabinetona crescemos muito politicamente, além disso o nosso modelo como é bem divulgado ele trouxe o debate da participação e da coletividade a tona, então nós acabamos educando politicamente muita gente de fora também sabe, da população em geral. Muita gente não conhecia nada sobre politica e começou a acompanhar o nosso mandato porque achou diferente e acabou se apaixonando por política.

Entrevistador: Percebe também resultados negativos? Quais?

Bella Gonçalves: Acho que não. Mas assim a gente tem as nossas brigas internas, os nossos arranca rabos, mas tudo é resolvido internamente. O que acontece as vezes é de uma pauta sobressair perante outras pois a pessoa que está defendendo essa pauta tem uma postura mais forte, isso pode acontecer, mas nós tentamos fazer o possível para balizar de modo isonômico todas as pautas defendidas pelas nossas muitas.

Entrevistador: Acredita que a adoção do modelo ajuda, atrapalha ou é indiferente para o crescimento das suas carreiras políticas?

Bella Gonçalves: Ah ajuda muito, basta ver o resultado da Áurea Carolina e da Andreia de Jesus. E agora se tudo der certo estamos planejando eleger 3 ou 4 vereadoras, ampliando ainda mais esse mandato incrível que é o do gabinetona.

APENDICE C – Transcrição da entrevista com a vereadora Cida Falabella, da Gabinetona

Entrevistador: Willian Quadros da Silva

Entrevistada: Cida Falabella, vereadora eleita pela cidade de Belo Horizonte e participante do

Mandato Coletivo Partidário Gabinetona

A entrevista foi realizada presencialmente no gabinete da vereadora, no dia 28 de março de 2019 e buscou compreender as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os resultados obtidos na adoção da estratégia de Mandato Coletivo Partidário para a vereança na cidade de Belo Horizonte / MG. Para tanto, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada com algumas perguntas pré-formuladas que conduziram a conversa e outras que foram elaboradas durante a entrevista.

MOTIVAÇÕES

Entrevistador: No âmbito das motivações, por que a adoção de um modelo de compartilhamento de mandato?

Cida Falabella: No caso das Muitas, o modelo do mandato ele é anterior ao mandato, é uma proposta que surge com o que a gente queria politicamente, a ideia de ocupar a politica, encantar as pessoas através da politica. É um modelo que surge da rua conectado aos movimentos sociais da cidade. Então assim, na própria campanha e no desejo, na proposta votou em uma votou em toda. Acho que o mandato ser coletivo é uma consequência de princípios que a gente pactuou lá atrás. Quando a gente dizia que votou em uma votou em todas, foi meio que uma decorrência que a gente chamasse os outros para o mandato, isso não estava predefinido essa possibilidade, mas foi algo muito orgânico, desde o inicio apareceu esse desejo. Seria ate incoerente da nossa parte se não fosse assim, a gente achava que conseguiria eleger uma mulher, acabamos elegendo duas. Então na verdade nós montamos a estrutura do gabinetona já pensamos nessa coletividade. Então isso pegou muito forte até mesmo na própria mídia. Então se for ver teve até alguns questionamentos dos partidos e até mesmo da própria esquerda, ah mas não existe isso de mandato coletivo, mas a gente queria mesmo inventar algo que não existisse. Agora, também logo que fomos eleitas nós fizemos oficinas populares na cidade para discutindo com sugestões da área de comunicação, da gestão, do funcionamento desse modelo, uma gabinetona full cheio de gente de todas as partes da cidade e muito diverso, com mulheres lésbicas, trans, negras, brancas, indígenas, multigeracional, enfim algo muito plural. Acho que isso foi tudo muito natural, muito orgânico. A relação das muitas hoje é para muito além de um partido politico.

Entrevistador: De quem foi a iniciativa para adoção desse modelo?

Cida Falabella: Eu não estou desde o inicio das muitas, mas eu sempre acompanhei esse debate sobre ocupar a politica, eu já conhecia varias pessoas do movimento e

acabei sendo convidada. Mas as muitas elas nascem primeiro dos movimentos de rua que estão ligadas ao movimento "Fora Lacerda" que era o ex-prefeito com suas politicas neoliberais. Essas pessoas que estavam em vários movimentos diferentes com objetivos sociais semelhantes começaram a se reunir e discutir como elas podiam ser mais efetivas no embate político e aí foi algo meio que natural, sem uma liderança específica, mas com um grupo pensando muito de forma alinhada e participar de uma eleição foi o meio mais expressivo que nós encontramos para atuar. Mas esse movimento nasceu muito antes das eleições, mais de um ano antes, realizando vários eventos, mesas de debates, reuniões públicas e acho que nasceu tudo de forma muito natural.

Entrevistador: Em que momento se deu a escolha pelo modelo? Antes, durante ou após as eleições? Por que neste momento?

Cida Falabella: Assim, o movimento nasceu bem antes das eleições, inclusive antes de sonharmos em sermos candidatas, ele nasceu como um movimento de luta política. Aí nas eleições nós tivemos essa ideia de candidatura coletiva, aonde uma pedia voto para a outra, foram 12 candidatas com material coletivo, com assessorias coletivas e no fim elegemos duas mulheres, eu e a Áurea. Mas a ideia de fazer esse mandato coletivo ela surgiu logo após as eleições, porque seria até incoerente após uma campanha super coletiva o mandato não ser assim, então foi algo pós-eleitoral, mas muito natural, entretanto não houve nenhum acordo prévio para que isso acontecesse, foi decidido depois.

FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Entrevistador: Durante o período eleitoral, houve resistências à adoção do modelo?

Cida Falabella: Bom, são vários níveis. Dentro do partido, o partido costuma ler muito claramente qualquer organização que tem uma forma de agir e de pensar como uma corrente e a gente deixo desde o inicio bem claro que nós não éramos uma corrente dentro do PSOL, as muitas era um movimento para além do partido, para a cidade. Então dentro do partido houveram uns primeiros ruídos, mas nada grave, tudo foi contornado logo no inicio. O que mostra que esse modelo ele cumpriu com o nosso objetivo que era fazer uma política de um jeito diferente. Agora quanto ao eleitorado, muito pelo contrário, não houveram resistências até porque se for ver as nossas votações foram muito boas e a gente pode mostrar para as pessoas que a politica não é uma coisa chata, uma coisa quadrada e que era possível fazer diferente. Agora quanto a outros partidos políticos ou ate mesmo outros políticos eu não diria nem resistência, eu diria apenas descrédito, pois nenhum acreditava que nós conseguíssemos fazer essa campanha com sucesso e quanto mais com uma votação tão expressiva, tu vê a Aurea foi a vereadora mais votada de BH. E o mais engraçado é que esse descrédito vinha até mesmo do PSOL, o pessoal do Freixo teve aqui em BH durante as eleições e a gente via eles falando, nossa a campanha delas é legal demais, mas coitadas não vão chegar a lugar nenhum, isso não vai dar certo. A ideia que as pessoas tinham é que era muito legal, que era emocionante, que era maravilhoso e que a gente não iria emplacar, essa que era a ideia. Com o resultado a gente vê positivamente que a gente encontrou uma ressonância um desejo muito diferente. Mas é importante dizer que os modelos eles não são para ser reproduzidos

automaticamente, os modelos são uma inspiração de principio, é um material moldável, porque você tem as especificidades de cada cidade, de cada perfil de eleitor, enfim varias coisas podem influenciar. O legal é que a gente não entende o gabinetona como um modelo único, mas como uma inspiração para outros modelos surgirem.

Entrevistador: Como é a relação com o partido político perante esta escolha?

Cida Falabella: O movimento Muitas surge separado do partido, com a ideia de ocupar a politica, inspirado inclusive em outras experiências na Europa e na américa latina, em que a realidade de partido é outra, como candidaturas independentes. Mas nós escolhemos o pessoal, porque dentro dessa logica partidária que é obrigatória na política brasileira o PSOL foi o que mais tinha convergência com as nossas causas e também com o modelo que nós propomos de política coletivista.

Entrevistador: Se o partido político exige uma postura específica em uma votação, como fazer?

Cida Falabella: O partido nunca exigiu nada no âmbito legislativo de nós, até porque eles sabem que nós somos a principal força política hoje dentro do partido. Mas assim como já falei a gente sempre busca o dialogo mesmo que seja difícil, mas de modo geral nós temos muita autonomia, até porque nossas lutas são muito convergentes com as lutas do próprio partido.

Entrevistador: Existem regras/critérios mínimos para a escolha dos coparlamentares?

Cida Falabella: Não tinha uma regra especifica, a única coisa que nós procuramos foi tentar trazer o máximo de diversidade possível e aí quem se envolveu com mais afinco acabou sendo integrado no grupo que veio a participar das eleições.

RISCOS

Entrevistador: Quais os riscos envolvidos que você enxerga na adoção do modelo?

Cida Falabella: Eu não acho que existam riscos graves. O risco que existe e que é muito pequeno no meu ver é o modelo não dar certo e a gente brigar, ou a população não gostar do modelo proposto e ele se acabar nas próximas eleições. Mas se tu avaliares pela votação das deputadas, você vai ver que muito pelo contrario, a população abraçou a nossa causa com entusiasmo.

Entrevistador: Em qual momento é permitida a inscrição no Mandato Coletivo?

Cida Falabella: No nosso caso o mandato é coletivo com as pessoas que foram candidatas conosco, então para ser um membro com poderes aqui dentro a pessoa precisa ser candidata conosco. Obviamente nós temos assessorias que não foram candidatas, que vieram de fora, e essas pessoas também tem voz, também se posicionam, mas a decisão final é sempre das nossas Muitas.

Entrevistador: Existe a possibilidade de grupos de interesse específicos tomarem-se maioria no grupo e de certa forma tomarem o mandato? Como você lida com isso?

Cida Falabella: Impossível, pois nós somos um grupo fechado e para fazer parte você precisa fazer parte das nossas lutas, então isso não tem chance de acontecer.

Entrevistador: Como você reage quando uma decisão claramente ruim e/ou ilegal é a maioria no processo deliberativo?

Cida Falabella: Olha, eu não me lembro de isso ter acontecido, mas tudo é uma questão de perspectiva, ruim para quem? Pois nós só saímos daqui para uma votação com um consenso na mão e então se nós temos um consenso é porque a decisão é boa para todos, então acho difícil alguém ficar insatisfeito com um posicionamento nosso, pelo menos não entre o grupo.

Entrevistador: Se houver uma briga no grupo, o representante eleito pode destituir o restante do grupo? Como isso é previsto? Há algum contrato?

Cida Falabella: Olha, para nós é difícil responder essa pergunta. Porque a gente está num momento de tanta disputa e de tanta intriga que a primeira coisa que as pessoas nos perguntavam era se nós brigávamos? Mas o que existe eu acho é o acolhimento dos problemas de uma maneira amorosa. Isso tudo porque a gente entende que isso aqui é algo passageiro, eu não sou vereadora, eu estou vereadora, eu estou aqui apenas de passagem, eu não sei nem se serei candidata em 2020. Então esse negócio de expulsar é complicado, quando temos uma briga interna, nós discutimos aqui e resolvemos internamente, nunca nos passou pela cabeça ter que expulsar alguém do mandato. O que acontece e pode acontecer a qualquer momento é alguém não querer mais estar no projeto, pois aqui é um local de muito trabalho, de muita exigência, aqui a gente se entrega de verdade, então é muito puxado, mas expulsar alguém eu acho algo impossível, porque aqui tem esse negócio de um cuidar do outro sabe? Mas nós não temos nenhum combinado sobre isso de expulsão.

CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO

Entrevistador: Qual o tamanho do Mandato? (numero de coparlamentares)

Cida Falabella: Eram 14 no movimento, mas foram 12 pessoas que foram candidatas, e no fim nós abrigamos 10 aqui no gabinete pois duas não quiseram participar em função das suas vidas particulares. Mas agora com o mandato de deputada estadual e federal da Andreia e da Áurea esse número vai aumentar consideravelmente, até porque nós tivemos novas candidaturas a deputadas que não tinham sido a vereadoras.

Entrevistador: Como funciona o processo decisório no mandato? (deliberativo, por votação individual ou misto)

Cida Falabella: A gente funciona por núcleos de trabalho, e esses núcleos tem seus trabalhos duros segmentados por eixos temáticos. Dentro dos eixos nós temos os nossos projetos e nossas orientações e nós vamos amadurecendo isso e aí cada

pessoa do grupo é responsável por um tema e traz as suas percepções sobre os projetos. Então em cima do relatório do responsável do eixo nós discutimos exaustivamente, cada mínimo detalhe inclusive, e chegamos em um ponto em comum. Então aqui no Gabinetona não existe votação, se preciso for nós vamos discutir os temas exaustivamente até esgotar o assunto e alcançar o consenso. E muitas vezes isso acontece, como foi no caso de um projeto de lei que envolvia os carroceiros. Nesse aso havia muito debate entre a questão ambiental e social e estava muito difícil chegar num consenso, então nós chamamos aqui diferentes carroceiros e ambientalistas para discutirmos juntos e chegarmos num mínimo denominador comum. E deu certo, no fim o próprio autor da lei que era outro vereador de fora participou e acabou alterando o projeto de lei diante do debate que fizemos aqui dentro. Então esse é um valor muito forte nosso, o da construção do consenso, nós não vamos para plenária nunca em dúvida e como é um grupo não tão grande de covereadores fica mais fácil também a construção desse consenso. E as vezes acontece também de nós nos abstermos em uma votação em primeiro turno pois o assunto ainda não estava bem definido dentro do nosso grupo, por mais que o vereador tenha uma percepção a decisão ele só toma depois de construído o consenso. Por enquanto isso está funcionando bem.

Entrevistador: Como é a distribuição de poder no mandato?

Cida Falabella: Todos temos direitos iguais no mandato, mas lembrando que nós não votamos nada, nós só criamos um posicionamento depois que o consenso existe.

Entrevistador: Como é a extensão de poder dos coparlamentares? (A construção de projetos de lei também é compartilhada? O papel de fiscal do poder executivo também é compartilhado? Quais temas são passíveis de participação? O gabinete também é compartilhado? E as emendas impositivas? E a contratação dos funcionários? Recursos humanos e materiais do gabinete?)

Cida Falabella: Todas as funções de gabinete como pautas de plenária, construção de projetos de lei, fiscalização do poder executivo. Os funcionários são os próprios candidatos.

Entrevistador: Os benefícios também são divididos? (tais como salários, auxílios, espaço na mídia, etc.)

Cida Falabella: Salário não, mas tentamos manter uma isonomia entre os salários e as funções. O espaço na mídia sim na medida do possível.

Entrevistador: Quais os mecanismos de interação envolvidos no Mandato? (reuniões presenciais, reuniões online, aplicativo, redes sociais, sites, etc.)

Cida Falabella: Reuniões presenciais preferencialmente. Raramente nós utilizamos algumas reuniões online. Porém agora com essa ideia de gabinetona expandida com as deputadas, nós vamos estar em quase 100 pessoas, aí reuniões presenciais vão ficar um pouco mais difíceis, nós teremos que segmentar cada vez mais em núcleos decisórios.

RESULTADOS

Entrevistador: Como você percebe a aceitação/rejeição do modelo pela população em geral?

Cida Falabella: Bom, sempre tem quem vá criticar, mas o que a gente sente é que nos conseguimos ter um dialogo tão forte com os movimentos sociais e isso trouxe um sucesso muito grande para o nosso mandato. Mas sempre tem aquelas pessoas que acham que nós podemos fazer tudo, o que não é verdade, pois boa parte das reivindicações elas tem que ser respondidas pelo executivo, então algumas vezes tem pessoas que criticam e acham que o gabinetona não funciona, mas isso tudo tá sendo um grande exercício de educação política que nós estamos fazendo, de mostrar para as pessoas o que nós podemos fazer e como nós estamos fazendo isso coletivamente, e isso as pessoas tem gostado muito, pois elas veem as nossas lutas e principalmente a nossa sintonia de trabalho no gabinetona. Além disso a própria mídia nos dá muito destaque, porque nós somos um modelo diferente de fazer política e isso faz com que as pessoas passem a nos conhecer cada vez mais. E como resultado disso é só olhar a votação da Áurea para deputada federal, que foi a 5ª mais votada do estado de Minas.

Entrevistador: Entre o começo do mandato e hoje, você percebe melhora na qualidade dos debates no Mandato Coletivo?

Cida Falabella: Ah com certeza, a gente costuma falar que a gente foi pilotar o avião e aprendeu a pilotar com ele no ar. Isso tudo foi muito novo para todos nós porque ninguém era da política institucionalizada antes. Então nós fizemos cursos, nós fizemos muitas reuniões de alinhamento de lutas.

Entrevistador: Acredita que diante dos primeiros resultados, há ganhos em educação política entre os participantes?

Cida Falabella: Há sem dúvidas, é um aprendizado absurdo, nós aprendemos diariamente uma com as outras, mas também com a vivencia da câmara, por exemplo como funciona um tramite legislativo, como se obstrui, como se vota, como se posiciona, como se constrói uma narrativa. Tudo isso foi muito novo para a gente.

Entrevistador: Percebe também resultados negativos? Quais?

Cida Falabella: O resultado negativo que eu consigo perceber é que por sermos um gabinete único e com muita gente que foi candidata e duas que se elegeram, as pessoas tem uma cobrança conosco muito maior do que com qualquer parlamentar, até porque as pessoas centralizam a cobrança no gabinetona, mas nem que fôssemos quatro ou cinco vereadoras nós daríamos conta de atender tudo que nos cobram, então acho que a questão da cobrança exagerada com os nosso gabinete atrapalha um pouco.

E outro resultado negativo, mas que não é diretamente relacionado ao modelo de mandato coletivo, mas sim pelo nosso posicionamento de esquerda, que é os ataques dos bolsominions que nos perturbam diariamente, falam mentiras, ofendem a nossa honra e tentam nos desmobilizar diariamente.

Entrevistador: Acredita que a adoção do modelo ajuda, atrapalha ou é indiferente para o crescimento de sua carreira política?

Cida Falabella: Então, aqui nós não enxergamos como políticos de carreira, acho que nós nunca pensamos a política com ego, com pretensões de poder, aqui nós pensamos apenas em fazer acontecer as pautas que nós acreditamos. Então assim, sem dúvida que ajuda para uma possível carreira política, mas é uma consequência não planejada, até porque eu estou aqui de passagem e nem sei se serei candidata novamente em 2020. E o legal é que isso é para todos, pois nos tentamos dividir os espaços entre todos, seja espaço na mídia, seja presença em eventos, em reuniões, ou seja todo mundo aqui trabalha como se fossem vereadores e o que cada um faz ou fala nesses espaços é em nome do mandato.

Entrevistador: Você percebe que o compartilhamento de mandato lhe gerou uma melhora na qualidade das decisões, dos projetos elaborados e da accountability do mandato?

Cida Falabella: O que eu posso dizer é que em dois anos o aprendizado que a gente teve aqui é para além do imaginar, porque a gente tem uma entrega muito grande aqui, então nós criamos muito compromisso com as nossas lutas, com a transparência, com as pessoas e tudo isso fez com que hoje nós estejamos muito mais preparadas do que em janeiro de 2017, então sem dúvidas esse modelo nos ajudou muito, pois a cada momento que uma pessoa melhora dentro do gabinete, todos melhoram, esse crescimento também é coletivo.

APENDICE D – Transcrição da entrevista com o vereador Ricardo Antonello, do Mandato Compartilhado

Entrevistador: Willian Quadros da Silva

Entrevistado: Ricardo Antonello, vereador eleito pela cidade de Joaçaba / SC e implementador

de Mandato Compartilhado.

A entrevista foi realizada presencialmente no gabinete da vereador, no dia 13 de abril de 2019 e buscou compreender as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os resultados obtidos na adoção da estratégia de Mandato Compartilhado para a vereança na cidade de Joaçaba / SC. Para tanto, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada com algumas perguntas pré-formuladas que conduziram a conversa e outras que foram elaboradas durante a entrevista.

MOTIVAÇÕES

Entrevistador: No âmbito das motivações, por que a adoção de um modelo de compartilhamento de mandato?

Ricardo Antonello: Bom, no meu caso eu sempre ouvi falar que a politica é um negocio muito sujo e que você obviamente tem que entrar num partido para poder se candidatar e que os caciques do partido vão mandar em você, pois você é um cara jovem e entrou lá agora e você não vai ter como ter voz dentro do partido e terá que entrar no jogo deles. Então quando fui ser candidato eu comecei a pensar como que eu podia me proteger, e ai eu conheci a professora Eliani Filippini aqui da UNOESC e ela disse, olha vê o que que o Leonardo lá da Udesc fez e está fazendo no modelo de Mandato Compartilhado. E aí eu achei muito interessante, na verdade eu já pensava em fazer alguma coisa semelhante antes, como sou do setor de T.I. eu já tinha pensado até em desenvolver alguns aplicativos para votações online e para engajar a população nas votações da cidade, para fazer uma espécie de mecanismo de votação para que a população pudesse influenciar nos votos dos vereadores da cidade. Aí quando eu conheci o Mandato Compartilhado, proposto pelo Leo, caiu como uma luva para mim, assim eu tinha uma carta na manga para garantir que eu não seria mandado pelo partido, até porque o meu voto não seria meu. E além disso eu acredito que esse é o jeito certo de fazer política sabe? Compartilhar o poder é uma coisa que ninguém quer fazer, mas eu acho que é o jeito certo a se fazer. Hoje a democracia direta digital já te dá instrumentos para fazer isso, então por que não fazer? Por que ficar ainda naquele modelo retrógrado de a cada 4 anosa população votar e nunca mais ver o político?

Entrevistador: De quem foi a iniciativa para adoção desse modelo?

Ricardo Antonello: A sugestão foi da professora Eliane Filippini e eu abracei a causa. Inicialmente eu usei o grupo do whatsapp, que eu uso até hoje, na verdade eu ainda não consegui desenvolver um aplicativo específico para isso, mas também não surgiu

a necessidade pois o whatsapp tem suprido bem a nossa necessidade no grupo que é de 107 pessoas.

Entrevistador: Em que momento se deu a escolha pelo modelo? Antes, durante ou após as eleições? Por que neste momento?

Ricardo Antonello: Foi antes, inclusive essa foi minha principal bandeira de campanha. Mas eu não montei nenhum tipo de estatuto, ou regramento, eu simplesmente propus um modelo e as pessoas acreditaram na minha palavra e tem funcionado bem assim. Agora é claro eu tenho minha palavra, minha honra, eu prometi que todas as nossas decisões seriam do grupo e eu tenho cumprido isso a risca desde o inicio do mandato.

FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Entrevistador: Durante o período eleitoral, houve resistências à adoção do modelo?

Ricardo Antonello: De partidos e de políticos não, até porque ninguém acreditava que eu iria me eleger, na verdade foi uma grande surpresa a minha eleição. Dos eleitores também não, todo mundo achava bacana a ideia. Muita gente inclusive até achava uma ideia excelente, mas não queria participar do grupo por não ter tempo, mas queria ver esse modelo funcionando.

Entrevistador: Quais foram as principais dificuldades enfrentadas na implementação do Mandato Compartilhado?

Ricardo Antonello: Hoje nós somos 107 covereadores, antes nós éramos 110, mas três optaram em sair por divergência com algumas decisões que foram tomadas pela maioria.

A maior dificuldade é tentar manter um debate de qualidade, porque assim existem pessoas de alto nível intelectual e outras bem mais simples no grupo, então tem muita gente que acaba só querendo reclamar e criando caos ao invés de debater os projetos de lei. A gente está sempre tentando moderar o grupo, mas muitas vezes sai do controle, esse é um problema de não ter uma ferramenta específica para o Mandato Compartilhado, mas no geral o Whatsapp tem dado para o gasto.

Outro problema é que muitas pessoas querem aproveitar o espaço para ficar fazendo pressão por interesses pessoais, como por exemplo querendo asfalto na sua rua e as pessoas demoram a entender que o grupo não é para isso, o grupo é para decisões de interesse coletivo.

Teve um momento do mandato também que foi bastante desgastante que foi quando o nosso grupo decidiu por votar contra o aumento salarial dos servidores municipais e eu encampei a decisão do grupo. Foi bem complicado pois eu recebi muitos ataques pessoais dos servidores, inclusive recebi ameaças na minha casa, então foi um momento bastante tenso que eu não esperava que ocorresse. Talvez se eu não usasse o mandato compartilhado eu até não votasse contra pensando em todo esse desgaste que eu sofreria a toa, até porque a lei foi aprovada e só eu votei contra, mas pensando como cidadão eu vejo como o Mandato Compartilhado é importante nesses casos, afinal foi o cidadão que decidiu o meu voto e não tem mais volta.

Entrevistador: Como é a relação com o partido político perante esta escolha?

Ricardo Antonello: É ótima porque o partido me dá autonomia para isso, na verdade aquela preocupação inicial de que o partido tentaria mandar em mim nunca se concretizou, até porque eu deixem bem claro para eles quando eu fui convidado a ser candidato que eu iria utilizar tal plataforma de mandato. Até no começo teve algumas rusgas, mas que logo foram superadas, pois o partido também queria ser ouvido para que eu tomasse as decisões, mas logo eles entenderam como funcionava o nosso modelo e tudo ficou tranquilo. Mas o importante é ser transparente e deixar tudo bem claro para o partido desde o principio. Inclusive em determinado momento do mandato eu até deixei em aberto caso o partido não gostasse do meu modelo que se quisesse poderia me expulsar e solicitar o meu mandato, mas eles logo perceberam o impacto que isso causaria na população que abraçou a causa do Mandato Compartilhado. Mas assim pela minha experiência nesses dois anos eu percebo que em cidade

Mas assim pela minha experiência nesses dois anos eu percebo que em cidade pequena não existe muito isso de duas ou três pessoas mandarem no partido e todo mundo tem que obedecer, aqui pelo menos não existe isso, todo mundo se conhece, se conversa e as coisas acontecem numa boa.

E é legal perceber que em determinado momento o modelo de Mandato Compartilhado ficou muito maior do que a legenda partidária, as pessoas não me conhecem como vereador do PR, me conhecem como vereador do Mandato Compartilhado, então o Mandato Compartilhado virou algo superior ao próprio partido.

Entrevistador: Se o partido político exige uma postura específica em uma votação, como fazer?

Ricardo Antonello: Nunca aconteceu até hoje em dois anos e meio de mandato. Mas só porque foi tudo muito bem alinhado antes, até porque eu deixei bem claro que não iria indicar ninguém para compor cota de partido ou qualquer coisa parecida, então para mim quando o acordo é claro, não tem distorção.

Entrevistador: Existem regras ou critérios mínimos para a escolha dos coparlamentares?

Ricardo Antonello: Na verdade eu usei um filtro, não muito metodológico, que foi eu convidar as pessoas que eu achava interessante ter no mandato compartilhado, mas nada impedia que outras pessoas que eu sequer conhecia me procurassem para me ajudar na campanha e se tornarem covereadores, então não teve assim um controle muito rígido, basicamente todo mundo que se engajou na campanha eleitoral virou covereador, até porque em uma cidade pequena, todo mundo acaba se conhecendo e você consegue ter uma noção geral da índole e do preparo das pessoas.

RISCOS

Entrevistador: Quais os riscos envolvidos que você enxerga na adoção do modelo?

Ricardo Antonello: O risco de você ter que comprar umas brigas que não faz sentido você ter que comprar, que o município nem ganha com isso pois você já é voto vencido e aí você desgasta o seu nome em detrimento de uma vontade da maioria do seu grupo. Foi o caso da votação do aumento dos servidores, em que eu fui amplamente

massacrado pelos servidores municipais, inclusive sendo ameaçada a minha integridade física, pois o meu grupo entendia que o correto naquele momento era não ter aumento salarial.

Então se for parar para analisar friamente, a gente pode acabar tomando decisões ruins, ou populistas, pois na verdade a nossa decisão é feita pela massa, então a preocupação é sempre tentar instruir o grupo o máximo possível, mas nós estamos sempre suscetíveis a decisões ruins, pois muitas vezes quem está de fora do cenário político não consegue entender bem o motivo e os resultados de determinados projetos, então os riscos são basicamente estes.

Entrevistador: Existe a possibilidade de grupos de interesse específicos tomarem-se maioria no grupo e de certa forma tomarem o mandato? Como você lida com isso?

Ricardo Antonello: Na verdade não, pois nós só aceitamos a inscrição de covereadores durante o período eleitoral, então só entrou no grupo quem deu a cara a tapa e ajudou a construir a nossa eleição, então essa foi uma preocupação que eu tive lá atrás já de só aceitar quem de fato se engajasse na campanha, assim seria uma via de duas mãos, numa relação de ganha-ganha, deste modo também não haveria possibilidade de grupos de interesse tornarem-se maioria no grupo, até porque em cidade pequena todo mundo se conhece e quaisquer movimentos de grupos organizados todo mundo percebe.

Entrevistador: Como você reage quando uma decisão claramente ruim e/ou ilegal é a maioria no processo deliberativo?

Ricardo Antonello: Nesses casos é uma questão de experiência, como nós passamos por alguns motivos de muita divergência entre os participantes do grupo, alguma vezes até sem chegar em um resultado muito interessante, nós passamos a estudar melhor os projetos e estruturar melhor os relatórios para que os participantes do grupo compreendessem melhor o que estão votando, quais resultados isso produz, quem é impactado pelas decisões, etc. Então essa é uma forma de tentar minimizar as decisões ruins que possam acontecer, mas nada impede ainda que isso aconteça outras vezes, o importante é compreender os motivos da maioria e respeitar a decisão do grupo, só assim eu estarei sendo coerente com o meu propósito, agora é claro a gente sempre tenta fazer o melhor para que as decisões coletivas sejam coerentes.

Entrevistador: Há mecanismos de expulsão no mandato?

Ricardo Antonello: Não pensei e até hoje não senti necessidade disso. Até já aconteceu algumas discussões dentro do grupo que nada tinham a ver com o mandato compartilhado como na época das eleições presidenciais tinham os pró e os contra Bolsonaro, e foram momentos de muita tensão, então eu tentava mediar o máximo possível, mas as vezes saia do controle. Mas na verdade a conversa sempre foi o melhor remédio, até hoje nunca precisamos expulsar ninguém.

CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO

Entrevistador: Como funciona o processo decisório no mandato? (deliberativo, por votação individual ou misto)

Ricardo Antonello: A cada bloco de sessões que acontece de 15 em 15 dias, sempre tem aí oito a dez leis para serem votadas. Então tem algumas leis que são muito simples e corriqueiras, que a princípio nós sabemos que está tudo ok, então para facilitar e tornar o processo menos burocrático eu desenvolvi um método que tem funcionado bem. Sempre alguns dias antes das sessões eu faço um vídeo gravado ao vivo no facebook em que eu explico cada uma das leis que está pauta na câmera e me posiciono quanto a cada uma delas, seja positiva ou negativamente e detalhando os motivos e particularidades de cada projeto. Depois eu pego o link desse vídeo que foi feito ao vivo no facebook e jogo no grupo do mandato compartilhado e peço para que o pessoal assista e se posicione se concordam no todo ou discordam de algum dos projetos de lei nos quais eu me posicionei. Então na maioria das vezes como são projetos muito simples acabam sendo aprovados em bloco pelo grupo, agora quando tem alguma polêmica, se apenas uma pessoa discordar, aí nós abrimos para discussão no grupo e tentamos construir um consenso ou posicionamento único. Caso não seja possível alcançar o consenso, aí nós acabamos por votar individualmente.

Entrevistador: Como é a distribuição de poder no mandato?

Ricardo Antonello: O peso é igual para todos, inclusive para mim.

Entrevistador: Como é a extensão de poder dos coparlamentares? (A construção de projetos de lei também é compartilhada? O papel de fiscal do poder executivo também é compartilhado? Quais temas são passíveis de participação? O gabinete também é compartilhado? E as emendas impositivas? E a contratação dos funcionários? Recursos humanos e materiais do gabinete?)

Ricardo Antonello: Todos os projetos eu coloco para manifestação do grupo né, seja em bloco ou individualmente nos casos polêmicos. Mas os covereadores tem total liberdade para apresentarem também projetos de lei, inclusive nós já temos três leis aprovadas que foram criadas por covereadores. A ideia é no final que cada um seja um pouquinho vereador, sinta que esse mandato também lhe pertence, assim nós conseguimos gerar mais engajamento e mostrar para as pessoas que é possível fazer uma política diferente. Mas no mais, tudo que um vereador faz, um covereador pode fazer, seja legislar, votar, fiscalizar, a única diferença é que a responsabilidade legal sob o mandato está comigo.

Entrevistador: Os benefícios também são divididos? (tais como salários, auxílios, espaço na mídia, etc.)

Ricardo Antonello: Não, os benefícios não teriam como ser dividido até porque não ficaria quase nada por pessoa.

Entrevistador: Quais os mecanismos de interação envolvidos no Mandato? (reuniões presenciais, reuniões online, aplicativo, redes sociais, sites, etc.)

Ricardo Antonello: O mecanismo de interação para tomada de decisões hoje é o Whatsapp, quem sabe um dia eu consiga implementar um aplicativo especifico para isso. Além disso nós usamos muito também as transmissões ao vivo pelo facebook

como forma de ampliação do debate fora das linhas do mandato compartilhado. Mas decisões mesmo são tomadas no grupo do whatsapp.

RESULTADOS

Entrevistador: Como você percebe a aceitação ou rejeição do modelo pela população em geral?

Ricardo Antonello: É muito positivo pois para quem faz parte do grupo se sente responsável pelo mandato, existe um sentimento de pertencimento muito grande sabe, eu já ouvi palavras de covereadores dizendo que tem orgulho de fazer parte desse grupo.

Mas também tem o lado negativo, teve umas duas ou três pessoas que me falaram que votaram em mim sem saber do mandato compartilhado e que não acham certo que outras pessoas tomem a decisão por mim, pois elas teriam votado em mim e não nos covereadores. É uma forma de pensar, mas por outro lado eles também poderiam ter se tornado covereadores e ter exercido poder de decisão no meu mandato, então vai da vontade de cada uma fazer parte, se envolver.

Entrevistador: Entre o começo do mandato e hoje, você percebe melhora na qualidade dos debates no Mandato Compartilhado?

Ricardo Antonello: Olha, eu acho que não, eu acho que está igual na verdade. As pessoas parecem que estão movidas por sentimentos bastante radicais nos últimos tempos, então tem varias influencias por trás, mas no geral acredito que o debate está muito parecido com o começo do mandato.

Entrevistador: Acredita que diante dos primeiros resultados, há ganhos em educação política entre os participantes?

Ricardo Antonello: Acho que entre as pessoas que já debatiam em alto nível melhoraram, ficaram ainda mais politizadas e se envolveram mais, mas as pessoas que só davam as caras para reclamar do buraco na rua, do bueiro entupido, essas continuam apenas a reclamar e pouco se envolvem com a comunidade. Então de certa forma houve algum ganho em educação política, mas entre os mais politizados. Talvez possa ter sido algum erro da metodologia que eu esteja usando, pois eu esperava que o modelo fosse gerar um pouco mais de consciência política nas pessoas, principalmente nas menos instruídas.

Entrevistador: Percebe também resultados negativos? Quais?

Ricardo Antonello: Não, negativo não, eu acho que eu faria tudo de novo, embora tivéssemos tido alguns momentos conturbados durante as discussões, bem como um desgaste físico e mental muito maior para fazer rodar esse modelo, u ainda acredito que o resultado é muito positivo e que esse é sim o modelo ideal de política, pelo menos para a representação parlamentar.

Entrevistador: Acredita que a adoção do modelo ajuda, atrapalha ou é indiferente para o crescimento de sua carreira política?

Ricardo Antonello: Ah assim veja, eu não tenho muita pretensão de carreira política, na verdade eu quero acabar o mandato e seguir a minha vida. Eu acredito que essa experiência foi para que eu pudesse dar a minha contribuição para a sociedade, mas eu nunca pensei em carreira política, aliás eu nem quero, hoje eu quero apenas acabar o meu mandato com louvor e voltar para o mercado privado. Mas assim, o modelo que nós montamos aqui deu muita repercussão na cidade e até em cidades vizinhas, então hoje eu quero preparar outras pessoas que eu confio para seguirem nesse projeto de mudança na política local, usando o Mandato Compartilhado. Então assim, se eu tivesse uma carreira política eu não tenho dúvidas que o modelo me ajudaria e muito, tanto é que muita gente está até me cotando ou me pedindo para ser candidato a prefeito, mas não é minha vontade não.

Entrevistador: Você percebe que o compartilhamento de mandato lhe gerou uma melhora na qualidade das decisões, dos projetos elaborados e da accountability do mandato?

Ricardo Antonello: Não tem como não ter gerado. Pois para você exercer um Mandato Compartilhado você precisa ser muito transparente, e não apenas em divulgar os resultados, gastos, etc., mas ser transparente com o processo como um todo, como cada decisão foi construída, porque uma decisão foi construída de tal forma. Então para isso eu acabei construindo um blog que eu explico tudo, cada passo, de cada decisão e tudo que acontece na Câmara de Vereadores. Além disso, eu cresci muito com parlamentar por utilizar o mandato compartilhado, pois a gente conversa muito, principalmente quando tem decisões mais polemicas, e muitas vezes esses debates mudam inclusive minha forma de pensar, trazem um novo ponto de vista, então isso é muito interessante, porque é uma aprendizagem contínua e a gente acaba ficando a cada semana melhor, mais preparado. Eu duvido que outros parlamentares consigam absorver tantos pontos de vista e realizar tantos debates quanto nós conseguimos, então o nosso leque de visão macro é muito maior, isso acaba direcionando o nosso mindset para decisões melhor embasadas. Então no geral eu acho que melhorou e muito.

APENDICE E – Transcrição da entrevista com o vereador João Yuji e a covereadora Laryssa Galantini, do Mandato Coletivo de Alto Paraíso de Goiás

Entrevistador: Willian Quadros da Silva

Entrevistados: João Yuji, parlamentar eleito para a vereança no Mandato Coletivo de Alto

Paraíso de Goiás e Laryssa Galantini, covereadora do Mandato Coletivo.

A entrevista foi realizada por Skype com os dois entrevistados ao mesmo tempo, no dia 20 de abril de 2019 e buscou compreender as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os resultados obtidos na adoção da estratégia de Mandato Coletivo para a vereança na cidade de Alto Paraíso de Goiás / GO. Para tanto, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada com algumas perguntas pré-formuladas que conduziram a conversa e outras que foram elaboradas durante a entrevista.

MOTIVAÇÕES

Entrevistador: No âmbito das motivações, por que a adoção de um modelo de compartilhamento de mandato?

João Yuji: Esse formato surgiu de um grupo de São Paulo chamado movimento Ecofederalista. Esse movimento ecofederalista foi fundado por mim e mais um grupo de amigos da época de escola, muito parecido com o Prudom, o eco vem de agroecologia da parte de descentralização da economia, e federalista da questão de descentralização política, não se caracterizando nem a esquerda e nem a direita, é descentralização tanto do âmbito politico que seria mais a direita, como do econômico que seria mais a esquerda. A ideia era pegar o bom de cada lado. A gente tinha feito uma PEC para descentralizar a competência para legislar, ou seja, era tirar as competências da união e transferi-las para os estados e municípios. Aí assim, a gente tinha esse objetivo politico da descentralização e o mandato coletivo surgiu como uma estratégia dentro do movimento para levar essa pauta para as instâncias politicas. Então a gente criou três formatos diferentes de Mandatos Coletivos, sendo um para cidades pequenas, que nós conseguimos implantar aqui em Alto Paraíso de Goiás, outro para cidades médias e um para cidades de grande porte, sem considerar num primeiro momento candidaturas a nível estadual ou federal, até porque nós tínhamos que primeiro testar e validar o modelo, mas quem sabe num futuro próximo nós lançamos candidatura a deputado. Mas e então eu trouxe esse modelo de São Paulo, eu acabei conhecendo algumas pessoas aqui e então nós montamos a candidatura do Mandato Coletivo aqui em 2016.

Entrevistador: De quem foi a iniciativa para adoção desse modelo?

João Yuji: A iniciativa foi minha, porque eu que ajudei a criar esse modelo quando eu estava em São Paulo. Mas as pessoas que compuseram o mandato eu que convidei, pois todos nós já nos conhecíamos, somos todos amigos, então já tinha uma afinidade.

Entrevistador: Em que momento se deu a escolha pelo modelo? Antes, durante ou após as eleições? Por que neste momento?

João Yuji: O modelo eu trouxe pronto do movimento Ecofederalista, mas a escolha pelo modelo se deu bem antes das eleições, quando nós decidimos montar o grupo aqui ainda estávamos há pelo menos uns oito meses do período eleitoral, então tivemos bastante tempo para estudar e sugerir alterações no modelo antes mesmo de ir para a campanha eleitoral.

FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Entrevistador: Durante o período eleitoral, houve resistências à adoção do modelo?

João Yuji: No período eleitoral foi tranquilo, o meio político não via assim como ameaça, afinal eles não botavam muita fé que a gente fosse se eleger, e que caso eleito essa nossa ideia fosse dar certo. Mas o eleitorado recebeu muito bem, tanto que nós ganhamos e muito bem votados. Mas depois de eleito aí a resistência foi muito grande por parte dos políticos. Nós não podíamos nem falar em mandato coletivo que eles já ficavam bravos, diziam que isso não existia, que é contra o regimento da câmara, que o modelo era ilegal, chegando ao ponto de proibirem constar em ata o uso da palavra mandato coletivo, que acabou virando posição oficial da câmara, de que não existe mandato coletivo, inclusive publicizando isso em jornais e redes sociais, tentando sempre descredibilizar o nosso mandato, foi uma perseguição bastante grande assim, mas que nos mostrou como nós éramos fortes e estávamos incomodando a classe política tradicional e isso foi muito importante para o nosso movimento.

Entrevistador: Quais foram as principais dificuldades enfrentadas na implementação do Mandato Coletivo?

Laryssa Galantini: Eu acredito que a grande dificuldade é manter o grupo coeso, unido o tempo todo, sabe? Primeiro porque nós somos muito diferentes uns dos outros, tem integrantes mais a esquerda, outros de centro e outros mais a direita, temos integrantes liberais e conservadores, então assim, embora sejamos apenas cinco pessoas, há uma pluralidade muito grande no grupo, e isso influencia diretamente nas nossas discussões. Então em alguns temas mais polêmicos isso acaba gerando discussões mais ideológicas do que empíricas. Além disso uma outra dificuldade que nós enfrentamos é o cansaço físico e mental que esse projeto acaba exercendo. São muitas reuniões, muitas discussões, e cada um tem sua vida particular, seu trabalho fora, então acho que muitas vezes nós não estamos inteiros o suficiente para o projeto, mas a gente sempre tenta se renovar, tenta se manter coeso, mas é um exercício diário.

Entrevistador: Como é a relação com o partido político perante esta escolha?

João Yuji: Primeiro é bom explicar que nós somos anti partidários, ou seja, nós entendemos que a lógica de partidos hoje não nos representa, então no grupo somente eu sou filiado por uma obrigação que a nossa legislação nos impõe. Então exatamente

por isso o partido é um de certa forma um problema para a gente, pois alguns partidos não aceitam nosso modelo. Mas nós acabamos tendo uma aproximação muito bacana com a Deputada Federal Renata Abreu, do Podemos, que abraçou a ideia dos Mandatos Coletivos e inclusive está propondo aquela PEC que possibilita a existência de candidaturas coletivas, mas o problema é que a Renata é de São Paulo, e o Podemos aqui de Goiás é um partido bastante problemático, então por enquanto nós estamos abrigados no Podemos com o aval da Deputada Renata que faz parte da executiva nacional, mas nada garante que o partido não nos corte aqui em uma eventual próxima eleição, então nós temos muito receio do partido e de partidos políticos de modo geral. Resumindo a relação é conturbada.

Entrevistador: Se o partido político exige uma postura específica em uma votação, como fazer?

João Yuji: Na verdade o partido nunca impôs nada pois eles já sabiam desde antes das eleições que o nosso modelo era independente, então hoje eles não nos cobram nada, mas nós sabemos que há uma restrição, principalmente da executiva estadual, com o nosso modelo e principalmente esse negócio de candidatura independente. Mas a verdade é que se hoje o partido chegar e quiser impor qualquer decisão no nosso mandato, nós não iremos acatar nada, continuaremos com nosso trabalho coletivo e independente, e se quiser nos expulsar que expulsem, mas é sempre um risco de que corre.

Laryssa Galantini: Eu já acho que o que nos salva dentro de um partido político é que quando a gente se elegeu e começou o mandato, nós ficamos muito famosos, pois foi uma experiência totalmente nova no Brasil, nó saímos em tudo que é portal de mídia nacional, como G1, Exame, IstoÉ, e aí pro partido foi muito bom, foi um marketing gratuito de larga escala. Em contrapartida ficou muito mais difícil de eles nos cobrarem qualquer coisa que fosse diferente do acordado, que era independência total, então acho que o que nos salvou até então foi isso, nós viramos quase aquele funcionário que você não pode demitir, sabe?

Entrevistador: Existem regras ou critérios mínimos para a escolha dos coparlamentares?

João Yuji: A gente procurou na hora de formar o grupo pessoas que atuassem em áreas distintas e com formações distintas também. Mas nesse modelo que foi pensado no movimento ecofederalista, existiam três funções básicas que seriam advogado, contador e jornalista. Infelizmente o contador nós não conseguimos, mas em contrapartida tivemos pessoas no grupo que se empenharam em aprender para suprir essa necessidade. Então a nossa divisão hoje ficou bem focado nas áreas temáticas, como a Laryssa por exemplo que é bióloga e cuida da parte ambiental, cada um no grupo tem suas funções. A minha no caso, como sou advogado, é cuidar de toda a parte jurídica, mas também de dar os encaminhamentos políticos para os nossos projetos.

Entrevistador: Como foi a escolha do representante que iria ser o candidato? Por que ele?

Laryssa Galantini: Na verdade a escolha foi um processo bem natural, acho que não tinha nem muito o que se discutir, porque o João foi quem criou esse tudo, ele que trouxe a ideia, desenvolveu o método e depois nos convidou para esse projeto, então não teria nem porque não ser ele o candidato. É lógico que agora nós vamos ter um processo diferente para o próximo mandato, porque a ideia é que o João seja candidato a prefeito e que nós tenhamos mais uma vez um mandato coletivo na Câmara, então sem o João na candidatura proporcional nós teremos que escolher alguém e isso ainda vai ser discutido, mas devemos criar alguns critérios como engajamento e disponibilidade de tempo, até porque aquele que dá a cara a tapa na prática acaba com uma carga de trabalho um pouco maior.

RISCOS

Entrevistador: Quais os riscos envolvidos que você enxerga na adoção do modelo?

João Yuji: Ah existem alguns riscos intrínsecos ao modelo, como por exemplo a possibilidade de o grupo implodir em brigas ideológicas, afinal é um grupo extremamente plural, acho que esse é o maior risco. Um outro risco, é que se caso venha acontecer algo comigo, no caso com a minha vida, não existe previsão legal para continuidade do mandato, afinal segundo a legislação eleitoral os mandatos são individuais e nesse caso quem assumiria seria o 1º suplente da coligação.

Existe um outro risco que nós conseguimos sanar com o nosso contrato, que seria o caso de eu, como representante eleito, começar a votar por conta própria e ignorar o grupo. Porém com o nosso contrato eu poderia ser acionado civil com penalização por dano moral e criminalmente por estelionato, então o grupo tem total garantia de cumprimento do que foi acordado.

Laryssa Galantini: Eu acho que um outro risco bastante preocupante e que a gente só se deu conta depois do início do mandato que foi um pouco da perseguição dos outros políticos que não aceitavam o nosso mandato né, então para tentar inviabilizar a deliberação do João com o nosso grupo eles enviavam a pauta 10 minutos antes das sessões, era um absurdo, isso fez com que a gente tivesse que recorrer judicialmente e depois conseguimos aprovar um projeto de lei que a pauta tem que ser disponibilizada pelo menos um dia útil antes das sessões, mas foi um momento bastante crítico para nós aqui pois nossa atividade coletiva estava ficando totalmente inviável, isso durou uns dois meses.

Entrevistador: Em qual momento é permitida a inscrição no Mandato Coletivo?

Laryssa Galantini: Então, no nosso mandato foi um modelo mais fechado, onde o João criou o método e convidou as pessoas que confiava e acreditava que poderiam agregar mais ao projeto, então foi uma seleção muito estudada e que ocorreu bem antes das eleições. Agora o que pode ocorrer é o seguinte, nós tivemos uma baixa no mandato em função da saída do Ivan há cerca de um ano, e essa falta nos sobrecarregou ainda mais, então no começo nós não pensávamos em colocar alguém no lugar dele, até porque não seria justo com o eleitor que escolheu os cinco, mas hoje nós já estamos estudando a possibilidade de abrir um processo seletivo para convocar um novo voluntário para ser covereador no nosso projeto, mas não tem nada certo ainda até

porque nós estamos bem cautelosos com o que já aconteceu com a saída do Ivan, particularmente eu acho que isso pode até nem acontecer.

João Yuji: Eu tenho um pensamento um pouco diferente. Eu sempre tive a vontade de trazer mais gente para o Mandato Coletivo, inclusive nós previmos isso no nosso contrato, sobre a possibilidade de adesão e expulsão de membros, então legalmente, segundo nosso acordo, isso podería ser feito. E eu acho que nós poderíamos ser ainda mais eficientes se tivéssemos por exemplo pessoas do esporte, da educação, seria um mandato ainda mais plural. Mas esse sempre foi um ponto de divergência dentro do grupo e como nós nunca consequimos chegar num consenso, nós resolvemos deixar isso em standby por enquanto. Mas a verdade é que agora nós estamos muito mais preocupados em lançar o sucessor nome representante do grupo do que escolher novos membros para o atual mandato, pois como a Laryssa falou, eu pretendo ser candidato a prefeito e para que esse mandato coletivo se mantenha em 2020 é preciso que alquém dos outros três membros vista a camisa e lidere esse processo. E uma outra possibilidade que nós estamos analisando ainda é formar uma chamada de novos membros, mas para construirmos outra candidatura com Mandato Coletivo, então quem sabe nós consigamos ter dois grupos coesos para tentarmos dois Mandatos Coletivos em 2020, então isso tudo são situações que nós ainda estamos analisando.

Entrevistador: Existe a possibilidade de grupos de interesse específicos tomarem-se maioria no grupo e de certa forma tomarem o mandato? Como você lida com isso?

Laryssa Galantini: De forma alguma, até porque o nosso grupo é muito pequeno, começou com cinco e hoje somos quatro pessoas, e todos nós nos conhecemos há anos e somos amigos de verdade. Então não há a menor possibilidade de algum grupo de interesse tomar a maioria do grupo e conduzirem o mandato.

Entrevistador: Como você reage quando uma decisão claramente ruim e/ou ilegal é a maioria no processo deliberativo?

João Yuji: É difícil isso acontecer porque nós debatemos exaustivamente os projetos mais polêmicos, então ilegal nunca aconteceu, o que pode acontecer é que uma decisão não agrade a todos, mas aí faz parte do jogo e isso já aconteceu, inclusive comigo, já tiveram decisões que eu perdi no grupo e tive que aceitar, a democracia é isso.

Laryssa Galantini: É nunca chegou num ponto em que tivéssemos votado em algo que acaba sendo declarado inconstitucional depois. Mas já tivemos decisões divergentes no grupo, principalmente o João que já teve sua posição derrotada no grupo três vezes, então pode acontecer, é do jogo, mas tem que aceitar, essa é a nossa regra. Mas na ampla maioria dos casos as nossas decisões são por consenso.

Entrevistador: Há mecanismos de expulsão no mandato?

João Yuji: Sim, segundo nosso contrato, caso 75% do grupo vote pela expulsão de alguém, este estará excluído do grupo. Não há necessidade de uma ação específica, basta que alguém coloque em votação, justificando sua motivação.

Entrevistador: Se houver uma briga no grupo, o representante eleito pode destituir o restante do grupo? Como isso é previsto? Há algum contrato?

João Yuji: Não, isso não. Lógico que segundo a legislação eleitoral somente o vereador eleito é quem de fato está legalmente instituído no cargo, mas se eu fizesse isso estaria ferindo o nosso próprio contrato e aí poderia ser acionado judicialmente na esfera cível, por descumprimento de contrato firmado em cartório.

CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO

Entrevistador: Como funciona o processo decisório no mandato? (deliberativo, por votação individual ou misto)

João Yuji: A princípio nós discutimos todas as pautas e tentamos construir o consenso, a ideia é sempre debater muito até chegar no consenso. Mas muitas vezes não é possível, até porque nosso grupo é muito plural, então nós partimos para votação individual. Para isso nós nos reunimos pelo menos uma vez por semana e tentamos matar toda pauta de votações. Depois de zerarmos as pautas de votações aí nós discutimos os nossos projetos, os rumos políticos da cidade e do nosso mandato, os problemas que precisamos solicitar reparo à gestão municipal, enfim, todas as demais funções de um vereador.

Entrevistador: Como é a distribuição de poder no mandato?

João Yuji: O poder é exatamente igual para todos os membros, inclusive isso está no nosso regulamento autenticado em cartório. A única questão é que quem conhece mais do assunto, tem mais propriedade para fala, recebe maior atenção na discussão dos assuntos, então por exemplo a Laryssa é formada em biologia, então quando é um assunto ambiental nós damos todo respaldo a ela, obvio tentando trazer nossas contribuições, mas quem tem maior espaço para decisões nesse tema é ela.

Entrevistador: Como é a extensão de poder dos coparlamentares? (A construção de projetos de lei também é compartilhada? O papel de fiscal do poder executivo também é compartilhado? Quais temas são passíveis de participação? O gabinete também é compartilhado? E as emendas impositivas? E a contratação dos funcionários? Recursos humanos e materiais do gabinete?)

Laryssa Galantini: Tudo é exatamente dividido igual entre todos. Como aqui é uma cidade pequena, nós não temos gabinete nem assessorias parlamentares, então todas as funções nós dividimos igualmente. Todos podem apresentar projetos, apresentar indicações e requerimentos ao poder executivo, podem solicitar audiências publicas, todos votam nos projetos, tudo é dividido igualmente.

Entrevistador: Os benefícios também são divididos? (tais como salários, auxílios, espaço na mídia, etc.)

Laryssa Galantini: Então aqui a gente optou, inclusive no nosso contrato, em doar todo o nosso salário de vereador. Na verdade, aqui não existe gabinete nem assessorias, então o único salário que nós temos é o de vereador, que não é muito alto, gira em torno de R\$ 3.400,00, então nós decidimos em não ficar conosco esse valor, mas doar integralmente para projetos sociais da cidade. Hoje nós entendemos que esse foi um erro, pois todo mundo no grupo precisa correr atrás do seu dinheiro para sobreviver também, e isso acaba enfraquecendo um pouco o grupo na questão de tempo de dedicação. Se nós pudéssemos dividir esse valor entre a gente, pelo menos amenizaria um pouco isso. Sendo assim para uma próxima eleição nós queremos mudar isso, mas para esse mandato não dá mais até porque foi compromisso de campanha.

João Yuji: Mas fora a questão do salário, quando precisamos de algumas diárias para alguma viagem a trabalho, se vai mais do que um integrante do grupo, nós compartilhamos o uso do valor dessa diária entre os membros, para gastos com hotel e alimentação. No mais esses são os únicos valores envolvidos no mandato.

Laryssa: Hoje todo o dinheiro que nós recebemos como salário, nós guardamos e investimos duas vezes por ano em um festival de projetos, onde cada organização apresenta um projeto social ou cultural a ser desenvolvido na cidade, elas mesmo se avaliam e votam umas nas outras, sem que nós venhamos a interferir nos votos e ai as vencedoras recebem uma premiação em dinheiro, que vem desse nosso caixa de recursos do salário de vereador.

Entrevistador: Quais os mecanismos de interação envolvidos no Mandato? (reuniões presenciais, reuniões online, aplicativo, redes sociais, sites, etc.)

João Yuji: Como nosso mandato é pequeno em número de membros, nossas decisões são majoritariamente em reuniões presenciais, tentamos manter uma rotina de reuniões toda semana. Entretanto em alguns casos precisamos decidir algumas coisas com urgência e não dá tempo para se reunir. Aí nós temos um grupo secreto no facebook só nosso que nós colocamos o tema ali, com nosso posicionamento e pedimos uma resposta rápida do resto do grupo. Tem funcionado bem assim.

RESULTADOS

Entrevistador: Como você percebe a aceitação ou rejeição do modelo pela população em geral?

Laryssa Galantini: Pelos eleitores foi muito bem aceito, eles sempre estão nos elogiando na rua e sempre nos perguntando se nós vamos de novo. Hoje qualquer coisa que acontece na cidade, que tem uma omissão da prefeitura já vira um movimento "Socorro Mandato Coletivo", nós acabamos virando um símbolo na cidade de nova política, isso é bem bacana. Não é a toa que hoje o João está super bem cotado para uma eleição a prefeitura da cidade, então o resultado está aí para todo mundo ver e a prova dele vai ser a eleição de 2020.

João Yuji: E é possível falar que a aceitação já vem desde o período eleitoral, pois aqui na cidade existe uma divisão grande entre os que nasceram em Alto Paraíso e os que chegaram de fora, é uma cidade turística, e dificilmente algum chegante se elege a algum cargo na cidade, pois os nativos são sempre maioria e nós todos do grupo somos chegantes e mesmo assim fomos muito bem eleitos, inclusive com maioria dos votos nos bairros mais tradicionais da cidade, aonde estão os nativos.

Entrevistador: Entre o começo do mandato e hoje, você percebe melhora na qualidade dos debates no Mandato Coletivo?

Laryssa Galantini: Com certeza! Assim, quando a gente entrou, só o João tinha um partido político, então só ele tinha mais essa vivência ou proximidade com a política mesmo, então eu, o Luis Paulo, o Ivan e o Sat (César) nós não nos enxergávamos como políticos e até hoje nós temos essa dificuldade, mas se for analisar a diferença entre nós quatro hoje e há dois anos atrás é uma diferença absurda. Eu não tinha a menor ideia de como funcionava um processo legislativo, como se discutiam os projetos nas comissões, como eram feitas as votações, nossa a gente era muito perdido. Então politicamente nós melhoramos muito, além disso algo muito bacana é que cada um de nós vem de uma área diferente, então a cada discussão nossa a gente aprende um pouquinho mais com o outro, seja sobre meio ambiente, sobre legislação, sobre cultura, sobre assistência social, sobre turismo, sobre tudo! Cada um no grupo tem um pouquinho a contribuir fazendo com que o outro passe a compreender um pouco mais sobre aquele assunto, então os nossos debates evoluíram exponencialmente nesses dois anos.

Entrevistador: Acredita que diante dos primeiros resultados, há ganhos em educação política entre os participantes?

João Yuji: Não só entre os participantes, mas entre a população em geral, sem dúvida nenhuma. Como o nosso mandato é super aberto, nós temos uma velocidade de comunicação muito grande e um dos nossos princípios é a transparência, então tudo que acontece nós rapidamente conseguimos comunicar a cidade toda, via redes sociais e whatsapp. Então se uma licitação é suspensa por exemplo, minutos depois toda a cidade já está sabendo, nós fazemos um trabalho de transparência total, não só com o nosso mandato, mas com tudo que acontece na vida pública da cidade. Isso fez com que a população, o saber do que acontece na politica da cidade, passasse a cobrar muito mais dos políticos e também se interessasse muito em aprender como funciona um processo legislativo, como se votam as leis, como as leis são aplicadas pela prefeitura, então é muito legal isso porque as pessoas na rua vem nos falar que elas nem sabiam direito o que fazia um vereador antes de conhecer o nosso mandato, ou que sequer entendiam como era a política da cidade e depois que nos conheceu mudou tudo. É um ganho claro de educação política e esse era sem dúvidas um dos nossos objetivos quando criamos esse modelo.

Laryssa Galantini: A educação política era mesmo o nosso principal objetivo, nós queríamos que a população tivesse vontade de ocupar a política, então a gente faz isso através da informação. Foi muito legal quando nós fizemos ano passado uma cartilha sobre o funcionamento da Câmara e distribuímos em quase toda a cidade, isso deu um impacto muito positivo, as pessoas comentaram muito sobre isso e nós

notamos quase que imediato depois uma cobrança ainda maior da população com os projetos que são votados na Câmara.

Entrevistador: Percebe também resultados negativos? Quais?

Laryssa Galantini: Acho que o único resultado negativo é que nós viemos com uma postura muito diferente da política tradicional e com um modelo de enfrentamento mesmo, nós viemos para derrubar, para mudar. Isso fez com que nós tivéssemos colecionados alguns rivais políticos nesses dois anos, e é um problema porque eu por exemplo sou professora contratada da rede municipal e eu acabo sofrendo represálias direto no meu ambiente de trabalho, isso é bem complicado porque acaba afetando diretamente a minha vida pessoal, mas hoje eu entendo que se eu quero mudar a minha cidade, mudar a política local, eu preciso aprender a superar esses desafios.

Entrevistador: Acredita que a adoção do modelo ajuda, atrapalha ou é indiferente para o crescimento de suas carreiras políticas?

João Yuji: Ajuda muito, sem dúvida nenhuma, não é a toa que estão me cotando por toda a cidade para ser o próximo prefeito, coisa que eu nem imaginava há dois anos atrás. Assim como os outros membros também são super reconhecidos pela cidade, então se em determinado momento eles quiserem seguir carreira solo, eu não tenho dúvida nenhuma que serão muito bem votados na cidade, pelo trabalho que se desenvolveu sabe.

Entrevistador: Você percebe que o compartilhamento de mandato lhe gerou uma melhora na qualidade das decisões, dos projetos elaborados e da accountability do mandato?

João Yuji: Com certeza, hoje nós somos quatro mentes ao invés de uma, isso faz que tenhamos muito mais argumentos e ideias para discutir e elevar o debate para um outro nível na Câmara Municipal. Fora isso nós conseguimos também dividir os trabalhos e ganhar eficiência, hoje nós somos muito mais eficientes na questão de agilidade de análise dos processos do que todos os demais vereadores, isso por que nós fazemos um trabalho sistematizado e conjunto. Quanto a accountability nem se fala, o nosso principal objetivo de ter feito esse mandato era proporcionar a população um mandato mais accountable, na verdade nós gostaríamos de proporcionar isso não só com o nosso mandato, mas com a política da cidade em geral, então hoje nós temos um nível de transparência e responsividade muito alto, coisa que nunca aconteceu antes na história da cidade, e como nós somos muito ágeis a nossa comunicação acontece de forma muito rápida, facilmente nós conseguimos atingir toda a população da cidade.

APENDICE F – Transcrição da entrevista com a codeputada Joelma Carla, do Mandato Coletivo Juntas

Entrevistador: Willian Quadros da Silva

Entrevistada: Joelma Carla, codeputada do Mandato Coletivo Juntas, da Assembleia

Legislativa do Estado de Pernambuco

A entrevista foi realizada por telefone, no dia 29 de abril de 2019 e buscou compreender as motivações, os fatores críticos de implementação, os riscos, as características de gestão e os resultados obtidos na adoção da estratégia de Mandato Coletivo no estado de Pernambuco. Para tanto, foi adotado o modelo de entrevista semiestruturada com algumas perguntas préformuladas que conduziram a conversa e outras que foram elaboradas durante a entrevista.

MOTIVAÇÕES

Entrevistador: No âmbito das motivações, por que a adoção de um modelo de compartilhamento de mandato?

Joelma Carla: Então, são cinco mulheres né, eu sou a Joelma Carla, uma das codeputadas Juntas, ainda temos Carol Vergolino, Katia Cunha, Robeyoncé Lima que é uma mulher trans e a Jô Cavalcanti que é a deputada formalmente eleita né, mas nós todas somos deputadas. A gente não se conhecia antes, a gente só se encontrava na militância em alguns movimentos, mas a gente se cansou desse modelo tradicional da política, onde as minorias não tinham voz, a gente cansou dessa velha politica, de ver as mesmas pessoas ocupando as mesmas cadeiras nos parlamentos, sem observar novas pessoas aparecendo para ocupar esses espaços e fazer uma conexão de verdade, uma ponte com a população mais carente, a população mais marginalizada, as minorias. Então a gente veio com uma proposta não só de fazer uma política que atendesse essas minorias, mas de fazer também uma política inovadora, que fosse diferente na sua própria identidade como modelo político. O que fez a gente realmente se unir foi a ideia de construir uma nova história dentro da política né, onde as mulheres pudessem ser protagonistas, e por isso nós somos cinco mulheres totalmente diferentes entre si, com lutas diferentes, mas que vem para levantar também essa bandeira das mulheres na política. E foi assim que nós nos encontramos, nos movimentos sociais, mas acabamos nos aproximando mesmo eram poucos meses antes das eleições, e aí a Carol veio com essa ideia, nós reunimos esse grupo e acabou virando um movimento muito forte no estado de Pernambuco, tanto é que nos levou a uma eleição totalmente inesperada para o meio político.

Entrevistador: De quem foi a iniciativa para adoção desse modelo?

Joelma Carla: Uma das codeputadas, a Carol Vergolina, ela faz parte da "Partida" que é um movimento de luta para que mais mulheres ocupem espaços na política, não só nos cargos comissionados, mas nos cargos eletivos mesmo. Aí o movimento Partida acabou ouvindo falar desse movimento de Belo Horizonte, do Gabinetona, que tinha

sido eleito em 2016 e vinha dando muito certo nos seus primeiros passos, e trouxe para o grupo. Nesse momento a Carol que tinha acabado de nos conhecer trouxe essa ideia lá da Partida, num movimento que nós estávamos todas reunidas em junho de 2018, que era um movimento chamado Ocupa Política e nós achamos a ideia incrível, era a oportunidade de fazer uma política diferente. Então logo depois desse evento do Ocupa Política que foi em São Paulo, nós voltamos para Pernambuco, para se conhecer melhor e ver se tínhamos afinidade para levar um projeto como esse a frente e acabou que a gente mesmo vindo de lutas diferentes, nós nos alinhamos muito, foi uma afinidade incrível, logo nos primeiros encontros nós já tínhamos certeza que só podia dar certo. E a Gabinetona foi uma grande inspiração para nós, elas foram muito importantes para o nosso movimento que não é igual, nós temos nossa própria identidade, nosso modelo de gestão, tudo bem diferente, mas o espírito de coletividade foi inspirado na gabinetona.

FATORES CRÍTICOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Entrevistador: Durante o período eleitoral, houve resistências à adoção do modelo?

Joelma Carla: Então, perante a população não, muito pelo contrário, foi uma aceitação incrível, pois as pessoas não estavam e ainda não estão acostumadas a esse tipo de coisa, de um modelo totalmente inovador, que ao invés de dividir ele multiplica pautas. Então cada uma de nós soube multiplicar e nós conseguimos atingir um público muito grande em todo o Estado de Pernambuco. Agora com a classe política de certa forma sim, pois alguns não aceitavam, diziam que isso não podia, que era ilegal, inclusive teve chapa a governador que tentou cassar nossa candidatura, mas nós conseguimos mostrar na justiça, no TER né, que isso é possível sim e é legal, bastando tomar os cuidados de ter apenas uma candidata legalmente inscrita, que foi a Jô Cavalcanti, mas nós conseguimos inclusive colocar o nome Juntas na urna, que caracterizou ainda mais o nosso movimento. Agora até hoje, mesmo depois de eleitas, ainda tem deputado que não nos chama de codeputadas ou de deputadas, para alguns a deputada é apenas a Jô, outros já assimilaram e chamam todas nós cinco de codeputadas, aos poucos nós vamos marcando nossa posição e firmando nosso espaço.

Entrevistador: Quais foram as principais dificuldades enfrentadas na implementação do Mandato Coletivo?

Joelma Carla: Acho que a grande dificuldade mesmo foi fazer essa ideia se tornar realidade, as campanhas eleitorais são muito duras, muito difíceis, a competição é cruel, tem muito dinheiro envolvido, muito poder envolvido, então para nós foi bem difícil, pois nós éramos cinco mulheres pobres, da periferia e que não tinham nenhum padrinho político, então foi uma eleição muito dura, mas muito aguerrida e eu acho que essas dificuldades que nós passamos durante a campanha nos fez muito mais fortes e nos deu muito mais gana em conquistar cada voto e sem dúvidas que a inovação de apresentar um mandato coletivo nos ajudou muito a chegar lá.

Depois de eleitas, nós ainda sofremos algumas resistências já no mandato, primeiro porque nós somos mulheres, algumas negras, uma trans, então são corpos diferentes daqueles que os demais deputados estavam acostumados a lidar na assembleia, segundo porque o nosso modelo era diferente e muitos insistiam na tese de que o

modelo era ilegal, então nossa primeira batalha foi na divisão das comissões. Como nós não éramos nem governo, nem oposição, e continuamos não sendo, afinal nossa bandeira sempre foi de ser independente, nós não tínhamos apoio de nenhum lado para presidir alguma das comissões e nós queríamos muito presidir a Comissão de Direitos Humanos, era uma luta nossa conquistar essa comissão e o governo e a oposição fecharam questão para que fosse um deputado que nada tem a ver com a pauta de direitos humanos, era um deputado ligado as igrejas evangélicas com pautas bem conservadoras, como a liberação das armas e tudo mais. Então nós fomos mais uma vez para as ruas, fizemos manifestação, fizemos abaixo assinado e inclusive instituições internacionais respeitadíssimas de direitos humanos assinaram nosso documento e depois de muito barulho nós conseguimos apoio popular massivo e conquistamos a Comissão de Direitos Humanos. Mas eu acredito que essa não foi nossa última batalha feroz aqui, virão tantas outras, pois pelo fato de você ser diferente, você desperta o medo do tradicional e é isso que nós estamos enfrentando aqui.

Entrevistador: Como é a relação com o partido político perante esta escolha?

Joelma Carla: Então o PSOL foi muito receptivo a nossa proposta, até porque o partido já conhecia a experiência de Belo Horizonte, do Gabinetona, que também era do PSOL, então houve na época quase que uma influência para que o partido lançasse mais candidaturas coletivas, lógico cada uma com os seus princípios com o seu modelo. Mas assim que nós fizemos a nossa proposta o partido abraçou de imediato e hoje a nossa relação é excelente, inclusive nós fazemos parte da diretoria do partido e estamos trabalhando para estimular que na próxima eleição municipal, no ano que vem, nós tenhamos muitas candidaturas coletivas do PSOL pelos municípios, a nossa meta é pelo menos 100 candidaturas coletivas ao longo de todo o estado.

Entrevistador: Se o partido político exige uma postura específica em uma votação, como fazer?

Joelma Carla: Isso não tem a menor chance de acontecer, até porque as nossas pautas estão muito alinhadas, muito de acordo, nós cinco somos de esquerda e o partido é de esquerda e nossas lutas se completam, então não teria nem motivo do partido não estar alinhado conosco e nós não estarmos alinhadas com o partido. Então nunca aconteceu do partido exigir alguma postura nossa, ou algum voto de bancada, muito pelo contrário, o partido ele tem nos estimulado a cada vez mais não só compartilhar o nosso voto entre nós cinco, mas compartilhar também esse poder de decisão com os movimentos sociais que nos apoiam e é isso que nós estamos tentando fazer agora através das assembleias do mandato.

Entrevistador: Existem regras/critérios mínimos para a escolha dos coparlamentares?

Joelma Carla: Não, a gente não estabeleceu nenhuma regra, mas assim, nosso grupo era fechado, nós acabamos nos conhecendo no Movimento Ocupa Política, e ai voltamos para Pernambuco para nos conhecermos mais profundamente e ver se tínhamos afinidade para garantir que esse modelo daria certo, e deu. Mas não foi

exigido nada de ninguém, cada uma entrou porque estava junto naquele momento e acreditou na proposta e trouxe sua luta para dentro do grupo.

Entrevistador: Como foi a escolha do representante que iria ser o candidato? Por que ele/ela?

Joelma Carla: Então, a primeira coisa que nós decidimos é que quem iria para urna tinha que ser uma mulher negra, e aí na hora que nós montamos nossa candidatura nós conversamos e vimos quem iria se dispor a ser a candidata, e aí Jô Cavalcanti e Katia Cunha se colocaram a disposição, e no fim numa conversa muito tranquila nossa acabou que foi a Jô Cavalcanti pois ela tinha uma abertura muito grande com as pessoas na rua, ela era uma camelô e conhecia muita gente, então a gente achou que ela poderia ser a candidata, mas é algo que para nós não fazia muita diferença quem seria, pois o nome no material de campanha era Juntas, o nome na urna era Juntas, o nome do nosso gabinete é Juntas, então não tem essa personificação do nome sabe, todo mundo conhece a gente pelo nome Juntas e é isso que marcou.

RISCOS

Entrevistador: Quais os riscos envolvidos que você enxerga na adoção do modelo?

Joelma Carla: Então, a gente diz que a gente casou, que nós estamos casadas por quatro anos, nós criamos um laço muito forte, nós temos momentos juntas todos os dias, que acaba envolvendo agora nossas vidas profissionais, mas nossas vidas pessoais também. Então a gente se respeita, se admira, então é por isso que nós acreditamos que o Mandato Coletivo está dando certo e hoje não tem o menor risco de dar errado, porque nós somos coletivas mesmo, é como se a nossa soma desse uma só. Então a gente sempre fala que para um Mandato Coletivo dar certo, as pessoas que compõe esse mandato precisam se casar, no sentido figurado é claro, mas precisam se admirar muito, precisam compreender umas as outras, então só assim o Mandato Coletivo não corre algum risco de dar errado, a sinergia é o valor mais fundamental do Mandato Coletivo.

Entrevistador: Em qual momento é permitida a inscrição no Mandato Coletivo?

Joelma Carla: Hoje não tem mais como a inscrição de novos membros, nós fomos um grupo fechado para a eleição de 2018 e vamos continuar assim até o final do nosso mandato, o que não impede de que nós convidemos outras pessoas para uma eventual nova eleição em 2022. Mas isso ainda não foi discutido e nem será tão cedo, por enquanto somos só nós mesmo.

Entrevistador: Existe a possibilidade de grupos de interesse específicos tomarem-se maioria no grupo e de certa forma tomarem o mandato? Como você lida com isso?

Joelma Carla: Não tem como, pois, o nosso grupo não é aberto tal como um mandato compartilhado, e isso só aconteceria se algumas de nós traíssem os nossos valores, o que não vai acontecer nunca.

Entrevistador: Como você reage quando uma decisão claramente ruim e/ou ilegal é a maioria no processo deliberativo?

Joelma Carla: Isso não acontece porque não existe maioria no nosso mandato, ou é tudo ou é nada, nós só trabalhamos com consenso, então se nós decidimos algo é porque achamos que esse é o posicionamento correto, não existe meio termo no nosso mandato.

Entrevistador: Há mecanismos de expulsão no mandato?

Joelma Carla: Não, em hipótese nenhuma, nós temos uma característica nossa que é o antipunitivismo, então mesmo que alguém erre dentro do grupo, nós não temos a intenção de punir ninguém, aqui é valor fundamental nosso o diálogo e a educação.

Entrevistador: Se houver uma briga no grupo, o representante eleito pode destituir o restante do grupo? Como isso é previsto? Há algum contrato?

Joelma Carla: De forma alguma, lógico que legalmente ela poderia exonerar todo mundo e pronto. Mas isso nunca vai acontecer, pois se isso acontecesse ela nunca mais seria eleita a nada, e não tem chance de isso acontecer porque nós cinco hoje somos uma só, é uma sinergia que as pessoas não imaginam.

CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO

Entrevistador: Como funciona o processo decisório no mandato? (deliberativo, por votação individual ou misto)

Joelma Carla: Nós não votamos nunca, isso nós decidimos muito antes, deste a campanha, nós decidimos que nós só iriamos decidir após construir o consenso, mesmo que exaustivamente. Então todas as nossas decisões são através de muito estudo e de muito diálogo, é inconcebível na nossa proposta, no nosso modelo, a gente votar, pois se o mandato é coletivo ele não pode ser um mandato de uma maioria, ele tem que ser um mandato de todas e pra isso todas precisam se sentir representadas. Então se tem uma proposta que está difícil de chegar num consenso, nós tiramos um ou dois dias para pensar na proposta e discutimos muito, mas não há hipótese de sair um posicionamento sem consenso, caso isso aconteça um dia, de não haver consenso, nós não iremos nos posicionar, ou é todas ou nenhuma.

Além disso, o que nós estamos fazendo hoje é ampliar esse poder de decisão também para movimentos sociais que nos apoiam, então nós temos proximidade com muitos movimentos sociais de Pernambuco e eles acreditam muito no potencial do nosso mandato, então nós estamos formatando uma espécie de assembleias do Mandato Coletivo que acontecerão a cada três ou quatro meses e nós iremos levar varias pautas importantes, de maior relevância lógico, para formar uma decisão coletiva também com esses movimentos, sempre na base do consenso, sem votação.

Entrevistador: Como é a distribuição de poder no mandato?

Joelma Carla: O mesmo peso para todas, sem nenhuma distinção entre deputada e codeputadas.

Entrevistador: Como é a extensão de poder dos coparlamentares? (A construção de projetos de lei também é compartilhada? O papel de fiscal do poder executivo também é compartilhado? Quais temas são passíveis de participação? O gabinete também é compartilhado? E as emendas impositivas? E a contratação dos funcionários? Recursos humanos e materiais do gabinete?)

Joelma Carla: Tudo é compartilhado, então todos os afazeres parlamentares também são compartilhados entre nós. Todas podem fazer exatamente tudo igualmente. A única coisa que nós não podemos dividir é a plenária, que é exclusivo do deputado eleito, pois infelizmente a lei é assim, legalmente a lei reconhece a Jô Cavalcanti como deputada, então é ela quem vota em plenária, é ela quem pode falar em plenária, mas tirando isso, tudo é compartilhado entre nós cinco.

Entrevistador: Os benefícios também são divididos? (tais como salários, auxílios, espaço na mídia, etc.)

Joelma Carla: Sim, nós decidimos fazer assim, as quatro codeputadas tem os quatro cargos mais altos do gabinete, com salários iguais, e a deputada (Jô Cavalcanti) doa a diferença do salário dela para o nosso, para um fundo em que nós estamos montando para apoiar projetos sociais, então hoje todas nós ganhamos igualmente e isso foi acordado desde bem antes das eleições. Além disso nós pretendemos em breve doar mais um percentual do nosso salário para esse fundo para que tenhamos mais dinheiro para apoiar diferentes projetos sociais aqui do estado.

Entrevistador: Quais os mecanismos de interação envolvidos no Mandato? (reuniões presenciais, reuniões online, aplicativo, redes sociais, sites, etc.)

Joelma Carla: Então, os nossos meios de interação de decisão são sempre reuniões presenciais, sem exceção. Porém nós utilizamos muito as redes sociais e as lives do Facebook para mostrar nossas bandeiras, nossas pautas na Assembleia e o modelo do nosso mandato, para divulgar e trazer o povo para perto, sabe? Mas na hora de decidirmos mesmo, de discutirmos, é sempre por reunião presencial.

RESULTADOS

Entrevistador: Como você percebe a aceitação ou rejeição do modelo pela população em geral?

Joelma Carla: A população está nos acolhendo de uma forma que nós mesmo não esperávamos. Muitas vezes tem gente que nos critica pois não conhece direito o nosso modelo, não sabe bem como funciona, mas quando nós vamos numa universidade, vamos numa associação de bairro e nos apresentamos, contamos nossas histórias e nossas lutas, tudo muda, o nosso modelo é realmente inovador e aqui em Pernambuco nunca aconteceu nada parecido, por isso mesmo hoje nós temos tanto espaço na mídia, pois a imprensa quer entender melhor o que é isso de Mandato Coletivo e as pessoas também querem ver mais sobre isso. Então a nossa aceitação está gigante. É claro que sempre vai ter alguém que não concorda, que acha que não é um modelo bom, mas enfim, cada um também é livre para se expressar e expressar suas opiniões e nós estamos aqui para debater, mas de modo geral a aceitação está gigante.

Entrevistador: Entre o começo do mandato e hoje, você percebe melhora na qualidade dos debates no Mandato Coletivo?

Joelma Carla: Ah sem dúvida nenhuma, porque assim, nós não viemos da política, eu particularmente já tinha sido candidata a vereadora, mas nunca tinha ocupado cargo público e as demais colegas ainda nunca tinham participado da vida política e fato, fora os movimentos sociais. Então tudo mudou, quando a gente sentou nessa cadeira, a gente teve que se reinventar, pois o trâmite parlamentar é bem diferente de fazer política em movimento social. E eu acredito que o Mandato Coletivo acelerou muito o nosso aprendizado, pois ficou muito mais fácil para nós nos acostumarmos com esse mundo dividindo essas experiências em cinco pessoas. Então quando uma aprende algo novo, logo repassa para as demais aqui dentro. Então com certeza, o nosso debate elevou em qualidade num nível que eu não sei nem te explicar, mudou tudo!

Entrevistador: Acredita que diante dos primeiros resultados, há ganhos em educação política entre os participantes?

Joelma Carla: Ah assim como na pergunta anterior, se a qualidade do debate mudou a nossa educação política também mudou muito. Hoje nós entendemos muito mais como funciona de fato a arena política, como que se joga o jogo sabe? Lógico sempre para o lado do bem, do correto, da defesa das minorias, mas é muito diferente do que estar num movimento social, então teve muita educação política por aqui e pelo fato de estarmos em cinco, foi também tudo mais fácil. Mas além da educação política interna, eu gosto muito de citar que o Mandato Coletivo das Juntas está formando uma legião de pessoas que estão se identificando com a boa política e querem entrar nessa arena conosco, então nós estamos ajudando dezenas de pessoas que querem ser candidatas coletivamente em diferentes cidades de Pernambuco, e pra isso nós estamos montando um manual de como fazer um Mandato Coletivo, esse vai ser um material bem completo e vai ensinar o passo a passo do nosso modelo, mas também de outros modelos de mandatos coletivos, para que as pessoas possam criar os seus próprios modelos sabe? Então isso sim é educação política de verdade, e eu acho que esse é o ponto mais importante do nosso mandato, não é a votação A ou a votação B na assembleia, é a educação política que nós estamos gerando para uma grande quantidade de pessoas, é mostrar que a política pode ser diferente, não precisa ser daquele modelo tradicional de conchavos com o que a gente é acostumado a ver na TV.

Entrevistador: Percebe também resultados negativos? Quais?

Joelma Carla: Por enquanto não, é difícil analisar assim porque nós estamos muito no começo, mas talvez o único ponto que eu citaria é que pelo fato de nós sermos cinco ao invés de uma as pessoas tem demandado de nós uma quantidade de trabalho surreal, então nós estamos nos entregando de uma forma que nem nós acreditávamos que poderíamos, tem dias que trabalhamos 16, 17 até 18 horas, e isso acaba atrapalhando um pouco as nossas vidas pessoais, mas é algo que faz parte do jogo.

Entrevistador: Acredita que a adoção do modelo ajuda, atrapalha ou é indiferente para o crescimento de sua carreira política?

Joelma Carla: Ah ajuda muito, bom pra começar é que hoje nós cinco somos muito conhecidas em todo o Estado de Pernambuco e antes ninguém conhecia a gente, mas hoje nós não pensamos mais em fazer política individual, nós acreditamos tanto nesse modelo coletivo que parece que nós queremos ficar pra sempre fazendo política juntas. Mas se você comparar hoje e um ano atrás, nós somos muito mais reconhecidas nas ruas e em quaisquer ambientes que nós andamos.

Entrevistador: Você percebe que o compartilhamento de mandato lhe gerou uma melhora na qualidade das decisões, dos projetos elaborados e da accountability do mandato?

Joelma Carla: Então, é um pouco difícil falar porque o nosso mandato tem só quatro meses, então ainda não temos um parâmetro de comparação, mas é importante ressaltar que para um Mandato Coletivo ter validade com a população, para que a população tenha confiança conosco, nós temos que ser excessivamente transparentes em todos os nossos atos e não é só ser transparente nos gastos do gabinete, ou mostrando no que nós votamos, mas é explicar por a mais b os nossos posicionamentos, os motivos, as nossas escolhas de cada dia, com quem nos reunimos, quando, e porque, sabe? Tudo virou transparência na nossa vida, assim as pessoas conseguem enxergar quem de fato é o Mandato Coletivo Juntas. Além disso nós fazemos o possível para trazer a população junto para o debate e isso nos ajuda muito na qualidade das nossas decisões, pois nós ouvimos muitas vozes diferentes, inclusive de pessoas que não são do nosso espectro político, todos os lados nós ouvimos para formar nossos posicionamentos e sempre tem algo novo que podemos aprender ou melhorar, então nossas decisões sempre melhoram quando escutamos mais pessoas nos nossos debates.

ANEXO A – TERMO DE INDEPENDÊNCIA DE GABRIEL AZEVEDO

Compromisso de Independência

Que firmam entre si o Partido Humanista da Solidariedade e Gabriel Sousa Marques de Azevedo.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 14, parágrafo terceiro, inciso V. define que a filiação partidária é condição de elegibilidade.

Considerando que a possibilidade de candidatura cívica independente sem filiação partidária é uma oportunidade real entre cada nove de dez países.

Considerando que a possibilidade de candidatura cívica independente sem filiação partidária é um mecanismo real de novidade no sistema político eleitoral.

Considerando que durante o regime militar que existiu no Brasil de 1964 a 1985, um ato permitia a existência de apenas dois partidos e aqueles que não encontravam outra forma legitima para desempenhar uma candidatura eram abrigados pelo Movimento Democrático Brasileiro que cedia sua legenda.

Considerando que o Partido Humanista da Solidariedade, através do seus representantes no Congresso Nacional, no contexto da reforma política, defendeu, lamentavelmente sem êxito, a possibilidade de candidaturas cívicas independentes.

Considerando que, apesar dos esforços, não é possível ser candidato sem filiação partidária no Brasil.

Resolve o Partido Humanista da Solidariedade:

Abrigar Gabriel Sousa Marques de Azevedo entre seus filiados entendendo que o partido cede a legenda para devido cumprimento de exigências constitucionais.

Dispensar Gabriel Sousa Marques de Azevedo da militância partidária, entendendo a convivência permeada pelo bom senso, mas aceitando sua independência diante do Estatuto Partidário, dos posicionamentos partidários e da própria legenda.

Possibilitar eventual candidatura de Gabriel Sousa Marques de Azevedo a cargo eletivo de modo a permitir um ato cívico e independente.

Resolve Gabriel Sousa Marques de Azevedo:

Manter sua postura civica independente em âmbito interno e externo compreendendo a legislação constitucional e infraconstitucional, sobretudo as regras do direito eleitoral.

Atuar como cidadão diante das questões do município, do Estado e da União, entendendo que interesses partidários não estão acima dos interesses coletivos públicos.

Agir respeitando a ética, os princípios constitucionais e o bom exercício da política.

Belo Horizonte, 2 de outubro de 2015

Presidente do PHS-MG

Vice-Presidente do PHS-MG

Gabriel Sousa Marques de Azevedo

ANEXO B - TERMO DE ACORDO DO MANDATO COLETIVO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Acordo do Mandato Coletivo 2017 a 2020 Vereador João Yuji - 19111

Art. 1º - Este regulamento se refere aos trabalhos do grupo de mandato coletivo representado pelo vereador João Yuji na legislatura 2017 a 2020 no Município de Alto Paraíso de Goiás.

Parágrafo único - O vereador terá como base de suas ações os princípios e diretrizes de atuação divulgados no website www.legislador.art.br.

Art. 2º - O mandato coletivo será constituído por um grupo de pessoas comprometidas com diferentes áreas de atuação importantes do município: Jurídica; Legislativa; Meio Ambiente, Cultura; Educação; Saúde, Turismo, Comércio e Segurança.

Parágrafo único - As funções Legislativa e Jurídica serão sempre ocupadas pelo candidato formalmente registrado, João Yuji Moraes e Silva.

Art. 3º - O candidato registrado deverá proferir seus votos no Plenário da Câmara Municipal sempre conforme o consenso do grupo ou, quando isto não for possível, conforme a vontade da maioria dos membros do grupo do mandato coletivo.

 $\S~1^{\rm o}$ - Cada membro do mandato coletivo possui um voto, nas decisões do coletivo, independentemente de suas funções.

§ 2º - Caso surja em alguma sessão plenária algum voto a ser proferido referente a uma questão sobre a qual o grupo ainda não se reuniu para definir o posicionamento e seja necessário definir rapidamente na sessão, a decisão será votada pelos membros do grupo presentes à sessão, que levantarão o braço para sinalizar o desejo de um voto favorável. A vontade da maioria dos presentes à sessão será o voto do vereador.

Art. 4° - As funções previstas no artigo 2° consistem em:

I - Atuar sobre as questões importantes para o Município relacionadas aos diferentes temas:

II - Informar o grupo sobre as questões em pauta no Município relacionadas aos temas;
 III - Elaborar projetos e propostas referentes ao tema que lhe compete;

Art. 5º - Incumbe a todos os membros do mandato coletivo compartilhar informações com o eleitorado e a população em geral sobre os trabalhos do grupo, buscando que a população conheça e utilize as prerrogativas do legislativo municipal.

Art. 6º - Cada função poderá ter apenas 1 (um) representante responsável, mas mais de uma pessoa poderão trabalhar na mesma função.

Art. 7º - Cada mandatário poderá trabalhar em mais de uma função, mas não poderá ser representante responsável por mais de 1 (uma) função, salvo a hipótese de não haver outras pessoas habilitadas para tanto no grupo.

Parágrafo único - Caso não haja ninguém no grupo habilitado para exercer alguma função, ela ficará vaga até que o grupo aprove a entrada de um novo membro com tal incumbência

COMARICA DE Serviços de Registro de Indives. Titulos e Documentos dos Pessoos. Juridicas.

E BOTÁS

DE BOTÁS

ORGAN DESPOSAS Noturos e de Interdições e Titulos de Alto Parado de Couldo
ORGAN DESPOSAS A RODRIGORES DINIZ

BOTÁS DE BOTÁS

ORGAN DESPOSAS A RODRIGORES DINIZ

BOTÁS DE BO

Construction de Notice Projection Construction de Notice Projection de Titulor e Registro de Construction Martini Construction DE GOLAS - GO

BERTIENTE HERMIN - RESIDENTE HERMIN - GREEN THE SERVICE SERVICE SERVICE SERVICE MARTINI SERVICE SERVICE

To have







spendis Bodiglies Dines Designed

 $\rm Art.\,8^{o}$ - Os mandatários poderão trabalhar para o mandato coletivo em outras áreas não previstas no artigo 2º, como esporte, contabilidade, representação de distritos, povoados e agrupamentos assemelhados, políticas para melhor idade, juventude, cidadania, etc.

- Art. 9º A entrada de novos membros deverá ser aprovada por consenso pelo grupo.
- Art. 10 O membro que desejar sair do grupo deve indicar uma pessoa para substituí-lo que esteja disposta a assumir o encargo.
- Art. 11 Caso 75% dos membros do mandato coletivo assim desejem, poderão deliberar pela exclusão de um membro.
- Art. 12 O subsídio do vereador será de propriedade do coletivo, que somente poderá aplicar tais valores em assuntos de interesse comum do Município.
- $\S\,1^{\rm o}$ A deliberação pela aplicação dos valores dar-se-á por consenso, e excepcionalmente por votação da maioria.
- § 2º A deliberação pela aplicação dos valores será feita um dia útil após o recebimento do subsídio.
- § 3º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições previdenciárias e impostos incidentes sobre o subsídio.
- Art. 13 O grupo inicial do mandato coletivo no dia 4 de setembro de 2016 é composto
- . Î João Yuji Moraes e Silva- candidato formalmente registrado e responsável pela função jurídica;
- . II Ivan (Anjo) Diniz Souza responsável pela função da cultura e também atuante nas áreas de meio ambiente e turismo;
- III Laryssa Fanny Galantini Pires responsável pela função de meio ambiente;
- IV César Adriano de Souza Barbosa (Sat Nam) responsável pela função de educação, atuante na área de agroecologia e representante do Assentamento Sílvio Rodrigues;
- V Luís Paulo Nunes (pousada Alfa e Ômega) responsável pela função do turismo e

TERMO DE COMPROMISSO

Nós, membros do mandato coletivo 2017-2020 do vereador João Yuji, estamos de acordo com o acordo acima e nos comprometemos a cumprir seus termos durante o exercício do mandato. Alto Paraíso de Goiás, 4 de setembro de 2016. MORAES E SILVA rdiano de Sous CÉSAR ADRIANO DE SOUZA BARBOSA AN DINIZ SOUZA

SALTO PARAISO GO